



**PAULO FERNANDO
MARTINS**

**IMPARIDADE DE ACTIVOS E O PAPEL DA
AUDITORIA INTERNA**



**PAULO FERNANDO
MARTINS**

**IMPARIDADE DE ACTIVOS E O PAPEL DA
AUDITORIA INTERNA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e da Doutora Helena Coelho Inácio, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente

Prof. Dr. João Francisco Carvalho de Sousa
Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

Prof. Dr.^a Graça Maria do Carmo Azevedo
Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Co-orientador

Prof. Dr.^a Helena Coelho Inácio
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof. Dr.^a Cristina Gonçalves Góis
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Coimbra

Agradecimentos

Dedico este trabalho à minha esposa e filhas pela paciência e compreensão.
Agradeço à restante família o apoio prestado durante a minha ausência.
Agradeço às orientadoras o empenho e tempo dedicados, no apoio construtivo deste estudo.
Agradeço ao grupo empresarial onde colaboro, a experiência e conhecimentos acumulados ao longo dos últimos vinte anos.

Palavras-chave

Análise da NCRF 12, Gestão de Riscos, ERM

Resumo

Este estudo propõe divulgar os possíveis riscos inerentes à adopção da NCRF 12 e o papel que o auditor interno pode desempenhar no processo de conversão para o SNC e na gestão de riscos dos seus impactos.

Analizamos os impactos da adopção do SNC e da NCRF 12, através das contas das entidades cotadas em bolsa. Apresentamos as metodologias de gestão de riscos adoptadas pelos Auditores Internos, como forma a acautelar os riscos desses impactos.

Comprovamos a utilidade deste estudo através dos resultados obtidos, pois os impactos foram significativos e os riscos destes impactos potenciam a intervenção dos Auditores Internos.

Keywords

NCRF 12 Analysis, Risk Management, ERM

Abstract

This study proposes to disclose the possible inherent risks related with the adoption of NCRF 12 and the role that the internal auditor can play in the conversion process to the SNC and the risk management of their impacts. We have analyzed the impacts of the adoption of the SNC and NCRF 12, through the financial accounts of traded listed companies. We have presented the risk management methodologies adopted by the Internal Auditors, as a way to prevent the risks of these impacts.

We have demonstrated the utility of this study through the results, because the impacts were significant and the risks of these potential impacts enhance the intervention of Internal Auditors.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS	IV
ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS.....	VI
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	VII
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificação Temática	2
1.2. Objectivos	3
1.3. Estrutura da Dissertação	5
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA NCRF 12.....	8
2.1. Introdução	8
2.2. Enquadramento da Normalização Contabilística	8
2.2.1. Normalização Contabilística Internacional	9
2.2.2. Normalização Contabilística Regional	10
2.2.3. Normalização Contabilística Nacional	11
2.3. Enquadramento da NCRF 12 no SNC.....	15
2.3.1. O conceito de Imparidade.....	15
2.3.2. A origem e evolução da NCRF 12.....	17
2.3.3. A importância da NCRF 12 no seio do SNC.....	19
2.3.4. A importância da NCRF 12 nos impactos da adopção das normas.....	20
2.4. Tratamento contabilístico da NCRF 12.....	21
2.4.1. Objectivo e âmbito da norma de imparidade.....	22
2.4.2. Definições dos termos relacionados com a norma de imparidade	24
2.4.3. Identificação de um activo que possa estar com imparidade.....	25
2.4.4. Mensuração da quantia recuperável	26
2.4.5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade	29
2.4.6. Unidades geradoras de caixa e <i>goodwill</i>	30
2.4.7. Reverter uma perda por imparidade	32
2.4.8. Divulgações e data de eficácia.....	34
2.5. Referencial da norma de imparidade no SNC	36

2.5.1. Referencial de imparidade no Código de Contas	37
2.5.2. Referencial de imparidade no Balanço e Demonstração dos Resultados.....	39
2.5.3. Referencial de imparidade no Anexo: Modelo Geral e Reduzido	40
2.6. Imparidade de Activos – Comparação entre diferentes normativos.....	42
2.6.1. Comparação entre a NCRF 12 e o POC	42
2.6.2. Comparação entre a NCRF 12 e a IAS 36	45
2.6.3. Comparação entre a NCRF 12 e as SFAS 142 e 144.....	47
2.7. Considerações sobre os riscos associados à NCRF 12.....	49
2.8. Conclusão	51
CAPÍTULO III – AUDITORIA INTERNA E OS RISCOS DE IMPARIDADE.....	54
3.1. Introdução.....	54
3.2. O Risco na Auditoria Interna.....	55
3.3. A Gestão de Risco e o ERM	59
3.3.1. As Metodologias de Gestão de Risco.....	60
3.3.2. Noções e objectivos do ERM – Gestão de Risco Empresarial	65
3.3.3. A Metodologia de Gestão de Risco - ERM	67
3.3.4. A Gestão de Risco - ERM e o Papel do Auditor Interno.....	71
3.3.5. Os Riscos referenciados na Normalização Internacional Auditoria Interna	75
3.4. O Auditor Interno e o SNC.....	78
3.4.1. O Auditor Interno	79
3.4.2. O Auditor Interno e a Normalização Internacional de Auditoria Interna	80
3.4.3. O Papel da Auditoria Interna na conversão para as IFRS	80
3.5. Pontos de contacto entre o SNC e a Gestão de Riscos.....	87
3.5.1. Os Riscos de Imparidade da Normalização Contabilística	87
3.5.2. A Gestão de Riscos no SNC.....	88
3.6. Conclusão	89
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	91
4.1. Objectivo	91
4.2. Definição da Amostra.....	92
4.3. Metodologia de Tratamento de Dados	93
CAPÍTULO V – RESULTADOS	96
5.1. Introdução.....	96

5.2. Resultados dos Impactos da adopção das <i>IFRS</i>.....	96
5.2.1. Análise dos Impactos no Activo.....	96
5.2.2. Análise dos Impactos nos Capitais Próprios	100
5.2.3. Análise dos Impactos nos Resultados Líquidos	103
5.2.4. Análise das Perdas por Imparidade dos Activos	105
5.2.5. Análise de risco dos Impactos da aplicação da NCRF 12	108
5.2.6. Análise de risco dos Impactos da aplicação das <i>IFRS</i> nos Rácios	111
5.3. Resultados da Gestão de Risco e de Auditoria Interna nas <i>IFRS</i>.....	113
5.3.1. Análise da Estrutura de Auditoria Interna e Gestão de Risco	114
5.3.2. Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Tipos de Risco	116
5.3.3. Análise das Metodologia de Gestão de Riscos e Fases de Risco	118
5.3.4. Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Informações Financeiras..	121
5.4. Conclusão	124
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES DO ESTUDO	127
6.1. Conclusões	127
6.2. Limitações do estudo e Perspectivas Futuras.....	129
BIBLIOGRAFIA	132
ANEXOS	137
Anexo 2.1 - Quadro referências à Imparidade Activos no Ponto 13 do Anexo	137
Anexo 2.2 - Quadro referências à Imparidade Activos no restante Anexo.....	138
Anexo 2.3 - Quadro referências à Imparidade Activos no Modelo Reduzido	139

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Evolução temporal da <i>IAS 36</i> – Imparidade de activos	17
Quadro 2.2 – Principais Impactos da conversão segundo <i>PWC</i>	21
Quadro 2.3 – Normas de Activos não tratados pela Norma da Imparidade de Activos	23
Quadro 2.4 – Principais conceitos inerentes à Norma de Imparidade de Activos	24
Quadro 2.5 – Fontes de informação necessárias para avaliação de testes de imparidade.....	25
Quadro 2.6 – Tratamento das unidades geradoras de caixa e <i>goodwill</i>	30
Quadro 2.7 – Fontes de informação necessárias para testes de reversão de imparidade	33
Quadro 2.8 – Código de Contas com referências à “Imparidade”	38
Quadro 2.9 – Notas de Enquadramento com referências à “Imparidade”	39
Quadro 2.10 – Comparação entre o POC/DC e a NCRF 12.....	44
Quadro 2.11 – Comparação entre a NCRF 12 e a <i>IAS 36</i>	47
Quadro 2.12 – Comparação entre a <i>IFRS</i> - <i>IAS 36</i> e <i>US GAAP</i> - <i>SFAS 141</i> e <i>142</i>	49
Quadro 2.13 – Resumo comparativo entre POC/DC, <i>IFRS</i> , <i>US GAAP</i> e <i>SNC</i>	53
Quadro 3.1 – Normas de Atributo do <i>IIA</i> de Gestão de Risco.....	76
Quadro 3.2 – Normas de Desempenho do <i>IIA</i> de Gestão de Risco - Planeamento.....	76
Quadro 3.3 – Normas de Desempenho do <i>IIA</i> de Gestão de Risco - Divulgação.....	77
Quadro 3.4 – Normas de Desempenho do <i>IIA</i> de Gestão de Risco - Monitorização.....	77
Quadro 3.5 – Guia de apoio da <i>PwC</i> - “ <i>IFRS Implementation Guide</i> ” – 1ª Fase	82
Quadro 3.6 – Guia de apoio da <i>PwC</i> - “ <i>IFRS Implementation Guide</i> ” – 2ª Fase	83
Quadro 3.7 – Guia de apoio da <i>PwC</i> - “ <i>IFRS Implementation Guide</i> ” – 3ª Fase	84
Quadro 3.8 – Actividades da Auditoria Interna que acrescentam valor às organizações	85
Quadro 4.1 – Relação das entidades que constituem a Amostra	92

Quadro 5.1 – Análise efeitos adopção <i>IFRS</i> e das Perdas por Imparidade no Activo	97
Quadro 5.2 – Análise efeitos adopção <i>IFRS</i> e das Perdas por Imparidade no Cap. Próprio	102
Quadro 5.3 – Análise efeitos adopção <i>IFRS</i> e das Perdas por Imparidade no Resultado L.	104
Quadro 5.4 – Análise Perdas por Imparidade e Ajustamentos	107
Quadro 5.5 – Análise Risco do impacto dos Activos sujeitos a Perdas por Imparidade	110
Quadro 5.6 – Análise efeitos da adopção das <i>IFRS</i> nos Rácios Económico-Financeiros ...	112
Quadro 5.7 – Referências ao Governo Sociedade/Auditoria Interna/Gestão Risco/Ética ...	115
Quadro 5.8 – Análise Metodologia Gestão de Riscos - Referências aos Tipos de Risco	117
Quadro 5.9 – Análise Metodologia Gestão de Riscos - Referências às Fases de Risco	120
Quadro 5.10 – Análise Metodologia Gestão de Riscos - Referências às Inf. Financeira	123

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 2.1 – Árvore de decisão para um teste de imparidade	32
Figura 2.2 – A adopção das <i>IFRS</i> pelas 500 maiores empresas mundiais.....	52
Figura 2.3 – Mapa mundial da distribuição dos normativos contabilísticos	52
Figura 3.1 – Processo de avaliação de risco	57
Figura 3.2 – Visão do Risco como um desafio.....	58
Figura 3.3 – Estrutura Tridimensional do <i>COSO - ERM</i>	68
Figura 3.4 – Monitorização contínua dos riscos - <i>COSO</i>	69
Figura 3.5 – Posicionamento da Auditoria Interna perante os riscos.....	72
Figura 3.6 – Concretização dos Objectivos do Negócio	74
Gráfico 5.1 – Análise efeitos adopção <i>IFRS</i> e Perdas por Imparidade no Activo e AFT ...	98
Gráfico 5.2 – Análise dos Impactos das <i>IFRS</i> no Capital Próprio em 01-Jan	101
Gráfico 5.3 – Análise dos Impactos das <i>IFRS</i> no Capital Próprio em 31-Dez	101
Gráfico 5.4 – Análise das Perdas por Imparidade e Ajustamentos	106
Gráfico 5.5 – Análise de Risco do impacto Activos sujeitos a Perdas por Imparidade	108
Gráfico 5.6 – Análise efeitos adopção das <i>IFRS</i> nos Rácios Económico-Financeiros.....	111
Gráfico 5.7 – Análise da Estrutura de Governação de Sociedades	114
Gráfico 5.8 – Análise dos Tipo de Risco Referenciados.....	116
Gráfico 5.9 – Análise das Metodologias de Gestão de Riscos.....	118
Gráfico 5.10 – Análise da divulgação dos impactos da adopção das <i>IFRS</i>	121
Gráfico 5.11 – Análise da divulgação aos riscos associados aos preceitos das <i>IFRS</i>	122

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ABDR	Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados
AFT	Activos Fixos Tangíveis
CC	Código de Contas
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMVM	Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
DC	Directriz Contabilística
DF	Demonstrações Financeiras
DR	Demonstração dos Resultados
EC	Estrutura Conceptual
ERM	<i>Enterprise Risk Management Framework</i>
EUA	Estados Unidos da América
FERMA	<i>Federation of European Risk Management Associations</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIA	<i>The Institute of Internal Auditors</i>
NCRF	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
POC	Plano Oficial de Contabilidade
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
SFAS	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia
UGC	Unidade Geradora de Caixa

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Com a recente implementação do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em Portugal e anteriormente com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) pelas empresas com valores admitidos à negociação, surgiu a preocupação de um maior controlo no cálculo e reconhecimento das imparidades de activos.

As preocupações das entidades em relação à aplicação da NCRF 12, ao serem assumidas perdas por imparidade, são uma realidade, pois o risco de desvalorização dos seus patrimónios pode implicar a diminuição dos rácios económicos e financeiros, nomeadamente do rácio da autonomia financeira.

Esta questão pode assumir uma maior relevância no âmbito de conjunturas económicas desfavoráveis, como a que vivemos actualmente, pois podem ocorrer efeitos pró-cíclicos de descapitalização das entidades, que por sua vez podem agravar os seus resultados. Se por um lado, as quebras no investimento são uma realidade, por outro, os activos existentes podem ter de ser desvalorizados pela aplicação da norma da imparidade, nomeadamente, por os mesmos não estarem a gerar os *outputs* previstos pela sua aquisição.

Como veremos, um exemplo concreto do risco de desvalorização de activos, é o caso de um unidade industrial que não esteja a gerar os *outputs* previstos pela sua aquisição (benefícios económicos futuros), poder sofrer uma desvalorização considerável pela aplicação desta norma, o que implica a assumpção de uma perda por imparidade e a consequente consideração de gastos no exercício, podendo agravar os resultados em períodos económicos já de si desfavoráveis.

Do ponto de vista da salvaguarda dos activos e da sua desvalorização, nem todas as entidades demonstram preocupações em acautelar os seus impactos negativos. A aplicação da norma da imparidade de activos implica, a elaboração de testes de imparidade para os quais a maior parte das entidades não está ainda consciencializadas e preparadas. Estes testes envolvem a evidência de obsolescência ou o dano físico dos activos. Esta é uma das

razões que fundamenta a incorporação da Auditoria Interna neste estudo, de forma a potenciar as entidades a efectuarem a gestão eficaz e eficiente dos seus activos.

Surge assim uma preocupação crescente de aproximar a Auditoria Interna à Contabilidade no sentido de aproveitar as sinergias das duas profissões, em prol não só da segurança e controlo do processo de conversão do anterior normativo contabilístico para o SNC, mas também do processo subsequente de manter os procedimentos adequados por forma a divulgar aos utentes, as demonstrações financeiras das organizações de acordo com as características qualitativas definidas pelo SNC, ou seja: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

Assim, este estudo focaliza-se nos impactos da adopção da Norma Contabilística de Relato Financeiro de Imparidade de Activos (NCRF 12) e na sua interligação com a Auditoria Interna, ou seja, por um lado pretende analisar o impacto desta norma nas Demonstrações Financeiras (DF) das entidades, e por outro potenciar a intervenção da Auditoria Interna, quer na envolvência do processo de conversão para o SNC, quer na incorporação dos riscos associados à imparidade de activos, nos modelos de gestão de risco.

1.1. Justificação Temática

A importância e a relevância da escolha deste tema, teve a ver com factores de ordem académica e profissional.

Em termos académicos, quer a Normalização Contabilística, quer a Auditoria Interna, assumem uma importância relevante, pois ambas se preocupam com os riscos associados ao controlo e salvaguarda dos activos das entidades:

- Ao nível da Normalização Contabilística, em particular na imparidade de activos, os riscos de imparidade podem ocorrer em qualquer activo, pois todas as normas que dizem respeito ao reconhecimento, mensuração e divulgação de activos, consideram nos seus preceitos, as condições e requisitos necessários para o reconhecimento de perdas por imparidade;
- Ao nível da Auditoria Interna, em particular a Auditoria Interna Baseada no Risco contem nos seus preceitos uma preocupação fundamental: se os controlos

internos para efeitos de salvaguarda dos patrimónios das entidades, atendendo aos riscos mais relevantes, existem e, caso existam, se são os adequados.

No que diz respeito ao conhecimento do SNC, o conceito de imparidade de activos reveste uma importância significativa, pois quanto mais se aprofunda o tema, mais se percebe que a norma da imparidade de activos é abrangente e transversal à generalidade das normas que tratam dos activos, razão pela qual a escolha do tema se torna mais pertinente e oportuno, devido à sua adopção a partir de Janeiro de 2010.

Em termos profissionais, entendemos que perante a norma da imparidade de activos, a contabilidade e a auditoria interna podem reforçar e conciliar, quer os conhecimentos técnicos, quer a uniformização de procedimentos, com vista a alcançar os seguintes objectivos:

- Definir os procedimentos adequados, para assegurar que os activos são escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável;
- Definir as metodologias adequadas, que permitam identificar os riscos inerentes aos activos e aos impactos do novo SNC, nas Demonstrações Financeiras das entidades.

Relativamente aos conhecimentos temáticos dos contabilistas e auditores internos, não há dúvida que a conciliação de ambos implica benefícios para as organizações, quer no processo de conversão do SNC, quer na sua subsequente manutenção.

1.2. Objectivos

Atendendo a que os riscos de imparidade podem ocorrer para a maior parte dos activos, todas as NCRF que tratam do reconhecimento e mensuração de activos, contêm nos seus preceitos, a necessidade de precaver o reconhecimento de perdas por imparidades. Esta questão implica que a imparidade de activos seja tratada transversalmente na Estrutura Conceptual, pois interfere em cerca de uma dezena das vinte e oito normas definidas no SNC. Assim, o objectivo central do nosso estudo assenta no papel da auditoria interna na gestão dos riscos da adopção da NCRF 12, tendo sido definidos dois subobjectivos.

Assim, o primeiro subobjectivo deste estudo relaciona-se com a Normalização Contabilística, e focaliza-se na NCRF 12 – Imparidade de Activos, cuja preocupação é verificar que o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos activos sujeitos a imparidades, são realizados com base em critérios e métodos aceitáveis, que permitam aos destinatários da informação financeira, considerar que as DF apresentam uma imagem verdadeira e apropriada, nesta perspectiva da imparidade de activos.

Deste primeiro subobjectivo, surgem as seguintes questões:

1. Como identificar que um activo pode estar em imparidade?
2. Quais os impactos nas DF da aplicação da NCRF 12?
3. Em termos conjunturais, podem estes impactos ser considerados pró-cíclicos?

O segundo subobjectivo deste estudo, pretende indagar qual o papel que a Auditoria Interna pode desempenhar no processo de aplicação das normas, nomeadamente através dos seus conhecimentos e da gestão de risco, em concreto através da ferramenta denominada *ERM – Enterprise Risk Management*. No âmbito da aplicação da NCRF 12, as entidades podem prevenir os riscos de uma inapropriada aplicação da norma, através dos conhecimentos que os Auditores Internos possuem, quer ao nível do controlo interno, quer ao nível contabilístico, que lhes permitem apoiar a gestão no reconhecimento e mensuração dos activos e consequentemente na sua gestão de riscos. Assim, este objectivo pretende encontrar estímulos para convencer as entidades a incorporar os riscos associados aos impactos do SNC, em geral, e da imparidade de activo, em particular, nos seus processos de Gestão de Riscos.

Deste segundo subobjectivo, surgem as seguintes questões:

1. Como identificar os riscos associados à adopção das *IFRS*, em geral, e da imparidade dos activos, em particular?
2. Quais são os tipos de risco mais importantes? Como os priorizar?
3. Como proceder à monitorização desses riscos?
4. Quais as medidas de contingência para esses riscos?

5. Como proceder ao seu reporte para a gestão ou administração das organizações?

Em termos genéricos, este estudo pretende proporcionar utilidade e orientação no processo de conversão para o SNC e na análise dos impactos da aplicação das normas, quer aos profissionais das áreas de contabilidade e auditoria interna, quer à gestão das entidades nacionais que adoptaram o SNC a partir de Janeiro de 2010, com especial relevo para os impactos associados à aplicação da NCRF 12. Para responder a esta pretensão, teremos que o fazer por analogia, baseando-nos na análise da aplicação da norma da imparidade, efectuada às contas das entidades com valores cotados na *Euronext – Lisboa* e que adoptaram as Normas Internacionais de Contabilidade, no ano 2005, ou seja, através da *IAS 36 – Imparidade de Activos*.

1.3. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação foi organizada em seis capítulos, tendo o primeiro sido subdividido em quatro pontos, com o objectivo de possibilitar a melhor compreensão da estrutura da dissertação. Destes, o primeiro ponto, faz uma introdução ao tema, abordando as áreas temáticas da Contabilidade e da Auditoria Interna), o segundo, apresenta as justificações que suportaram a temática de conciliar estas duas áreas das ciências sociais, o terceiro, apresenta os objectivos do estudo e, finalmente, o quarto ponto apresenta a estrutura da dissertação e uma síntese dos capítulos.

O segundo capítulo, trata da análise detalhada da NCRF 12 – Imparidade de Activos, que começa com o enquadramento da mesma no âmbito do SNC, seguindo-se a análise do tratamento contabilístico da norma e consequentemente a sua referenciação nas DF, desde o Código de Contas (CC), ao Balanço, à Demonstração dos Resultados (DR) e ao Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados (ABDR). No ponto seguinte, faz-se um enquadramento da normalização em termos internacionais, regionais e nacional. De seguida, procede-se às análises comparativas entre a NCRF 12 e as suas equivalentes em termos regionais e internacionais (*IAS 36* e *SFAS 141 e 142*). Finalmente, extraem-se deste

capítulo as considerações e aspectos a reter, sobre as quais se focalizam os factores determinantes para o nosso estudo: impactos e riscos da imparidade de activos.

O terceiro capítulo, aborda o papel que a Auditoria Interna pode desempenhar para gerir os riscos associados à adopção do SNC e, em particular, nos impactos associados à aplicação da NCRF 12. Assim, a Auditoria Interna para além de poder participar no projecto de conversão do SNC definido pelas entidades, poderá também utilizar a ferramenta de Gestão de Riscos para apoiar e gerir os riscos associados ao impactos da adopção do SNC, em particular, da imparidade de activos. Averiguaremos ainda, se os impactos negativos da NCRF 12, podem ser considerados factores pro-cíclicos, ou seja, coincidentes com períodos de regressão económica.

O quarto capítulo, aborda a metodologia utilizada no estudo, estando em conformidade com os objectivos estipulados, e foi subdividido em dois tipos de análises:

- Para responder ao primeiro objectivo, de forma a analisar os impactos relevantes a considerar no reconhecimento e mensuração dos activos considerados em imparidade pela NCRF 12, vai ser efectuado um estudo empírico da aplicação das *IFRS*, em geral, e, em particular, da correspondente norma internacional da imparidade de activos *IAS 36*, através dos relatórios e contas das entidades com valores cotados na Euronext – Lisboa (Euronext 2004), que as adoptaram no ano 2005. Neste estudo vão ser analisadas dezassete das vinte entidades com valores cotados no PSI20 do ano 2004, identificadas em 04-04-2005 pela *Euronext Lisbon Fact book 2004*, excluindo as três entidades financeiras que dele fazem parte.
- Para responder ao segundo objectivo, vão ser analisados os Relatórios de Governação das Sociedades, divulgados pelas entidades acima referidas, a partir dos quais se possam extrair as seguintes informações:
 1. em que medida os relatórios elaborados pelas entidades, com a intervenção da Auditoria Interna, têm em consideração a desvalorização (mensuração) dos activos e a salvaguarda dos mesmos pelas entidades;

2. se a valorização das perdas por imparidades dos activos obtida da consecução do primeiro objectivo, pode ser considerada significativa em termos de ponderação com os totais dos balanços, ao ponto de ser potenciada a sua incorporação nas matrizes de Gestão de Riscos das entidades.

O quinto capítulo, retrata os resultados obtidos pelas pesquisas efectuadas e, à semelhança de toda a estrutura da dissertação, também foi subdividido em dois aspectos, ou seja:

- Em termos de impactos efectivos da adopção das *IFRS* e da *IAS 36*, nas contas das entidades seleccionadas;
- Na apreciação das estruturas organizativas das entidades em termos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco.

Relativamente aos impactos efectivos da adopção da *IFRS*, vamos procurar que os resultados a obter sejam traduzidos em termos monetários e relativos, em função do activo, dos capitais próprios e dos resultados líquidos.

No que diz respeito às estruturas organizativas das entidades em termos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco, vamos focalizar a obtenção de resultados através da forma como podem estes departamentos apoiar a contabilidade no tratamento dos impactos da adopção das *IFRS* e na aplicação da norma da imparidade. É neste último aspecto, que introduzimos a ferramenta de gestão de riscos, denominada *ERM - Enterprise Risk Management*, com a qual pretendemos demonstrar que é possível gerir os impactos da aplicação das normas, principalmente os negativos.

O sexto e último capítulo, destina-se a sintetizar as diversas conclusões deste estudo, agregando as conclusões parcelares que forem sendo retiradas dos diversos subtemas. A par das conclusões, serão também indicadas as limitações do estudo que de alguma forma forem sendo encontradas ao longo do mesmo. Finalizaremos este trabalho, com a apresentação de algumas perspectivas futuras, de forma a estimular os estudantes ou profissionais das áreas da contabilidade e auditoria interna, a desenvolver este ou outros temas, que envolvam o SNC ou a aplicação das suas normas.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA NCRF 12

2.1. Introdução

Este capítulo incide sobre a temática principal do nosso estudo, ou seja, a análise da norma da imparidade em termos contabilísticos e o seu enquadramento no seio do SNC.

Iniciamos o tema com o enquadramento da normalização em termos temporais e geográficos, (Internacional, Regional e Nacional), seguindo-se, o enquadramento da norma NCRF 12 no âmbito do SNC e, consequentemente, da sua análise em termos contabilísticos.

Procuramos de seguida, identificar as referências à imparidade nos instrumentos financeiros do novo SNC, nomeadamente, no CC, no Balanço, na DR e no ABDR.

No ponto seguinte, elaboramos uma análise comparativa da NCRF 12 e o anterior normativo nacional, o Plano Oficial de Contabilidade (POC), e da NCRF 12 e as suas congéneres a nível internacional, elencando as maiores divergências no tratamento da imparidade.

Por fim, enumeramos os riscos associados à aplicação da NCRF 12 e retiramos as conclusões deste capítulo.

2.2. Enquadramento da Normalização Contabilística

O contexto em que se enquadra o SNC está em sintonia com a convergência contabilística que se vem a verificar em termos internacionais.

Segundo Garrido e Sanabria (2001), referenciado em Rodrigues e Guerreiro (2004a), a normalização é definida como o movimento no sentido da uniformidade global, enquanto

que a harmonização é entendida como um processo, que avança do sentido da diversidade para a comparabilidade global.

A normalização contabilística, baseia-se assim num processo contínuo de convergência internacional de normas de contabilidade e auditoria, que assenta em objectivos, tais como:

- Comparabilidade das DF,
- Transparência das DF e
- Eficiência e eficácia do mercado de capitais.

De acordo com Rodrigues e Guerreiro (2004a), devido à diversidade existente entre os sistemas contabilísticos, resultado da evolução condicionada pelas suas características socioeconómicas e culturais, a ascensão de um modelo de normalização contabilística de aplicação internacional, constitui um passo inédito na história da contabilidade.

O processo de harmonização contabilística foi preconizado por diversos organismos internacionais, quer através da emissão de normas quer através de outras formas de regulamentação. Estes organismos podem ser classificados tendo em conta o seu alcance, mundial ou regional. (Rodrigues e Guerreiro 2004a: 24).

A harmonização contabilística, segundo Rodrigues e Pereira (2004b), resulta dos esforços institucionais desenvolvidos pelos diferentes organismos internacionais mundiais e regionais, nomeadamente os desencadeados pelo IASB e pela UE.

A normalização pode ser vista em termos geográficos, de acordo com três perspectivas:

- Internacional (Mundial),
- Regional (União Europeia) e
- Nacional.

2.2.1. Normalização Contabilística Internacional

Em termos Mundiais, e segundo Antão (1999), surge em grande relevo o *International Accounting Standard Committee (IASC)*¹, que iniciou a sua actividade em 29 de Junho de

¹ Organismo de normalização contabilística internacional, anteriormente a 2001 denominado de *International Accounting Standard Committee (IASC)*, responsável pela emissão das *International Accounting Standard*

1973, em Londres, na sequência de um acordo celebrado entre as associações profissionais de dez países: Alemanha, Áustria, Canadá, EUA, França, Holanda, Japão, México, Reino Unido e Irlanda.

Este acordo tinha como objectivo, a promoção e publicação das DF, compiladas com base nas mesmas normas, assegurando a sua aplicação pelos auditores, governos e bolsas e outros interessados.

Foi através deste organismo que surgiram as NIC, cuja aplicação nos diferentes países se fez ao longo dos anos, de duas formas:

- Certos países, incorporam-nas nas obrigações detalhadas da sua legislação, como por exemplo a Alemanha;
- Outros países, fizeram-no através de instituições ou organismos da especialidade:
 - uns, delegaram às instituições nacionais o poder de elaborar regulamentos, por exemplo a França;
 - para outros, foram os organismos privados que elaboram as normas contabilísticas: no caso do Canadá estes organismos são controlados pela profissão contabilística, e no caso no EUA são independentes.

Embora criado em 1973, as preocupações deste organismo em relação à imparidade de activos tornou-se mais evidente com a elaboração, no ano 1997, do denominado *E55 Impairment of Assets*, que não era mais do que o esboço da norma da imparidade de activos, que entretanto deu origem em 1998 à então denominada *IAS 36 - Impairment of Assets*.

2.2.2. Normalização Contabilística Regional

Em termos Regionais, surgem diferentes organismos, que embora com diferentes vertentes, têm um mesmo propósito, ou seja, a normalização regional. Destacam-se, um de origem americana e outro de origem europeia:

(IAS), emitindo actualmente as denominadas, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Por tradução para português, as IAS são conhecidas como Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e as IFRS são conhecidas como Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Sempre que ao longo do nosso trabalho frisarmos esta instituição, usaremos a abreviatura, IASB.

- O *Financial Accounting Standards Board (FASB)* de origem americana, criado em 1972 pelo *American Institute of Certified Public Accountants (AIPCA)*, que segundo Antão (1999), a missão é a de estabelecer e implementar normas de contabilidade e relato financeiros para orientar e formar o público, onde se incluem, os preparadores, os auditores e os utentes da informação financeira;
- A *Fédération des Experts Comptables Européens (FEE)* de origem europeia, fundada em 1987 com sede em Bruxelas, trabalha em conjunto com a Comissão da UE, e cujos objectivos assentam no estudo das diferenças internacionais e contribuição para a sua remoção; os diversos organismos a ela pertencentes, têm interesses nos campos de auditoria, contabilidade e fiscalidade.

2.2.3. Normalização Contabilística Nacional

Quanto ao normativo contabilístico português, este evoluiu de acordo com Gomes (2010), em três períodos distintos:

- i) O primeiro período, de 1974 até 1988, caracterizado inicialmente pela criação de uma comissão de estudos para tratar da normalização contabilística nacional, e, posteriormente, pela criação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC) para as empresas e da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) no ano 1977;
- ii) O segundo período, de 1989 a 2004, caracterizado pela convergência e ajustamento do normativo contabilístico português com a quarta e sétima Directivas do Conselho, bem como pela emissão das Directrizes Contabilísticas pela CNC;
- iii) O terceiro período, de 2005 a 2010, caracteriza-se por sua vez em dois momentos:

- 1º) No ano 2005, em que passou a ser obrigatória a aplicação das normas do *IASB*, pelas entidades cotadas em bolsa, ou seja, de acordo com o Regulamento nº 1606/2002 da União Europeia;
- 2º) No ano 2010, em que passou a ser obrigatória a aplicação das normas do SNC, para as entidades referidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho.

Assim, de acordo com o CNC (2010), o início da normalização contabilística em Portugal, surge em meados dos anos setenta, com os primeiros estudos acerca do assunto, em que foram apresentados projectos de demonstrações financeiras, constituídos por alguns princípios e regras contabilísticas e por listas de contas. Estes preceitos foram considerados o embrião do futuro Plano de Contas, respondendo na época ao desejo manifestado pelas entidades governamentais.

No ano 1977, foi publicado o POC para as empresas e criada em simultâneo a CNC, através do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro.

Desde então, várias foram as alterações sucessivas ao POC, motivadas pela necessidade de adaptação do modelo contabilístico nacional, aos instrumentos jurídicos comunitários, das quais se destacam as mais relevantes:

- Em 1989, por força da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) que aconteceu no ano 1986, foi publicado o Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, que aprovou o POC revisto, satisfazendo os requisitos decorrentes da admissão de Portugal à CEE, ou seja, da aplicação da Quarta Directiva n. 78/660/CEE;
- Em 1991, foi publicado o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 Julho, que transpôs para a ordem jurídica nacional o tratamento contabilístico de consolidação de contas, em consonância com a Directiva n.º 83/349/CEE, mais conhecida por Sétima Directiva. Nesse ano, iniciou-se a emissão de directrizes contabilísticas, com vista a substituir as normas interpretativas do anterior POC.

- Em 1999, através do Decreto-Lei n.º 44/99, de 12 de Fevereiro, foi alterado o POC de 1989, de forma a incorporar o sistema de inventário permanente e a Demonstração dos Resultados por funções;
- Em 2003, através do Decreto-Lei n.º 79/2003, de 23 de Abril, foi introduzida a demonstração dos fluxos de caixa;
- Em 2004, foi publicado o Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de Abril, que estabeleceu as condições de aplicação do justo valor, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro.

Entretanto no ano 2002, foi publicado o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 (JOCE), relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

Em consequência, a CNC aprovou em 15 de Janeiro de 2003, um documento intitulado “Projecto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, baseado nesse Regulamento n.º 1606/2002. Neste Projecto, segundo Guimarães (2003: 38-40) foram considerados dois níveis de normalização contabilística:

- *No primeiro nível, seria para as empresas com maior exigência de relato financeiro e de maior dimensão cujos títulos são negociados publicamente, i.e. num mercado regulamentado (v.g. bolsa de valores) de qualquer Estado Membro da UE, aplicam-se as NIC no seu estado originário (para melhor explicitação, designamos de “NIC Originais”);*
- *No segundo nível, enquadram-se todas as outras empresas que não se incluem no primeiro nível e que são a grande maioria, i.e., aquelas que se consideram com menor exigência de relato financeiro e de menor dimensão. A estas aplicam-se as “NIC Adaptadas” e com um conteúdo mais reduzido e simplificado, de acordo com o trabalho a desenvolver pela CNC, designadas de Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e respectivas Normas Interpretativas.*

Assim, quanto às entidades que se inserem no primeiro nível não há qualquer dúvida sobre o momento da sua aplicação, pois o Regulamento n.º 1606/2002 estabelece taxativamente

que são os exercícios com início em ou depois de 1 de Janeiro de 2005, ou seja, os grupos de empresas cotadas em bolsa.

Quanto às entidades do segundo nível, existiram dois momentos distintos, um em 2005 e outro em 2010:

- *No ano 2005, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, que visa assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as NIC, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros (DR 2005a);*
- *Em 2009, foi publicado o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com entrada em vigor no primeiro exercício que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2010 (DR 2009a).*

Relativamente ao ano 2005, e de acordo com Rodrigues (2010b), estavam assim autorizadas as empresas não cotadas, a utilizar as NIC, contudo por questões fiscais, a generalidade das empresas optou por manter a contabilidade numa base POC porque estas estariam obrigadas a prestar contas segundo o normativo POC.

No ano 2009, foi então definido o SNC, que se caracterizou por ser um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se aproxima o mais possível das NIC emitidas pelo IASB e adoptadas pela União Europeia (UE). O seu objectivo é *proporcionar ao nosso país o alinhamento permanente com as directivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém as características e necessidades específicas do tecido empresarial português*. (Rodrigues 2009: 9).

Podemos então concluir que a normalização é um processo de convergência a três níveis, internacional, regional e nacional e, que pese embora todos os esforços desenvolvidos, trata-se de um processo em contínua evolução.

Em termos nacionais, de acordo com Cravo (2009)., o trabalho da CNC ao nível da normalização contabilística, desenvolvido através do processo de adaptação das normas internacionais às normas nacionais, mostrava numa primeira fase de avaliação das suas implicações, que existia um assinalável conjunto de normas que se revelavam diferentes ou

substancialmente diferentes das nacionais, onde se enquadrava a NIC 36 – Imparidade de Activos

De acordo com Cravo (2009), constatou-se ainda que a norma IAS 36 – Imparidade de Activos, poderia apresentar um grau acrescido de dificuldade de implementação, causada pela complexidade implícita nos modelos de apuramento do grau de imparidade.

É neste contexto, que vamos proceder ao estudo da NCRF 12 no âmbito do SNC, com o objectivo de esclarecer as dificuldades acima referidas associadas à norma da imparidade de activos.

2.3. Enquadramento da NCRF 12 no SNC

O estudo contabilístico da NCRF 12, é precedido por um enquadramento que consiste nas seguintes análises: conceito de imparidade de activos e as suas origens, a importância da norma no seio do SNC e a importância dos impactos nas DF das entidades pela adopção das *IFRS* em geral, e da NCRF 12 em particular.

2.3.1. O conceito de Imparidade

A imparidade de activos está relacionada com a perda de valor desses activos, ou seja, o conceito contabilístico de imparidade, radica a sua essência na definição de activo. Assim, de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), no seu § 49, alínea a), um “*Activo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros*”(DR 2009b, p 36230).

De acordo com o § 87 da EC, são também definidos os requisitos para que um activo, para além de existir e ser identificado, possa ser reconhecido nas DF:

“Um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade”(DR 2009b, p 36233).

Segundo Cipriano (2009), o conceito de imparidade surge da seguinte circunstância - um activo cuja quantia monetária inscrita na contabilidade não corresponda à sua efectiva capacidade de gerar benefícios económicos futuros, terá inevitavelmente que ver essa quantia corrigida, para que a mesma corresponda ao valor actual da capacidade futura de gerar benefícios económicos.

Desta forma, a imparidade, traduz uma perda de valor sofrida por um activo por razões externas ou internas à entidade económica, traduzindo uma menor capacidade que o activo tem para criar benefícios. De salientar que este conceito contabilístico está fortemente impregnado pela característica qualitativa da prudência, pois trata-se de um aspecto determinante para a obtenção da fiabilidade das quantias registadas nos activos das DF.

No contexto do nosso estudo, é ainda conveniente realçar os aspectos relacionados com a incerteza associada à imparidade de activos. De acordo com os §§ 31 a 38 da EC, integrado no conjunto relativo à característica qualitativa da fiabilidade, os preparadores das DF têm, de lutar com as incertezas que inevitavelmente rodeiam muitos acontecimentos e circunstâncias, tais como:

- a cobrabilidade duvidosa de dívidas a receber;
- a vida útil provável de instalações e equipamentos;
- e, o número de reclamações de garantia que possam ocorrer.

Tais incertezas, são reconhecidas através da divulgação da sua natureza e extensão e pela aplicação de prudência na preparação das DF. Assim,

- *a imparidade faz apelo em cada momento de relato ao confronto entre duas quantias, a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado e a quantia recuperável que terá de ser objecto de apuramento autónomo à margem dos registos contabilísticos. Da comparação dessas quantias resultará uma diferença que, se corresponder a uma quantia recuperável abaixo da quantia escriturada, traduzirá uma perda a reconhecer por redução à quantia escriturada do activo, por contrapartida de resultados e/ou de capital próprio da entidade.* (Cipriano 2009: 5).

Estes são alguns dos fundamentos da NCRF 12 – Imparidade de Activos, que teve a sua essência na *International Accounting Standard (IAS) 36 – Impairment of Assets*, tendo esta tido as suas origens no esboço de apresentação do *Exposure Draft E55 – Impairment of Assets* de Maio de 1997.

2.3.2. A origem e evolução da NCRF 12

De acordo com o Quadro 2.1, que apresenta a evolução temporal da IAS 36, a NCRF 12 foi extraída da IAS 36 – Imparidade de activos. Esta norma surgiu nos últimos anos do século XX, sendo uma das mais recentes quando comparada com a idade das suas congéneres, pois a maior parte surgiu durante os anos setenta e oitenta.

Data	Descrição
Maio 1997	Projecto de Apresentação E55 - Imparidade de Activos (<i>Exposure Draft E55 - Impairment of Assets</i>)
Junho 1998	IAS 36 - Imparidade de Activos
1 de Julho de 1999	Data efectiva da IAS 36 (ano de referência 1998)
31 de Março de 2004	Revisão da IAS 36
1 de Abril de 2004	Entrada em vigor da IAS 36, após revisão de Março 2004
22 de Maio de 2008	Aditamentos à IAS 36 após melhoramentos anuais das IFRS 2007 (sobre a divulgação das estimativas usadas para determinar a quantia recuperável)
1 de Janeiro de 2009	Data efectiva da IAS 36 após revisões de Maio 2008
16 de Abril de 2009	Aditamentos à IAS 36 após melhoramentos anuais das IFRS 2009 (sobre as unidades de caixa para o teste de imparidade do Goowill, que utilizam os Segmentos Operacionais da IFRS 8, antes de
1 de Janeiro de 2010	Data efectiva da IAS 36 após revisões de Abril 2009

Fonte: Adaptado do site da Deloitte - <http://www.iasplus.com/standard/ias36.htm>

Quadro 2.1 – Evolução temporal da IAS 36 – Imparidade de activos

O *Exposure Draft E55 - Impairment of Assets*, emitido em Maio de 1997, foi objecto de várias análises críticas no âmbito das audições públicas que caracterizam o IASB, como foi o caso de uma carta enviada pela *Deloitte* ao IASC em 21 de Agosto de 1997 (Deloitte), e que referia:

- já há algum tempo que o reconhecimento e mensuração da imparidade de activos, constituíam um problema, bem como a diversidade do seu tratamento contabilístico que implicava uma complexidade de decisões motivadas por ausência de orientações claras;
- referiam ainda que, não concordavam, sob quaisquer circunstâncias, que uma perda por imparidade reconhecida em período anterior para um activo avaliado ao custo histórico, pudesse ser revertida.

Após este início rodeado de alguma controvérsia, foi então emitida em Junho de 1998, pelo IASC, a IAS 36, que até ao seu estado actual sofreu ainda algumas revisões, das quais salientamos:

- A revisão de 2004, relacionou-se com as alterações provocadas na *IAS 36 - Imparidade de Activos* e na *IAS 38 - Activos Intangíveis*, por ter sido entretanto emitida pelo *IASB*, a *IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais*, que tinha como objectivo melhorar a qualidade da contabilidade para as combinações de negócios, para o *goodwill* e para os activos intangíveis; Em relação à *IAS 36*, as alterações tiveram fundamentalmente a ver com o teste de imparidade ao *goodwill*; (*IASB 2002*)
- A revisão de 2008, teve a ver com os melhoramentos anuais das *IFRS 2007*, que implicaram alterações da *IAS 36*, no sentido de melhorar a divulgação das estimativas usadas para determinar a quantia recuperável;
- A revisão de 2009, teve a ver com os melhoramentos anuais das *IFRS 2009*, que implicaram alterações da *IAS 36*, por força da *IFRS 8 - Segmentos Operacionais*, que utilizavam as unidades de caixa para o teste de imparidade do *goodwill*.

Em Portugal, de acordo com Cravo (2009), a adopção da *IAS 36* teve a sua génese no ano 2003 através do Projecto de Linhas de Orientação para um novo modelo de normalização contabilística, aprovado pelo Conselho Geral da CNC de 15 de Janeiro de 2003, ao ter sido incorporada nesse âmbito a *NIC 36 – Imparidade de activos obtidos*, baseada na adaptação da *IAS 36 – Imparidade de Activos*.

A adopção das *NIC* em geral, e da *IAS 36* em particular, concretizou-se no ano 2005, através do denominado primeiro nível de normalização, para as entidades cotadas em bolsa, de acordo com o Regulamento nº 1606/2002 da UE.

Entretanto, em Junho de 2007, foi publicada a *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) 10 - Interpretação sobre o Relato Financeiro Intercalar e Imparidade*, com o objectivo de clarificar que as perdas por imparidade no *goodwill* e em certos activos financeiros, reconhecidas nas *DF* intercalares não devam ser revertidas em *DF* intercalares ou anuais subsequentes. O motivo desta clarificação está relacionado com o conflito entre os requisitos da *IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar*, da *IAS 36* e da *IAS 39 – Instrumentos Financeiros* (*JOUE 2007*).

A NCRF 12 tem por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS 36 - Imparidade de Activos, adoptada pelo texto original do Regulamento n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro. (JOCE 2008)

Para finalizar, a adopção das NIC em geral, e da NCRF 12 em particular, concretizou-se no ano 2010, através do denominado segundo nível de normalização, com aplicação pelas entidades referidas no artigo 3º do Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, que aprovou o SNC.

2.3.3. A importância da NCRF 12 no seio do SNC

O SNC em Portugal é composto por vinte e oito NCRF, no entanto, o nosso estudo focaliza-se na análise da aplicação da NCRF n.º 12 – Imparidade de Activos.

O termo e os fundamentos de imparidade têm várias influências no novo SNC, podendo por isso e de acordo com Cipriano (2010), ser considerada uma norma transversal do SNC.

Em virtude dos riscos de imparidade poderem ocorrer para a generalidade dos activos, em termos gerais, a imparidade é tratada por duas normas, consoante a natureza dos activos:

- NCRF 12 – Imparidade de activos, que trata dos activos não financeiros;
- NCRF 27 – Instrumentos financeiros, que trata dos activos financeiros.

Em termos específicos, a imparidade de activos pode ainda ser tratada nos preceitos das seguintes normas:

- NCRF 6 – Activos intangíveis;
- NCRF 7 – Activos fixos tangíveis;
- NCRF 8 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas;
- NCRF 11 – Propriedades de investimento;
- NCRF 13 – Interesses empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas;
- NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais;
- NCRF 17 – Agricultura;
- NCRF 26 – Matérias ambientais.

Adicionalmente, existe ainda o caso particular da NCRF 18 – Inventários, que segundo Cipriano (2010), embora não faça expressamente uso das definições de quantia recuperável, de perda por imparidade, de imparidade acumulada e reversão de perdas por imparidade, preconiza que os activos devam ser expressos no balanço pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Assim, existe neste caso uma similaridade entre o tratamento dos ajustamentos nesta norma e das imparidades na NCRF 12, tendo inclusivamente sido tratados no CC do SNC, os ajustamentos das existências como “Perdas de imparidade acumuladas”.

Resumindo, devemos realçar que a norma da imparidade de activos é uma norma transversal a uma grande parte do SNC, mais concretamente, à totalidade das normas que tratam os activos das entidades.

2.3.4. A importância da NCRF 12 nos impactos da adopção das normas

No sentido de analisarmos os futuros impactos da aplicação das normas em geral e da norma de imparidade em particular, procuraremos averiguar no passado, quais foram os impactos da aplicação das *IFRS* nas contas das entidades cotadas em bolsa. Assim, de alguns estudos encontrados sobre os impactos da adopção das *IFRS* nas entidades portuguesas, indicamos o da *PricewaterhouseCoopers (2009a)*, por ser considerada uma empresa detentora de um vasto conhecimento internacional a este nível e, por abordar aspectos relevantes sobre os activos. Este estudo apresenta duas conclusões:

- que a adopção das *IFRS* em Portugal pelas empresas cotadas em bolsa, implicou uma redução de aproximadamente 10% nos seus Capitais Próprios, como resultado de alterações significativas no valor do seus activos e passivos;
- e, que através do acompanhamento que a *PwC* tem vindo a efectuar do SNC, os principais impactos da conversão para o SNC podem ser resumidos no Quadro 2.2, a seguir:

Componente	Impacto
Activos intangíveis	<i>Redução ou eliminação total do goodwill, despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.</i>
Activos tangíveis	<i>Redução por imparidade do valor líquido de alguns activos. Possibilidade de alterações de vidas úteis e a adopção da amortização por componentes . Opção pela mensuração ao custo histórico ou valor revalorizado.</i>
Propriedades de investimentos	<i>Aumento do valor dos activos, se adoptada a política de mensuração ao justo valor.</i>
Acréscimos e diferimentos	<i>Anulação de custos plurianuais diferidos que não qualifiquem como activo.</i>
Instrumentos financeiros	<i>Registo dos ganhos e perdas obtidas com a contratação de instrumentos financeiros derivados e separação entre instrumentos de capital próprio e passivos financeiros.</i>
Benefícios aos empregados	<i>Alteração das responsabilidades reconhecidas com pensões por possibilidade de aplicação do método do “corredor” no reconhecimento dos desvios actuariais.</i>
Provisões	<i>Redução do valor de provisões genéricas e para reestruturações constituídas. Aumento da divulgação de passivos contingentes. Possível desconto do valor das provisões.</i>
Subsídios	<i>Eventual reclassificação de subsídios.</i>
Rédito	<i>Redução dos réditos suportados por contratos condicionais ou revogáveis. Reconhecimento da actividade de “comissionista” pelo líquido.</i>
Impostos	<i>Activos e passivos por impostos diferidos, em resultado da manutenção do critério do custo histórico e de outras regras fiscais actualmente em vigor.</i>

Fonte: Adaptado da Revista Electrónica da PricewaterhouseCoopers (PWC) 2009

Quadro 2.2 – Principais impactos da conversão segundo PWC

No que diz respeito à NCRF 12, nomeadamente, aos activos tangíveis e, como se pode verificar pelo Quadro 2.2, os impactos mais relevantes estão relacionados com:

- a redução por imparidade do valor líquido de alguns activos, ou seja, a sua desvalorização;
- a possibilidade de alterações de vidas úteis e a adopção da amortização por componentes, ou seja, das unidades geradores de caixa.

De realçar que o nosso estudo, vai incidir sobre a explicação deste tipo de impactos, ou seja, pela aplicação da NCRF 12 nas DF e como pode a Auditoria Interna contribuir para a redução dos riscos associados à sua adopção.

Após termos efectuado este enquadramento da norma de imparidade, ou seja, analisados o conceito, as suas origens e os seus possíveis impactos, vamos prosseguir com a análise contabilística da NCRF 12.

2.4. Tratamento contabilístico da NCRF 12

Segundo Rodrigues (2009), a CNC emitiu a NCRF 12 - Imparidade de activos, a qual tem por base a *IAS 36 - Impairment of assets* (imparidade de activos), emitida pelo *IASB*.

Sempre que na norma existam remissões para as NIC, entende-se que estas se referem às adoptadas pela UE, nos termos do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho (JOCE 2002) e, em conformidade com o texto original do Regulamento n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Na análise desta norma, começamos com a identificação do objectivo e âmbito da mesma, seguindo-se a descrição das definições mais relevantes para o nosso estudo. De seguida elencamos os procedimentos associados à identificação e mensuração das imparidades e continuamos com o reconhecimento das imparidades e suas reversões. Terminamos com as divulgações das mesmas nas DF.

2.4.1. Objectivo e âmbito da norma de imparidade

Em conformidade com o § 1 da NCRF 12, o objectivo desta norma é o de prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que os seus activos não são escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável.

Assim, um activo é escriturado por mais do que a sua quantia recuperável se a sua quantia escriturada exceder a quantia a ser recuperada através do uso ou venda do activo. Se este for o caso, o activo é descrito como estando com imparidade e a norma exige que a entidade reconheça uma perda por imparidade. A norma ainda especifica as circunstâncias em que uma entidade deve reverter uma perda por imparidade e prescreve as necessárias divulgações nas DF.

Relativamente ao âmbito, e de acordo com o § 2 da NCRF 12, esta norma deve ser aplicada na contabilização da imparidade de todos os activos, que não sejam tratados pelas normas mencionadas no Quadro 2.3:

Norma	Descrição
NCRF 18	<i>Inventários (ver NCRF 18 - Inventários);</i>
NCRF 19	<i>Activos provenientes de contratos de construção (ver NCRF 19 - Contratos de Construção);</i>
NCRF 25	<i>Activos por impostos diferidos (ver NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);</i>
NCRF 28	<i>Activos por benefícios de empregados (ver NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);</i>
NCRF 27	<i>Activos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;</i>
NCRF 11	<i>Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver NCRF 11 - Propriedades de Investimento);</i>
NCRF 17	<i>Activos biológicos relacionados com a actividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos o custo estimado no ponto de venda (ver NCRF 17 - Agricultura);</i>
NCRF 8	<i>Activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Activos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.</i>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2.3 – Normas de Activos não tratados pela Norma da Imparidade de Activos

Perante o definido, no § 3 da NCRF 12, a norma aplica-se aos activos que sejam escriturados pela quantia revalorizada, ou seja, ao justo valor de acordo com outras normas, tais como o modelo de revalorização implícito na NCRF 7 - Activos Fixos Tangíveis. Para se poder identificar quando é que um activo revalorizado, pode estar em imparidade, temos de analisar os fundamentos usados para determinar o justo valor:

- (a) Caso o justo valor do activo corresponda ao seu valor de mercado, a única diferença entre o justo valor do activo e o seu justo valor menos os custos de vender, são os custos directos e adicionais para alienar esse activo que, no entanto, dependem de:
 - (i) *Se os custos com a alienação forem negligenciáveis, a quantia recuperável do activo revalorizado aproxima-se necessariamente da sua quantia revalorizada (i.e. justo valor) ou é superior à mesma. Neste caso, após os requisitos de revalorização terem sido aplicados, é improvável que o activo revalorizado esteja com imparidade e a quantia recuperável não necessita de ser estimada;*
 - (ii) *Se os custos com a alienação não forem negligenciáveis, o justo valor menos os custos de vender do activo revalorizado é necessariamente inferior ao seu justo valor. Por isso, o activo revalorizado estará com imparidade se o seu valor de uso for inferior à sua quantia revalorizada (i.e. justo valor). Neste caso, após os requisitos de valorização terem sido aplicados, uma entidade aplica esta Norma para determinar se o activo pode estar com imparidade;*
- (b) Caso o justo valor do activo seja determinado numa base que não corresponda ao seu valor de mercado, a sua quantia revalorizada (i.e. justo valor) pode ser

superior ou inferior à sua quantia recuperável. Assim, após os requisitos de revalorização terem sido aplicados, uma entidade aplica esta norma para determinar se o activo está ou não em imparidade.

2.4.2. Definições dos termos relacionados com a norma de imparidade

Os conceitos que estão relacionados com a norma da imparidade de activos, de acordo com o § 4 da NCRF 12, são os indicados no Quadro 2.4.

Conceito	Definição
Activos “corporate”:	<i>são activos, excepto goodwill, que contribuam para os fluxos de caixa futuros de várias unidades geradoras de caixa.</i>
Custos com a alienação:	<i>são custos incrementais directamente atribuíveis à alienação de um activo ou unidade geradora de caixa, excluindo custos de financiamento e gastos de impostos sobre o rendimento.</i>
Data de acordo para uma concentração de actividades empresariais:	<i>é a data em que um acordo substantivo entre as partes concentradas seja celebrado e, no caso de entidades cotadas em bolsa, anunciado ao público. No caso de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) hostil, a primeira data em que tiver sido atingido um acordo substantivo entre as partes que se concentram é a data em que um número suficiente dos proprietários da adquirida tenham aceite a oferta do adquirente para que este obtenha o controlo daquela.</i>
Depreciação (Amortização):	<i>é a imputação sistemática da quantia depreciável de um activo durante a sua vida útil. (No caso de um activo intangível, o termo “amortização” é geralmente usado em vez de “depreciação”. Ambos os termos têm o mesmo sentido.).</i>
Justo valor menos os custos de vender:	<i>é a quantia a obter da venda de um activo ou unidade geradora de caixa numa transacção entre partes conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer relacionamento entre elas, menos os custos com a alienação.</i>
Mercado activo:	<i>é um mercado no qual se verifiquem todas as condições seguintes: (a) Os itens negociados no mercado são homogéneos; (b) Podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender; e (c) Os preços estão disponíveis ao público.</i>
Perda por imparidade:	<i>é o excedente da quantia escriturada de um activo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação à sua quantia recuperável.</i>
Quantia depreciável:	<i>é o custo de um activo ou outra quantia substituta do custo, menos o seu valor residual.</i>
Quantia escriturada:	<i>é a quantia pela qual um activo é reconhecido no Balanço, após a dedução de qualquer depreciação/amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes.</i>
Quantia recuperável:	<i>é a quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.</i>
Unidade geradora de caixa:	<i>é o mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.</i>
Valor de uso:	<i>é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que se espere surjam do uso continuado de um activo ou unidade geradora de caixa e da sua alienação no fim da sua vida útil.</i>
Vida útil é:	<i>(a) O período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso; ou (b) O número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do activo.</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.4 – Principais conceitos inerentes à Norma de Imparidade de Activos

Destas definições importa realçar dois aspectos:

- Um, tem a ver com a questão das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), que surge pelo facto de existirem bens isolados em que é impossível apurar a sua quantia recuperável, isto pelo facto de não ser possível isolar os seus benefícios económicos futuros;

- Outro aspecto importante, tem a ver com o valor de uso, isto é, com o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. No entanto, para apurar o cálculo deste valor presente vai ser necessário recorrer à taxa de desconto dos fluxos de caixa.

2.4.3. Identificação de um activo que possa estar com imparidade

Fundamentalmente, e de acordo com os §§ 5 a 8 da NCRF 12, uma entidade deve avaliar, em cada data de relato, se existe indicação que um activo possa estar em imparidade e se assim for a entidade deve estimar a sua quantia recuperável.

Uma entidade deve efectuar o teste de imparidade, apesar de poder não haver indicações de imparidade. Este teste corresponde à comparação entre a quantia escriturada do activo e a sua quantia recuperável, sendo assim necessário, para aferir da existência de perda por imparidade, a seguinte comparação:

- Se a quantia escriturada for maior que a quantia recuperável, existe imparidade;
- Se a quantia escriturada for menor que a quantia recuperável, não existe imparidade.

Deste modo, para avaliar se existe indicação de que um activo possa estar com imparidade, uma entidade deve considerar, como mínimo, as indicações para testar a imparidade de activos, que de acordo com o Quadro 2.5, são provenientes de fontes de informação externas e internas.

Fontes	Indicações de informação para testes de imparidade
Fontes Externas	<i>(a) Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.</i>
	<i>(b) Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o activo está</i>
	<i>(c) As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a sua</i>
	<i>(d) A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado.</i>
Fontes Internas	<i>(e) Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo.</i>
	<i>(f) Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem</i>
	<i>(g) Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.5 – Fontes de informação necessárias para avaliação de testes de imparidade

Neste ponto, importa reter dois aspectos:

- As entidades, devem efectuar os testes de imparidade para aferir da existência ou não de imparidade de activos;
- As entidades, devem obrigatoriamente proceder à detecção de indícios de imparidade através das fontes externas e internas de informação.

2.4.4. Mensuração da quantia recuperável

Após a realização dos testes de imparidade é, então, necessário proceder à mensuração da quantia recuperável.

Em conformidade com os §§ 9 a 27 da NCRF 12, quando se elabora um teste de imparidade, existe a obrigatoriedade de apurar a quantia recuperável e compará-la com a quantia escriturada. Desta forma, a quantia escriturada é apurada através da quantia mais alta entre:

- o justo valor de um activo (ou UGC) menos os custos de vender;
- e, o valor de uso desse activo (ou UGC).

Neste âmbito, é adequado analisar as noções de Justo Valor menos os custos de vender e de Valor de Uso.

O Justo Valor de um activo menos os custos de vender, corresponde à quantia que se obtém pela venda de um activo ou UGC, numa transacção entre partes conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer relacionamento entre elas, menos os custos inerentes a essa alienação, fazendo referência a três formas de apurar o justo valor:

- Primeiro, pelo preço proveniente de um acordo de venda vinculativo numa transacção entre partes dispostas a isso e sem qualquer relacionamento entre si, ajustado pelos custos adicionais que seriam directamente imputáveis à venda do activo;
- Segundo, caso exista um mercado activo para o activo em questão, o justo valor corresponde ao preço de mercado desse activo menos os custos da sua venda;
- Terceiro, caso não existam os dois anteriores, o justo valor será então dado com base na melhor informação disponível que possa reflectir a quantia que uma

entidade pode receber, à data de balanço, pela alienação do activo, proveniente de uma transacção entre partes dispostas a isso e sem qualquer relacionamento entre si.

O Valor de Uso, corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que são expectáveis pelo uso continuado de um activo ou UGC e, da sua alienação no final da sua vida útil. Para se proceder a esta valorização, é então necessário elaborar um cálculo dos fluxos de caixa futuros, tendo por base os seguintes elementos:

- Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que uma entidade espera obter pelo uso do activo;
- Expectativas de possíveis variações nos fluxos de caixa futuros;
- O valor temporal do dinheiro (taxa corrente de juro sem risco de mercado);
- O preço de suportar a incerteza inerente ao activo;
- Outros factores, como a falta de liquidez reflectida no preço de mercado, que por sua vez estaria reflectida nos fluxos de caixa futuros desse activo.

Quanto à Taxa de Desconto e, de acordo com os §§ 25 a 27 da NCRF 12, deve corresponder à taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e sobre os riscos específicos para o activo, em relação aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Assim, pode-se afirmar que o valor de uso se pode entender como o somatório dos fluxos de caixa esperados num futuro próximo, acrescido do seu valor residual, de determinado activo ou conjunto de activos, descontados ao momento através de uma taxa de desconto. Esta taxa deve reflectir o valor temporal do dinheiro, ou seja, uma taxa corrente de juro sem risco de mercado (Cravo, Grenha et al. 2009: 155).

Neste ponto, é conveniente referenciar a Norma Interpretativa (NI) nº 2 - Uso de técnicas de valor presente para mensurar o valor de uso, que se aplica à NCRF 12 - Imparidade de Activos. Esta NI apresenta duas abordagens para calcular o valor presente, podendo qualquer uma ser usada para estimar o valor de uso de um activo, dependendo das seguintes circunstâncias:

- A taxa de desconto na abordagem “tradicional”, considera os seguintes elementos:

- Expectativas acerca das variações possíveis na quantia ou tempestividade desses fluxos de caixa;
- Outros factores (tais como a falta de liquidez), por vezes não identificáveis, que os participantes do mercado reflectiriam ao apreçar os fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do activo.
- A taxa de desconto na abordagem do “fluxo de caixa esperado”, considera também:
 - O preço de suportar a incerteza inerente ao activo.

Conforme § 15 da NI 2, *qualquer que seja a abordagem que uma entidade adopte para mensurar o valor de uso de um activo, as taxas de juro usadas para descontar os fluxos de caixa não devem reflectir riscos para os quais os fluxos de caixa tenham sido estimados.* (DR 2009e: 36325)

Assim, em sequência e de acordo com o § 16 da NI 2, quando uma taxa de um activo específico não estiver directamente disponível no mercado, uma entidade usa substitutos para estimar a taxa de desconto. A finalidade é estimar, tanto quanto possível, uma avaliação do mercado:

- Do valor temporal do dinheiro para os períodos até ao fim da vida útil do activo;
- Dos factores abaixo, até ao ponto em que esses factores não originaram ajustamentos para atingir os fluxos de caixa estimados:
 - Expectativas acerca das variações possíveis na quantia ou tempestividade desses fluxos de caixa;
 - O preço de suportar a incerteza inerente ao activo;
 - Outros factores (tais como a falta de liquidez), por vezes não identificáveis, que os participantes do mercado reflectiriam ao apreçar os fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do activo.

Resumindo, no cálculo destas estimativas devemos ter em consideração os seguintes factores de risco:

- o risco de país,
- o risco de moeda
- e, o risco de preço.

2.4.5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade

Chegados a este ponto, estamos na posse dos factores essenciais para se proceder ao reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade de activos. Assim, de acordo com os §§ 28 a 32 da NCRF 12, o reconhecimento e mensuração de uma perda por imparidade é definido da seguinte forma:

- Se e apenas se, a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, a quantia escriturada do activo deve ser reduzida para a sua quantia recuperável. Esta redução é uma perda por imparidade;
- Uma perda por imparidade de um activo deve ser imediatamente reconhecida nos resultados, a não ser que o activo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra norma (como, por exemplo, pelo modelo de revalorização da NCRF 7 - Activos Fixos Tangíveis);
- Depois do reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a depreciação do activo deve ser ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

De acordo com Gomes (2010), podemos distinguir duas formas de mensuração de perdas por imparidade:

- Nos activos individuais, em que é possível a mensuração da quantia recuperável de activos individualizados e a sua comparação com a quantia escriturada; neste caso se a quantia escriturada for maior que a quantia recuperável, a diferença deve ser reconhecida nos resultados (como perdas por imparidade), ou como uma redução do excedente de revalorização (quando aplicável);
- Num conjunto de activos, ou UGC, quando a avaliação individualizada não é possível; neste caso, o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, deve ser imputado a cada uma das UGC ou grupo de UGC, cujo objectivo é determinar o teste de imparidade.

Em consequência da abordagem da UGC, vamos então proceder à explicação dos fundamentos relativos ao conjunto de activos, ou seja, às unidades geradoras de caixa.

2.4.6. Unidades geradoras de caixa e *goodwill*

Relembrando o conceito, uma UGC de um activo é o mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.

De acordo com os §§ 33 a 55 da NCRF 12, conforme Quadro 2.6, está definido o âmbito e a forma de tratamento contabilístico das UGC e do *goodwill*, bem como do tratamento dos activos “*corporate*”.

Parágrafos	Tratamento das unidades geradoras de caixa e <i>goodwill</i>
§§ 33 a 37	<i>Identificação da UGC a que pertence um activo</i>
§§ 38 a 51	<i>Tratamento da quantia recuperável e da quantia escriturada de uma UGC</i>
§§ 40 a 50:	<i>Tratamento do goodwill, sendo que este por sua vez se subdivide em:</i>
§§ 40 a 43	- <i>Imputação de goodwill a UGC</i>
§§ 44 e 45	- <i>Testar a imparidade de UGC com goodwill</i>
§§ 46 e 47	- <i>Explicação dos interesses minoritários</i>
§§ 48 a 50	- <i>Definição da tempestividade dos testes de imparidade</i>
§ 51	<i>Tratamento dos activos “corporate”</i>
§§ 52 a 55	<i>Definição de perda por imparidade de uma UGC</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.6 – Tratamento das unidades geradoras de caixa e *goodwill*

Abordamos de seguida, os aspectos fundamentais do tratamento das UGC e *goodwill*.

De realçar que a identificação da UGC de um activo envolve juízo de valor, pois se a quantia recuperável não puder ser determinada para um activo individual, uma entidade identifica o menor agregado de activos que geram influxos de caixa em larga medida independentes. Como exemplos de UGC, podemos indicar: segmentos, centros comerciais, unidades de negócio, linhas de produção, entre outros.

De acordo com Cipriano (2010), os procedimentos a aplicar às UGC são idênticos aos aplicados para os activos individuais, nomeadamente:

- A análise de indícios de imparidade com recurso a fontes internas e externas de informação;
- A mensuração da quantia recuperável, que corresponde ao mais alto entre o justo valor menos os custos de vender e o valor de uso; neste âmbito, deve ter-se em consideração que no apuramento do justo valor menos os custos de vender, podem existir passivos que afectem a UGC;

- O teste de imparidade, surge da confrontação entre a quantia recuperável e a quantia escriturada dos activos que integram a UGC.

Quanto ao *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, deve ser imputado a cada uma das UGC, ou grupo de UGC do adquirente, que se espera beneficiem das sinergias da concentração de actividades empresariais, independentemente de outros activos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGC. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* seja assim imputado deve:

- representar o nível mais baixo no âmbito da entidade ao qual o *goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- não ser maior do que um segmento operacional, determinado de acordo com a IFRS 8 - Segmentos Operacionais.

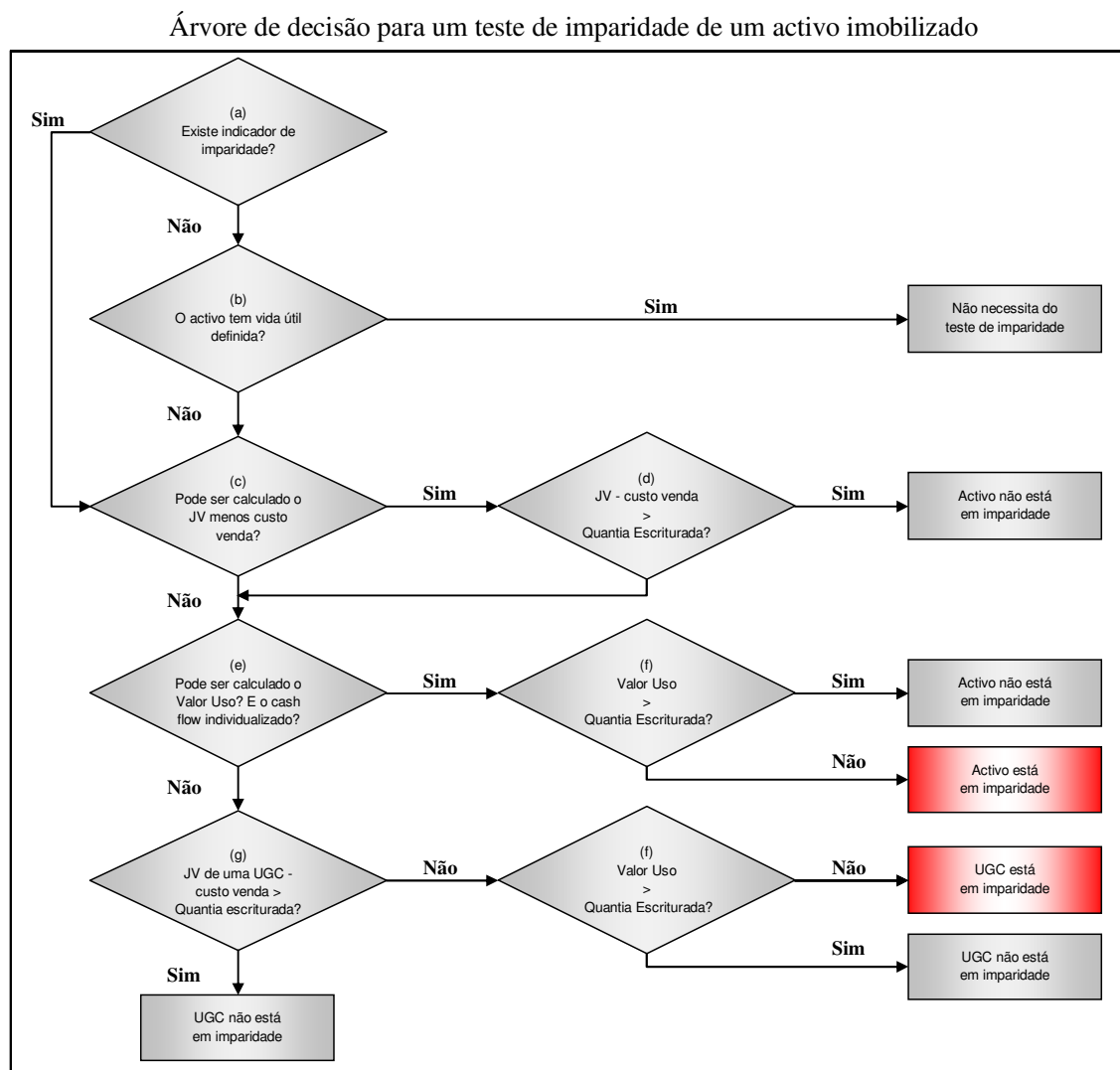
Segundo Cipriano (2010), sempre que uma determinada entidade que relata, tenha no seu activo várias UGC, no caso de se tratar de um grupo económico ou uma grande empresa, a NCRF 12 determina que:

- em primeiro lugar, se teste a imparidade das UGC com *goodwill*;
- em segundo lugar, que o *goodwill* esteja devidamente imputado e mensurado a cada UGC que lhe diz respeito, estando incluído na quantia escriturada dessa unidade operacional.

Relativamente à tempestividade, o teste de imparidade anual para uma UGC a que tenha sido imputado *goodwill*, pode ser efectuado a qualquer momento durante um período anual, desde que o teste seja efectuado no mesmo momento todos os anos.

Após termos identificado os conceitos basilares referentes à imparidade de activos, bem como os procedimentos a efectuar para determinar as perdas por imparidade, estamos em condições de analisar os passos que devem ser seguidos para verificar se um activo está ou não em imparidade.

Apresentamos assim uma árvore de decisão dos testes de imparidade, conforme Figura 2.1, que se baseia numa sequência de questões lógicas e que permite sintetizar alguns dos conceitos tratados até este ponto.



Fonte: Elaboração própria

Figura 2.1 - Árvore de decisão para um teste de imparidade

Após termos identificado como mensurar e tratar as perdas por imparidade, vamos passar à análise da situação inversa, ou seja, da reversão das perdas por imparidade.

2.4.7. Reverter uma perda por imparidade

A reversão de uma perda por imparidade de um activo, surge quando o valor escriturado é superior ao seu valor recuperável, com excepção do *goodwill*, que nunca pode ser revertido.

Assim, conforme os §§ n.º 56 a 64 da NCRF 12, os procedimentos relativos às reversões diferem consoante o tipo de activos:

- reverter uma perda por imparidade de um activo individual (§§ 59 a 61);
- reverter uma perda por imparidade de uma UGC (§§ 62 a 63);
- reverter uma perda por imparidade de goodwill (§ 64) – neste caso, uma perda por imparidade reconhecida para o *goodwill* não deve ser revertida num período posterior.

De acordo com Gomes (2010), é necessário efectuar um teste de reversão de perda por imparidade, quando para os restantes activos que não o *goodwill*, existam à data do balanço indicações de perdas por imparidade a reverter.

O teste de reversão de perda por imparidade, passa por avaliar se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo, que não o *goodwill*, possa já não existir ou possa ter diminuído. À semelhança das perdas por imparidade, e de acordo com o § 57 da NCRF 12, uma entidade deve considerar, no mínimo, as indicações constantes do Quadro 2.7, referente à proveniência das fontes de informação necessárias:

- Fontes externas de informação, que proporcionem um aumento do valor do activo, ou seja, se o valor de mercado de um activo aumentou, se outros factores como o tecnológico, influenciaram favoravelmente o valor desse activo, ou se as taxas de juro de mercado implicaram um aumento do valor recuperável desse activo;
- Fontes internas de informação, que proporcionem um aumento do valor do activo, quer através de alterações da entidade que melhorem o desempenho do activo na sua utilização, quer através de indicações provenientes de relatórios internos que indiquem que um activo tem um melhor desempenho.

Fontes	Indicações de informação para testes de reversão de imparidade
Fontes Externas	(a) O valor de mercado do activo tenha aumentado significativamente durante o período;
	(b) Tenham ocorrido durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito favorável na entidade, referentes ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado a que se destina o activo;
	(c) As taxas de juro do mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afectar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do activo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável.
Fontes Internas	(d) Alterações significativas com um efeito favorável na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, o activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem os custos incorridos durante o período para melhorar ou aumentar o desempenho do activo ou reestruturar a unidade operacional a qual o activo pertence;
	(e) Exista evidência proveniente de relatórios internos que indique que o desempenho económico do activo é, ou será, melhor do que o esperado.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.7 – Fontes de informação necessárias para testes de reversão de imparidade

De acordo com Gomes (2010), a reversão de uma perda por imparidade, deve cumprir com os seguintes procedimentos, conforme se trate:

- De um activo individual:
 - Aumentar o valor escriturado do activo para a quantia recuperável, sem exceder o valor que se obteria se não tivesse sido reconhecida previamente uma perda por imparidade;
 - Reconhecer a diferença nos resultados, ou como um aumento do excedente de reavaliação (quando aplicável);
 - Ajustar as depreciações (amortizações) dos períodos seguintes.
- De um conjunto de activos (UGC):
 - Aumentar o valor escriturado da UGC, excepto *goodwill*, para a quantia recuperável, na proporção do seu valor escriturado, sem exceder o valor que se obteria, caso não tivesse sido reconhecida previamente uma perda de imparidade;
 - Reconhecer a diferença nos resultados, ou como um aumento do excedente de reavaliação (quando aplicável);
 - Ajustar as depreciações (amortizações) dos períodos seguintes.

2.4.8. Divulgações e data de eficácia

As divulgações no Anexo e nas Notas às Demonstrações Financeiras, de acordo com Rodrigues (2010b: 785), são as seguintes:

- *As perdas por imparidade reconhecidas na DF durante o período e as rubricas de gastos em que essas perdas foram registadas;*
- *As reversões de perdas por imparidade reconhecidas na DF durante o período e as rubricas da DF em que as reversões de perdas por imparidade foram revertidas;*
- *Perdas por imparidade em activos revalorizados que tenham sido reconhecidas directamente no Capital Próprio;*
- *Reversões de perdas por imparidade em activos revalorizados que tenham sido reconhecidas directamente no Capital Próprio.*

No caso do valor das perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas ser material, conforme o § 66 da NCRF 12, devem ser divulgados os seguintes aspectos:

- (a) *Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão de perda por imparidade;*
- (b) *A quantia de perda por imparidade reconhecida ou revertida;*
- (c) *A natureza do activo;*
- (d) *Se a agregação de activos relativa à identificação da unidade geradora de caixa se alterou desde a estimativa anterior da quantia recuperável (se a houver) da unidade geradora de caixa, uma descrição da maneira corrente e anterior de agregar activos e as razões de alterar a maneira como é identificada a unidade geradora de caixa;*
- (e) *Se a quantia recuperável do activo (unidade geradora de caixa) é o seu justo valor menos os custos de vender ou o seu valor de uso;*
- (f) *Se a quantia recuperável for o justo valor menos os custos de vender, a base usada para determinar o justo valor menos os custos de vender (tal como, se o justo valor foi determinado por referência a um mercado activo);*
- (g) *Se a quantia recuperável for o valor de uso, a(s) taxa(s) de desconto usada(s) na estimativa corrente e anterior (se houver) do valor de uso.*

De acordo com Gomes e Pires (2010), é ainda necessária informação para as perdas de imparidade agregadas e para as reversões de perdas por imparidade reconhecidas durante o período, para o qual nenhuma informação é divulgada por não serem materialmente relevantes, ou seja:

- Informações sobre as principais classes de activos afectadas por perdas por imparidade e as classes afectadas por reversões de perdas por imparidade; e
- Informações sobre os principais acontecimentos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento destas perdas por imparidade e destas reversões de perdas por imparidade.

Segundo o mesmo autor (Gomes e Pires, 2009), deve ainda divulgar-se informação pormenorizada sobre o processo subjacente às estimativas usadas para mensurar as quantias recuperáveis de UGC contendo *goodwill* ou activos intangíveis com vidas úteis indefinidas.

Assim, em termos gerais e de acordo com Rodrigues (2010b), podemos concluir que as divulgações são mais extensas e contrastam com o ABDR do anterior normativo que vigorava em Portugal, o qual não apresentava uma estrutura lógica e tinha demasiadas omissões.

Em termos específicos, de acordo com Rodrigues (2010b), e comparando a NCRF 12 com o POC, a norma da imparidade, requer a divulgação das perdas por imparidade, bem como das suas reversões, com indicação dos montantes envolvidos, eventos e circunstâncias que as originaram e outras informações, enquanto que o anterior normativo (POC e DC), não as requeriam.

Finalmente, e de acordo com Rodrigues (2010b), comparando o SNC com o normativo *IAS/IFRS*, estas requerem divulgações mais extensas, sendo que:

- A numeração das notas no normativo *IAS/IFRS* é, de acordo com as melhores práticas, feita em função da sequência da apresentação das contas no Balanço e na DR;
- A numeração das notas na sugestão de anexo do SNC, estão de acordo com a numeração das NCRF.

Resumindo, e de acordo com Correia (2009), esta norma caracteriza-se por uma complexidade implícita relativamente à elaboração dos testes de imparidades, pois envolve necessariamente a elaboração de um conjunto de estimativas indispensáveis para o cálculo da quantia recuperável, nomeadamente no que se refere ao cálculo do valor de uso. Para o conjunto de activos, que não sejam independentes (UGC) e que gerem fluxos de caixa, a norma prevê a elaboração de um só teste aplicável a esse conjunto. No entanto a subjectividade implícita a este cálculo tem, vindo a ser alvo de sérias críticas.

2.5. Referencial da norma de imparidade no SNC

De forma a facilitar a transição do enquadramento teórico para o prático e após termos verificado a necessidade das divulgações, passamos a descrever as referências à “Imparidade”, constantes das DF do SNC e, que nos vão ajudar na análise do estudo das entidades nos:

- Código de Contas (CC)
- Balanço e DR
- Anexo ao Balanço e DR (ABDR)

Deve aqui referir-se que estes instrumentos contabilísticos só foram aprovados no ano 2009, pelo que entidades cotadas que tiveram de adoptar as *IFRS* no ano 2005, tiveram de as adaptar às *IAS*.

Estes instrumentos contabilísticos, de aplicação obrigatória para as entidades sujeitas ao SNC, poderão também ser utilizados pelas entidades que, nos termos do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, apliquem as NIC, sendo evidentes os benefícios que daí advirão para a comparabilidade das DF.

2.5.1. Referencial de imparidade no Código de Contas

O CC foi aprovado pela Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro (DR 2009c), entretanto previsto pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o SNC.

O CC é constituído pelas seguintes componentes:

- 1) Quadro síntese de contas;
- 2) CC; e
- 3) Notas de enquadramento.

Assim, as referências à “Imparidade” surgem em três níveis:

- 1) No Quadro síntese de contas, a única referência surge ao nível da classe 6 – Gastos, mais concretamente na conta 65 – Perdas por imparidade. Note-se ainda que a falta aparente de referência às perdas por imparidade nas contas da classe 2, 3 e 4, deve-se ao facto de as contas constantes do quadro síntese, possuírem dois dígitos, e como tal a este nível as contas apresentam-se líquidas de perdas por imparidade;
- 2) No CC, estão identificadas conforme Quadro 2.8, sendo que as contas das classes 2 – Contas a receber e a pagar, 3 – Inventários e 4 – Investimentos, se

destinam a registar as perdas por imparidade acumuladas, sendo as perdas por imparidade do exercício, discriminadas na classe 6 - Gastos e as reversões das perdas por imparidade na classe 7 – Rendimentos.

Classe	Conta	Sub-conta
2 Contas a Receber e a Pagar	21 - Clientes	219 - Perdas por imparidade acumuladas
	22 - Fornecedores	229 - Perdas por imparidade acumuladas
	23 - Pessoal	239 - Perdas por imparidade acumuladas
	26 - Sócios/Accionistas	269 - Perdas por imparidade acumuladas
	27 - Outras Contas a Receber e a Pagar	279 - Perdas por imparidade acumuladas
3 Inventários e Activos Biológicos	32 - Mercadorias	329 - Perdas por imparidade acumuladas
	33 - Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	339 - Perdas por imparidade acumuladas
	34 - Produtos Acabados e Intermédios	349 - Perdas por imparidade acumuladas
	35 - Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refúgos	359 - Perdas por imparidade acumuladas
4 Investimentos	41 - Investimentos Financeiros	419 - Perdas por imparidade acumuladas
	42 - Propriedades de Investimento	429 - Perdas por imparidade acumuladas
	43 - Activos Fixos Tangíveis	439 - Perdas por imparidade acumuladas
	44 - Activos Intangíveis	449 - Perdas por imparidade acumuladas
	45 - Investimentos em Curso	459 - Perdas por imparidade acumuladas
	46 - Activos não correntes Detidos para Venda	469 - Perdas por imparidade acumuladas
6 Gastos	65 - Perdas por imparidade	651 - Em dívidas a receber
		6511 - Clientes
		6512 - Outros devedores
		652 - Em inventários
		653 - Em investimentos financeiros
		654 - Em propriedades de investimento
		655 - Em activos fixos tangíveis
		656 - Em activos intangíveis
		657 - Em investimentos em curso
		658 - Em activos não correntes detidos p/ venda
7 Rendimentos	76 - Reversões	762 - De perdas por imparidade:
		7621 - Em dívidas a receber
		76211 - Clientes
		76212 - Outros devedores
		7622 - Em inventários
		7623 - Em investimentos financeiros
		7624 - Em propriedades de investimento
		7625 - Em activos fixos tangíveis
		7626 - Em activos intangíveis
		7627 - Em investimentos em curso
		7628 - Em activos não correntes detidos p/ venda

Fonte: Adaptado da Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro.

Quadro 2.8 – Código de Contas com referências à “Imparidade”

- 3) Ao nível das Notas de enquadramento e, de acordo com o Quadro 2.9, as referências apresentam-se nas classes 2 – Contas a receber e a pagar, 4 – Investimentos e 6 – Gastos.

Classes	Referêncial nas Notas de Enquadramento
2 Contas a receber e a pagar	<p><u>Contas 219, 229, 239, 269 e 279 - Perdas por imparidade acumuladas:</u></p> <p>Estas contas registam as diferenças acumuladas entre as quantias registadas e as que resultem da aplicação dos critérios de mensuração dos correspondentes activos incluídos na classe 2, podendo ser subdivididas a fim de facilitar o controlo e possibilitar a apresentação em balanço das quantias líquidas. As perdas por imparidade anuais serão registadas nas contas 651 - Perdas por imparidade - Em dívidas a receber, e as suas reversões (quando deixarem de existir as situações que originaram as perdas) são registadas nas contas 7621 - Reversões de perdas por imparidade - Em dívidas a receber. Quando se verificar o desreconhecimento dos activos a que respeitem as imparidades, as contas em epígrafe serão debitadas por contrapartida das correspondentes contas da classe 2.</p>
4 Investimentos	<p><u>Contas 419, 429, 439, 449, 459 e 469 - Perdas por imparidade acumuladas:</u></p> <p>Estas contas registam as diferenças acumuladas entre as quantias registadas e as que resultem da aplicação dos critérios de mensuração dos correspondentes activos incluídos na classe 4, podendo ser subdivididas a fim de facilitar o controlo e possibilitar a apresentação em balanço das quantias líquidas. As perdas por imparidade anuais serão registadas nas subcontas da conta 65, e as suas reversões (quando deixarem de existir as situações que originaram as perdas) são registadas nas subcontas da conta 762. Quando se verificar o desreconhecimento dos activos a que respeitem as imparidades, as contas em epígrafe serão debitadas por contrapartida das correspondentes contas da classe 4. Estas contas poderão ser subdivididas em função das contas respectivas.</p>
6 Gastos	<p><u>Conta 683 - Dívidas incobráveis:</u></p> <p>Apenas regista, por contrapartida da correspondente conta da classe 2, as dívidas cuja incobrabilidade se verifique no período e que não tivessem sido consideradas anteriormente em situação de imparidade.</p> <p><u>Conta 684 - Dívidas incobráveis:</u></p> <p>Apenas regista, por contrapartida da correspondente conta da classe 3, as perdas que se verificarem no período e que não tivessem sido consideradas anteriormente em situação de imparidade.</p>

Fonte: Adaptado da Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro.

Quadro 2.9 – Notas de Enquadramento com referências à “Imparidade”

2.5.2. Referencial de imparidade no Balanço e Demonstração dos Resultados

O Balanço e a Demonstração dos Resultados foram aprovados pela Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro (DR 2009d), enquadrados nos modelos das DF, que entretanto tinham sido previstos pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o SNC.

Os Modelos das DF são constituídos pelos seguintes anexos:

- a) Anexo n.º 1: Balanço;
- b) Anexo n.º 2: Demonstração dos Resultados por naturezas (DR);
- c) Anexo n.º 3: Demonstração dos Resultados por funções;
- d) Anexo n.º 4: Demonstração das alterações no capital próprio;
- e) Anexo n.º 5: Demonstração dos fluxos de caixa - método directo;
- f) Anexo n.º 6: Anexo.

No Balanço, as referências não estão evidenciadas, pois as rubricas do Activo apresentam-se líquidas das imparidades, ou seja, contrariamente ao modelo de balanço em POC que apresentava uma coluna para as depreciações e ajustamentos, em SNC, com excepção de caixa e depósitos à ordem que não têm associadas imparidades, todos os activos do balanço aparecem líquidos de imparidades acumuladas. Esta razão está relacionada como facto de

as imparidades terem de ser discriminadas no Anexo, que contem quadros detalhados da evolução dos saldos respeitantes a todas as imparidades.

Na DR, estas referências subdividem-se em dois tipos de imparidades:

- Imparidades antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
 - Imparidade de inventários (perdas e reversões);
 - Imparidade de dívidas a receber (perdas e reversões);
 - Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas e reversões)
- Imparidades antes de gastos de financiamento e impostos:
 - Imparidade de investimentos depreciables/amortizações (perdas e reversões)

A Demonstração dos Resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa - método directo, não apresentam evidências à referência da “*Imparidade*”.

No que diz respeito ao Anexo, vamos analisá-lo em detalhe no ponto seguinte.

2.5.3. Referencial de imparidade no Anexo: Modelo Geral e Reduzido

O Anexo, como vimos no ponto anterior foi aprovado pela Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro (DR 2009d), enquadrados nos modelos das DF. Neste Anexo, analisamos resumidamente os pontos referenciais, quer no Modelo Geral, quer no Modelo Reduzido, sendo que remetemos para anexo três quadros agrupados da seguinte forma:

- Anexo 2.1 – Quadro de referência à imparidade de activos no Anexo - Ponto 13, que incide sobre as menções a divulgar acerca da Imparidade de Activos;
- Anexo 2.2 – Quadro de referência à imparidade de activos no Anexo – Restantes, que aborda os pontos: 2, 7, 8, 9, 10, 12, 15 e 18;
- Anexo 2.3 – Quadro de referência à imparidade de activos no Anexo – Modelo Reduzido, que aborda os pontos: 5 e 6.

Como é óbvio vamos focalizarmo-nos no ponto 13 relativo à Imparidade de Activos, e abordaremos resumidamente os restantes pontos.

Relativamente às divulgações, no Modelo Geral do Anexo, o ponto 13, diz respeito às divulgações propriamente ditas sobre a Imparidade de activos, ou seja, sobre a temática do nosso estudo, pelo que consideramos importante destacar os seus sub-pontos:

- 13.1 - Imparidade de activos para cada classe de activos;
- 13.2 - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um activo individual (incluindo *goodwill*), ou para uma UGC;
- 13.3 - Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período;
- 13.4 - Parcela do goodwill adquirido numa concentração de actividades empresariais durante o período que não foi imputada a uma UGC, ou grupo de unidades, à data de relato;
- 13.5 - Processo subjacente às estimativas usadas para mensurar as quantias recuperáveis de unidades geradoras de caixa que contêm goodwill ou activos intangíveis com vidas úteis indefinidas.

Relativamente às divulgações dos restantes pontos do Anexo do Modelo Geral, referem-se:

- Ponto 2, ao referencial contabilístico de preparação das DF, nomeadamente à adopção pela primeira vez das NCRF, ou seja, trata-se de uma divulgação transitória;
- Ponto 7, às divulgações sobre os activos intangíveis;
- Ponto 8, às divulgações sobre activos fixos tangíveis;
- Ponto 9, às divulgações sobre activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas;
- Ponto 12, às divulgações sobre as propriedades de investimento, nomeadamente à aplicação do modelo do custo;
- Ponto 15, às divulgações sobre as concentrações de actividades empresariais, nomeadamente, sobre a reconciliação da quantia escriturada de goodwill no início e no final do período;
- Ponto 18, às divulgações sobre a agricultura, em concreto sobre a mensuração dos activos biológicos mensurados;

No Modelo Reduzido as referências surgem apenas ao nível dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis:

- Ponto 5, as divulgações dos activos fixos tangíveis;
- Ponto 6, as divulgações dos activos intangíveis.

2.6. Imparidade de Activos – Comparação entre diferentes normativos

É um facto que existem divergências em termos de normalização internacional, regional e nacional, pelo que subsequentemente existem algumas divergências de tratamento da normas relativa à Imparidade de Activos, principalmente ao nível internacional e regional, pois ao nível nacional a imposição do SNC faz com que as referências à imparidade de activos implícitas no POC, deixem de fazer sentido.

De acordo com Correia (2009), esta norma da imparidade de activos obriga, a uma alteração de posicionamento do preparador das DF. Quando ocorrem determinados indícios ou indicações internas ou externas de que determinados activos estão em imparidade, torna-se obrigatório em primeiro lugar, efectuar um teste de recuperabilidade ao respectivo valor de balanço e, de seguida efectuar o reconhecimento da perda de imparidade, caso o teste assim o indique.

Assim sendo, passaremos de seguida à confrontação e comparação dos preceitos que rodeiam os diferentes normativos.

2.6.1. Comparação entre a NCRF 12 e o POC

A comparação que se pode efectuar entre a NCRF 12 e o antigo normativo POC, tem que ver essencialmente com o facto de o POC não contemplar directamente o tratamento das imparidades.

Contudo, podemos encontrar algumas abordagens indirectas às imparidades nos seguintes preceitos:

- Ao nível dos critérios de valorimetria do POC no seu ponto 5.4.4, relativo às imobilizações é referido que:

Quando, à data do balanço, os elementos do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objecto de amortização correspondente à diferença se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram. (POC 2005: 14)

- Ao nível da Directriz Contabilística nº 7 (DC7), relativa à Contabilização de Despesas de Investigação e Desenvolvimento, no ponto 5 referente ao reconhecimento e mensuração deste tipo de activos, foi incluída a menção a seguir:

Este teste da recuperabilidade dos activos deve ser efectuado anualmente, à data do balanço, por forma a assegurar que o procedimento anteriormente adoptado se mantenha válida. (DC7 1993).

- Ao nível das Directrizes Contabilísticas nº 16 (DC16), relativa à Reavaliação de Activos Imobilizados Tangíveis, no ponto 2 do tratamento contabilístico, é referido o seguinte:

“A reavaliação dos activos imobilizados tangíveis também pode ser efectuada com base no justo valor (vide Directriz Contabilística nº 13).” (DC16 1995).

Em Portugal, mesmo antes de adoptar o SNC como referiu Marques (2009: 2), a abordagem às imparidades já constava do POC, nos seguintes aspectos:

- a) De acordo com o POC, no seu ponto 5.4.4, há necessidade de se avaliar se existe imparidade do imobilizado corpóreo e incorpóreo. Contudo, não apresentam os indicadores da imparidade. Por seu lado, a Directriz Contabilística (DC7) n.º 7, indica que o teste de recuperação deve ser efectuado anualmente. Também a DC nº 16 refere que a reavaliação dos imobilizados tangíveis deve ter em consideração o poder aquisitivo da moeda e/ou o justo valor, tal como definido na DC n.º 13. Quanto à NCRF 12 exige que, anualmente, se façam testes de imparidade de activos intangíveis com vida útil indefinida, de activos intangíveis ainda não disponíveis para uso (em curso) e do ‘goodwill’. Nos restantes activos, deve-se avaliar à data de cada relato, se existem indícios de imparidade dos activos. Se existirem evidências, deve-se estimar o valor recuperável do activo, para se aferir da existência de imparidade ou não de activos.*
- b) Quanto ao valor recuperável de um activo individual, a NCRF 12 preconiza que se não for possível estimar a quantia recuperável de um activo individual, deve-se determinar a quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa a que esse activo pertence. Tanto o POC como as DC são omissos nesse campo.*

- c) *A NCRF 12 fornece informações pormenorizadas sobre o cálculo do valor de uso. O POC não contém qualquer disposição sobre o assunto.*
- d) *No que respeita à reversão de imparidade, a NCRF 12 requer uma série de condições. O POC e as DC são omissos quanto a essa matéria.*
- e) *Quanto a divulgações, a NCRF 12 exige a divulgação das perdas por imparidade, bem como das suas reversões, com a indicação dos valores envolvidos, eventos e circunstâncias que estiveram na sua origem e outras informações. O POC e as DC não requerem esta divulgação.*

Assim, relativamente às disposições do POC, encontram-se previstas amortizações extraordinárias, que se destinam a reflectir as diferenças permanentes entre o valor dos activos corpóreos e incorpóreos e o valor pelo qual estes se encontram registados, isto é, se o valor recuperável é inferior ao registado na contabilidade. Esta amortização extraordinária deverá ser anulada, se a situação se reverter. Nada mais é adiantado sobre os indicadores dessa situação ou sobre a forma de apuramento dessa quantia recuperável de modo objectivo e verificável.

Fundamentalmente, as divergências relativas ao conceito de imparidade acima referidas, apesar de escassas em termos de POC, podem ser resumidas no Quadro 2.10:

POC / DC	NCRF 12 / NI 2
<ul style="list-style-type: none"> - POC - Ponto 5.4.4 - Amortizações Extraordinárias (na prática raramente é usada) - DC7 - Testes anuais de recuperabilidade - DC16 - Verificação anual do excedente de reavaliação; Limitação da utilização do Justo Valor com o argumento de poder ser subjectivo. - DC13 - Na determinação do Justo Valor é necessário ter em consideração a diminuição de valor ("perdas por imparidade") 	<ul style="list-style-type: none"> - Definições de âmbito e aplicação - Métodos de mensuração da quantia recuperável - Reconhecimento e mensuração de perdas por imparidade - Unidades Geradores de Caixa (UGC) - Reversão de perdas por imparidade - Divulgações

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.10 – Comparação entre o POC/DC e a NCRF 12

De referir no entanto que, e de acordo com Correia (2009), ainda que envolva subjectividade na aplicação, a NCRF 12 quando comparada com o disposto no normativo POC, contribui para uma maior comparabilidade na medida em que obriga, perante a ocorrência de determinados indícios, todas as empresas a efectuar um teste de imparidade nos termos e condições definidos na norma. Resumindo, o normativo POC para além de não prever os casos em que se deve testar o valor de balanço, não refere a forma de cálculo do valor.

2.6.2. Comparação entre a NCRF 12 e a IAS 36

A NCRF 12 tem por base a Norma Internacional de Contabilidade *IAS 36* – Imparidade de Activos, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão de 3 de Novembro, no entanto, como veremos, a *IAS 36* não foi integralmente convertida. A *IAS 36* foi adoptada em 31 de Dezembro de 2004, através do Jornal Oficial da União Europeia. (*IAS36 2004*).

Relativamente ao processo de desenvolvimento das NCRF, e durante o projecto de aprovação do SNC, a envolvimento da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), actualmente ordem (OTOC), foi determinante na adaptação da versão final da NCRF 12. Em concreto, esta norma apenas referia que para calcular a quantia recuperável, através do justo valor menos os custos de vender, sendo que só continha um parágrafo, o § 11 e, que este era extremamente ambíguo. Por outro lado, a *IAS 36*, referia que ou era o preço de venda de um acordo vinculativo, ou era o preço de mercado (se houvesse mercado activo) ou era o preço de transacções recentes no sector. Assim, a CTOC defendeu no seu parecer emitido em 30-07-2008, que essa adaptação fosse mais abrangente de forma a incorporar estes conceitos. Esta crítica foi tomada em consideração no Decreto-Lei que aprovou o SNC, tendo sido esta lacuna colmatada. (CTOC 2008).

Em termos comparativos, enquanto que a NCRF 12 é composta por setenta parágrafos, a *IAS 36* contem cento e quarenta e um parágrafos, o que à partida parece sugerir que a NCRF 12 adaptou apenas parte da *IAS*, ou que os seus parágrafos foram agregados. Em termos de exemplos apensos a estas duas normas, a *IAS 36* contem nove exemplos ilustrativos, enquanto que a NCRF 12 inclui apenas os seis primeiros da anterior.

No processo de conversão das *IAS/IFRS* para a estrutura do SNC, e como é óbvio para a NCRF 12, estas sofreram uma inerente redução de complexidade e adaptabilidade à realidade portuguesa, tendo, por isso, a NCRF 12 uma redução quantitativa de parágrafos da, que não prejudica o essencial.

Em termos de conteúdo, a *IAS 36* é mais completa na explicação dos parágrafos dos diferentes capítulos da norma, do que a NCRF 12, e alguns dos parágrafos não foram mesmo convertidos. De entre as divergências existentes, salientamos as seguintes:

- No capítulo da “Identificação de um activo que possa estar com imparidade”, existe no seu início uma breve explicação contendo os requisitos dos parágrafos seguintes, aspectos que não aparecem descritos na NCRF 12. Ainda neste capítulo, na *IAS 36* existem mais quatro parágrafos do que na NCRF 12, que reforçam que as fontes de informações internas e externas podem ser mais que as mencionadas no parágrafo anterior e, inclusive, como se devem tratar as evidências detectadas através de fontes internas;
- O capítulo destinado ao “Valor de Uso”, é, possivelmente, o que menos parágrafos teve convertidos da *IAS 36* para a NCRF 12, pois existem na primeira mais explicações e referências às condições para proceder à mensuração do valor de uso e ao cálculo da estimativa dos fluxos de caixa futuros;
- No capítulo destinado às “Unidades geradoras de caixa”, existem na *IAS 36* mais parágrafos e consequentemente mais referências que na NCRF 12, relativamente à forma como se apura a quantia escriturada de uma UGC e como se procede à imputação do *goodwill* às UGC;
- No capítulo destinado a “Reverter uma perda por imparidade”, a *IAS 36* contempla exemplos de alterações das estimativas, que não estão presentes na NCRF 12;
- Finalmente, no capítulo das “Divulgações”, a *IAS 36* é em termos de divulgações relativas ao *goodwill* muito mais exigente que a NCRF 12, pois contempla uma série de informações que devem ser divulgadas, que não são mencionadas na NCRF 12.

Podemos assim, resumir no Quadro 2.11 abaixo, os aspectos comparativos entre NCRF 12 e a *IAS 36*:

IAS 36	NCRF 12
- Norma Internacional de Contabilidade	- Norma Contabilística de Relato Financeiro (PT)
- Inclui 141 parágrafos	- Inclui 70 parágrafos
- Contem 9 exemplos ilustrativos	- Contem os 6 primeiros exemplos da IAS 36
- “Identificação de um activo que possa estar com imparidade” - contem breve explicação contendo os requisitos dos parágrafos seguintes	- “Identificação de um activo que possa estar com imparidade” - mais resumido
- “Valor de Uso” - contem mais explicações e referências às condições para proceder à mensuração do valor de uso e ao cálculo da estimativa dos fluxos de caixa futuros	- “Valor de Uso” - mais resumido
- “Unidades geradoras de caixa” - contem a forma como se apura a quantia escriturada de uma UGC e como se procede à imputação de Goodwill a UGC	- “Unidades geradoras de caixa” - mais resumido
- “Reverter uma perda por imparidade” - contem exemplos de alterações das estimativas	- “Reverter uma perda por imparidade” - não contem
- “Divulgações” - informações mais exigentes em termos de goodwill	- “Divulgações” - informações menos exigentes em termos de goodwill

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.11 – Comparação entre a NCRF 12 e a IAS 36

2.6.3. Comparação entre a NCRF 12 e as SFAS 142 e 144

Para efectuarmos esta comparação, temos de nos socorrer da comparação entre as normas internacionais *IAS/IFRS* e as normas de contabilidade aceites nos EUA – *Generally Accepted Accounting Principles - United States (U.S. GAAP)*.

Assim, e de acordo com Zack (2009), no *U.S. GAAP*, as imparidades são apuradas através de critérios diferentes, dependendo da natureza dos activos a serem testados, ou seja, existe nos *U.S. GAAP* uma separação de critérios entre os Activos Intangíveis e *goodwill* que são tratados pelo *Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) 142 – Goodwill and Other Intangible Assets*, e os Activos de Longo Prazo, que são tratados pela *SFAS 144 – Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*.

Desta forma, os Activos Intangíveis e *Goodwill*, são regulados nos EUA pela *SFAS 142 – Goodwill and Other Intangible Assets*, enquanto que nas *IFRS* são-no através da *IAS 38 – Intangible Assets*. Por outro lado, os Activos Tangíveis, são regulados nos EUA pela *SFAS 144 – Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*, enquanto que nas *IFRS* são-no através da *IAS 36 – Impairment of Assets*.

De acordo com Zack (2009), as semelhanças e as divergências entre a *SFAS 144* e a *IAS 36* são várias, das quais evidenciamos:

- Quanto às semelhanças:

- Ambas as normas excluem os inventários (*IAS 2 – Inventories*, ou no nosso caso a *NCRF 18 – Inventários*);
- Ambas as normas excluem os Activos Financeiros, sendo que nas *US GAAP* estes são regulados pela *SFAS 115 - Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities* e nas *IFRS* pelas *IAS 39 - Financial Instruments* e *IAS 40 - Investment Property*, reflectindo-se respectivamente em termos nacionais, na *NCRF 27 – Instrumentos Financeiros* e na *NCRF 11 – Propriedades de Investimento*.

- Quanto às divergências:

- Na *IAS 36*, quando um activo passa a não corrente, por ser definido para venda, deixa de estar sob a regulamentação da *IAS 36*, passando para o âmbito da *IFRS 5*, enquanto que essa circunstância não se aplica nos *US GAAP*;
- Na *SFAS 144* a perda por imparidade deve ser reconhecida apenas se o valor escriturado for maior que o justo valor, enquanto que na *IAS 36*, a perda de imparidade deve ser considerada se o valor escriturado for superior ao seu valor recuperável, sendo que este último pode provir de: justo valor menos os custos de vender, ou do seu valor de uso (valor actualizado dos futuros *cash flows*); contudo, como a *IAS 36* refere que os activos detidos para venda passam para o âmbito da *IFRS 5*, então o justo valor é mensurado em função do valor de uso.

Podemos ainda, extrair as seguintes conclusões desta comparação:

- Em termos de registo das perdas por imparidade, a *SFAS 144* diminui directamente o valor dos activos fixos, enquanto que a *IAS 36* e a *NCRF 12*, registam as perdas acumuladas em contas próprias, não diminuindo directamente o seu valor bruto;
- A reversão determinada pela *IAS 36* ou pela *NCRF 12*, inversamente ao disposto na *SFAS n.º 144*, retrata melhor o retorno dos activos, pois permite adequar os registos contabilísticos do activo ao seu real valor económico para a entidade.

Em resumo, avançamos com um estudo de comparabilidade nesta matéria, que seleccionamos de uma publicação da *Deloitte* (2008a), que expõe estas semelhanças e divergências de uma forma simples e que passamos a ilustrar através do Quadro 2.12.

Tópico	IFRS - IAS 36	US GAAP - SFAS 144 / 142
<u>Nível de análise da imparidade</u>	Unidades Geradoras de Caixa (UGC).	Grupo de Activos.
<u>Nível dos testes de imparidade para o goodwill</u>	Unidade geradora de caixa (UGC) - o nível mais baixo em que <i>goodwill</i> é monitorado pelos objectivos internos de gestão. Este nível não pode ser maior do que um segmento operacional.	Unidade de referência - ou de um segmento operacional, ou de um nível abaixo da organização.
<u>Cálculo da imparidade do goodwill</u>	Abordagem através de um etapa: comparar a quantia recuperável da UGC (maior de: (a) justo valor menos os custos de vender e (b) valor de uso), com o valor escriturado.	Abordagem através de duas etapas: 1 - Comparar o justo valor da Unidade de referência com a sua quantia escriturada, incluindo o <i>goodwill</i> ; Se o justo valor for maior que a quantia escriturada, então não se reconhece nenhuma imparidade (saltar para a 2ª Etapa). 2 - Comparar "justo valor implícito", que é determinado com base numa compra hipotética de preço fixo, com o seu valor contábilístico, registando uma perda por imparidade pela diferença.
<u>Cálculo da imparidade de activos intangíveis de vida útil indefinida</u>	É calculada através da comparação entre a quantia recuperável (maior de: (a) justo valor menos os custos de vender e (b) valor de uso) e o valor escriturado.	É calculada através da comparação entre o justo valor e a quantia escriturada.
<u>Registo das Perdas por Imparidade</u>	As Perdas por Imparidade acumuladas são registadas em contas apropriadas do activo para perdas por imparidade acumuladas.	As Perdas por Imparidade devem ser contabilizadas directamente nas contas do Imobilizado, originando uma nova base de custo para o activo.
<u>Reversão subsequente de uma perda por imparidade</u>	Obrigatório para todos os activos, com excepção do <i>goodwill</i> , se cumpridos determinados critérios.	Proibido.

Fonte: Adaptado de *IAS Plus guide da Deloitte-Audit July-2008*

Quadro 2.12 – Comparação entre a IFRS - IAS 36 e US GAAP - SFAS 141 e 142

Assim, destacamos as maiores divergências, sendo que uma tem a ver com o cálculo da imparidade de activos, ou seja, as *US GAAP* não entram em consideração com os custos de venda, e a outra, com a proibição da reversão da imparidade nas *US GAAP*.

2.7. Considerações sobre os riscos associados à NCRF 12

Após análise detalhada da Norma NCRF 12 e da sua envolvente normativa em termos nacionais e internacionais, importa extrair os aspectos relevantes da mesma, bem como as considerações sobre os riscos associados ao impacto da mesma nas DF das entidades.

Relativamente aos objectivos, estes estão definidos nos §§ 2 a 4 da Estrutura Conceptual e, são os seguintes:

- (a) *Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;*
- (b) *Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;*
- (c) *Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas; e*
- (d) *Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF. (DR 2009b: 36227)*

Um dos preceitos da EC, está relacionado com os riscos de imparidade de activos associados à materialidade, estando definido nos §§ 29 e 30 da EC (DR 2009b), que prescrevem que a relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. É pois, ao nível da materialidade, que existe o risco associado, pois a omissão ou inexactidão podem influenciar as decisões económicas dos utentes tomadas tendo por base as DF. A materialidade depende assim da dimensão do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção.

Podemos antecipar neste capítulo alguns dos riscos associados à NCRF 12, que de acordo com Zack (2009), e embora o faça através da análise comparativa entre as *SFAS 144* e a *IAS 36*, podemos extrapolá-las por analogia para a NCRF 12. Assim, segundo este autor os riscos de fraude mais relevantes podem ser (Zack 2009: 99):

- Risco de fraude pelo não reconhecimento de uma perda por imparidade;
- Risco de fraude por as perdas por imparidade serem menores ao que na realidade são;
- Risco de fraude, apenas nas *IAS/IFRS* e, consequentemente, na NCRF 12, pelo reconhecimento de reversões de perdas de imparidade inapropriadas, não sendo no entanto aplicável aos *US GAAP*.

Em nossa opinião, o termo “fraude” deve ser atenuado, pois este tipo de erro ou omissão pode estar associado à falta de conhecimentos ou à negligência. Voltaremos a este tema no Capítulo III.

2.8. Conclusão

De forma a resumir os assuntos abordados neste capítulo, relativamente à NCRF 12, passamos a descrever sinteticamente os seguintes aspectos:

- O conceito de imparidade: ocorre quando o valor real de um activo se torna inferior ao valor pelo que está registado na contabilidade;
- A transversalidade da norma da imparidade no seio do SNC: esta norma pode ser aplicada directa ou indirectamente em todas as normas que tratam de activos, em virtude dos riscos de imparidade poderem ocorrer para a generalidade dos mesmos;
- Os impactos mais relevantes em termos de conversão, no caso dos Activos Fixos Tangíveis, são:
 - o maior risco está associado à redução por imparidade do valor líquido de alguns activos;
 - a possibilidade de alterações de vidas úteis; e
 - a adopção da amortização por componentes (UGC).
- A obrigatoriedade de elaboração dos testes de imparidade à data do relato;
- O cálculo dos fluxos de caixa futuros para determinar o valor recuperável;
- As reversões das perdas por imparidade, podem ir até à concorrência das perdas por imparidade anteriormente registadas;
- A questão das divulgações traduz-se numa das alterações mais significativas deste normativo em relação ao anterior, pois tornou-se mais exigente.

Em suma, os riscos de imparidade existem para todos os activos e têm de ser tratados contabilisticamente, através do reconhecimento, mensuração e divulgação.

Relativamente à adopção internacional das Normas de Contabilidade e, de acordo com os estudos efectuados por empresas de consultoria e auditoria de reconhecimento mundial, como é o caso da *Deloitte* (2008b) e da *PwC* (2009c), é notória que a evolução vai no sentido da adopção generalizada das *IFRS*, como se pode verificar pelas Figuras 2.2 e 2.3, a seguir:

- O gráfico da Figura 2.2, adaptado da *Deloitte* (2008b), mostra a evolução da adopção das *IFRS* pelas 500 maiores empresas mundiais entre 2004 e 2007,

através do qual podemos verificar um aumento significativo de 159 empresas que passaram a adoptar as *IFRS*, representando um aumento de 548%; este aumento ficou a dever-se a 151 empresas que passaram a adoptar as *IFRS* pela primeira vez e de 8 empresas que deixaram de adoptar as *US GAAP*;

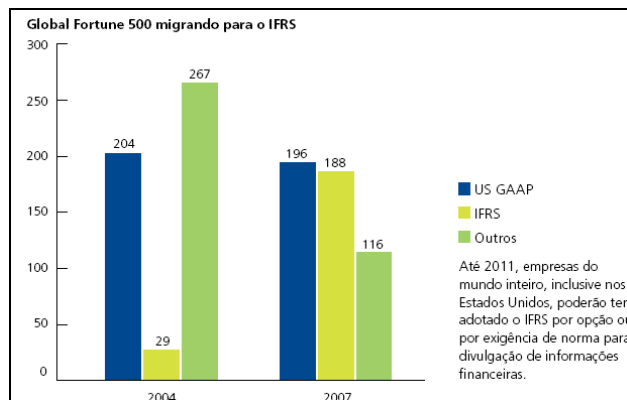


Figura 2.2 – A adopção das *IFRS* pelas 500 maiores empresas mundiais (Deloitte)

- O mapa mundial da Figura 2.3, adaptado da *PwC* (2009c), relativo à distribuição dos normativos contabilísticos em termos mundiais, reforça esta tendência para a convergência da adopção das *IFRS*, por mais de 100 países:

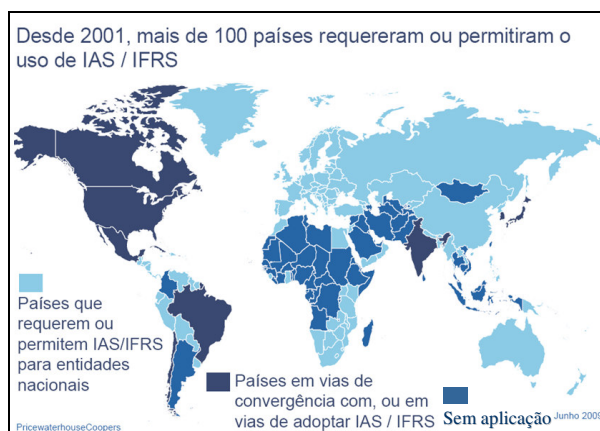


Figura 2.3 – Mapa mundial da distribuição dos normativos contabilísticos (*PwC*)

Relativamente à convergência internacional das normas relativas à imparidade de activos, elaboramos o Quadro 2.13, que compara o antigo normativo POC, as normas internacionais (*IAS/IFRS* e *US GAAP*) e o SNC - NCRF 12, demonstrando que existe uma convergência internacional, exceptuando o normativo POC que deixou de estar em vigor.

POC/DC	IFRS - IAS 36	US GAAP - SFAS 144	SNC - NCRF 12
O conceito de perda de imparidade não se encontra definido e não estão previstas regras detalhadas de mensuração e registo de imparidades em activos	Define o conceito de perda de imparidade e define as regras de mensuração e de registo de imparidades em activos	Define o conceito de perda de imparidade e define as regras de mensuração e de registo de imparidades em activos	Define o conceito de perda de imparidade e define as regras de mensuração e de registo de imparidades de activos
O goodwill é amortizado, durante um prazo de cinco anos (que pode ser alargado até um máximo de vinte anos). O goodwill negativo é diferido durante um prazo semelhante, ou, alternativamente, é imputado aos activos não correntes adquiridos na sequência da concentração.	O goodwill não é amortizado, sendo obrigatoriamente sujeito a testes anuais de imparidade. O excesso do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida (goodwill negativo) é registado de imediato em resultados.	O goodwill não é amortizado, sendo obrigatoriamente sujeito a testes anuais de imparidade. O excesso do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida (goodwill negativo) é registado de imediato em resultados.	O goodwill não é amortizado, sendo obrigatoriamente sujeito a testes anuais de imparidade. O excesso do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida (goodwill negativo) é registado de imediato em resultados.
Omissão	As Perdas por Imparidade acumuladas são registadas em contas apropriadas do activo para perdas por imparidade acumuladas.	As Perdas por Imparidade devem ser contabilizadas directamente nas contas do Imobilizado, originando uma nova base de custo para o activo.	As Perdas por Imparidade acumuladas são registadas em contas apropriadas do activo para perdas por imparidade acumuladas.
Omissão	A reversão das imparidades é obrigatória para todos os activos, com excepção do goodwill, se cumpridos determinados critérios.	A reversão de paridades é proibida.	A reversão das imparidades é obrigatória para todos os activos, com excepção do goodwill, se cumpridos determinados critérios.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2.13 – Resumo comparativo entre POC/DC, IFRS, US GAAP e SNC

Ficou, assim, patenteado que o reconhecimento pelos organismos internacionais - *IAS/IFRS* da existência de riscos de imparidade, implicou a necessidade de regulamentação e normalização internacional, em termos de imparidade de activos.

O processo de conversão para o SNC, em geral, e o tratamento contabilístico das imparidades, em particular, deve contar com várias áreas das organizações, quer porque o próprio SNC considera nos seus preceitos a necessidade de envolvimento da gestão e outras áreas das organizações, quer porque provavelmente outros colaboradores das organizações possuem conhecimentos relevantes dos activos e dos processos das organizações, que não podem ser menosprezados. Neste âmbito inserem-se como é óbvio os Auditores Internos.

Sendo os riscos de imparidade de activos mais conhecidos: o não reconhecimento de uma perda por imparidade, as perdas por imparidade serem menores ao que na realidade são e o reconhecimento de reversões de perdas de imparidade inapropriadas, a questão que se coloca é se estes serão significativos para estimular a Auditoria Interna e/ou da Gestão, a geri-los.

CAPÍTULO III – AUDITORIA INTERNA E OS RISCOS DE IMPARIDADE

3.1. Introdução

Este capítulo, tem como objectivo avaliar de que forma a Auditoria Interna poderá contribuir para o processo de adopção do SNC e a sua subsequente manutenção, ou seja, indagar qual o papel que a Auditoria Interna pode desempenhar, num primeiro momento, no processo de conversão para as NIC e num segundo momento, no apoio à gestão dos riscos relativamente aos riscos inerentes à adopção dessas normas, nomeadamente, nos riscos inerentes à norma da imparidade de activos.

No âmbito da aplicação da NCRF 12, as entidades podem prevenir os riscos de uma inapropriada aplicação da norma, através dos conhecimentos que os Auditores Internos possuem ao nível do controlo interno, do sistema de informação financeira e da gestão das organizações. O nosso objectivo é, pois, encontrar estímulos convincentes para incutir na mentalidade dos auditores internos e na cultura de gestão de risco das entidades, a incorporação no seu referencial de riscos dos riscos associados à adopção das normas, em geral, e da norma das perdas por imparidade de activos, em particular. Esta pretensão, ganha firmeza através da integração destes riscos nos modelos de Gestão de Risco, concretamente através da Gestão de Riscos Empresariais - *ERM - Enterprise Risk Management*.

Deste modo, o presente capítulo foi organizado, de forma a enquadrar os fundamentos teóricos subjacentes à Auditoria Interna e à Gestão de Riscos:

- O ponto seguinte, aborda a importância do Risco para a Auditoria Interna, apresentando várias noções de risco, mostrando a forma como o auditor interno pode contribuir para a gestão dos riscos e demonstrando os benefícios das organizações em gerir os riscos, entre as ameaças e as oportunidades.

- O terceiro ponto, aborda a Gestão de Riscos através dos conceitos, dos seus objectivos, das diferentes metodologias, bem como das suas vantagens e desvantagens e, apresenta a metodologia *ERM* como ferramenta de excelência das organizações, em geral e da Auditoria Interna, em particular. Aborda ainda, o contexto normativo internacional relacionado com o risco, através do qual a auditoria interna orienta, na prática, a sua actividade.
- o quarto ponto, aborda o papel que o Auditor Interno pode desempenhar nas organizações em geral, os preceitos normativos a que está sujeito no desempenho da sua actividade. De seguida e baseando-nos nos estudos internacionais, abordamos o papel que o auditor interno pode desempenhar na conversão para as *IFRS*, em geral e na NCRF 12, em particular;
- O último ponto, apresenta os pontos de contacto entre o SNC e a Gestão de Riscos, nomeadamente, quanto aos riscos gerais da normalização contabilística, e quanto aos riscos específicos da norma da imparidade de activos.

3.2. O Risco na Auditoria Interna

Em termos de auditoria interna e da gestão de riscos, a noção de risco é essencial para a compreensão e alcance do nosso estudo.

De acordo com Beja (2004), o risco significa estar exposto à possibilidade de ocorrência de um resultado negativo.

Segundo o *IIA*, o risco é *a possibilidade da ocorrência de um evento que possa ter impacto sobre o alcance de objectivos. O risco é medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.* (*IIA* 2009a: 38)

Podemos traduzir esta noção, na seguinte fórmula: $\text{Risco} = I (\text{impacto}) \times P (\text{probabilidade})$

O *IIA*, (2009a) aborda ainda dois tipos de risco:

- Risco inerente – são os riscos que ocorrem na ausência de medidas preventivas;

- Risco residual – são os riscos remanescentes após as acções empreendidas pela gestão com o intuito de minimizar o impacto e a probabilidade de uma ocorrência adversa, incluindo as actividades de controlo para fazer face ao risco.

De acordo com Silva (2005), o conceito de risco pode incorporar um outro elemento, resultando na seguinte fórmula:

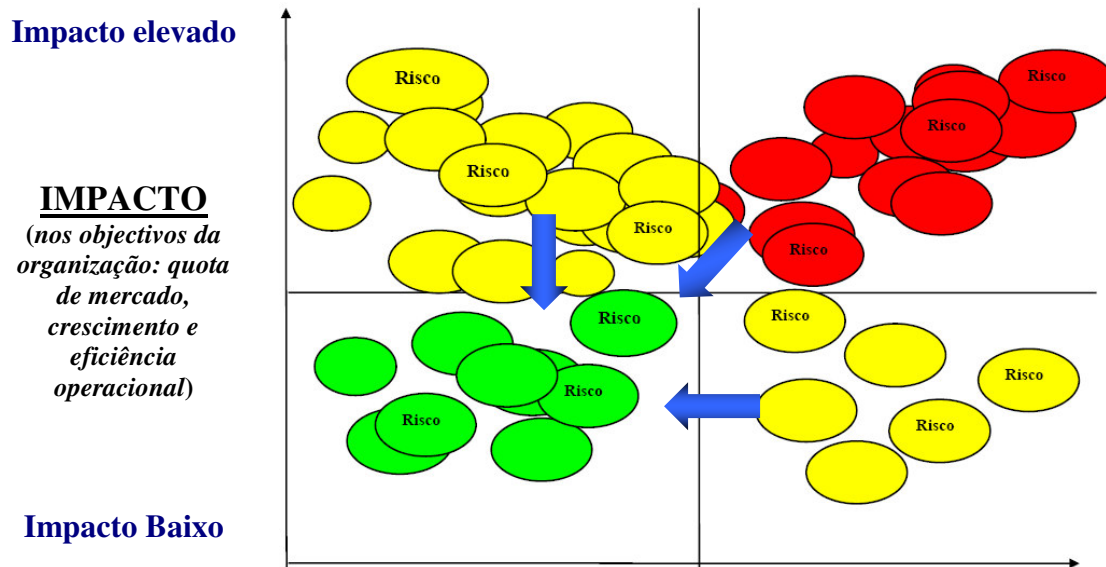
$$\text{Risco} = I (\text{impacto}) \times P (\text{probabilidade}) \times D (\text{detecção})$$

O impacto, significa a avaliação das consequências do risco, a probabilidade, significa a possibilidade da sua ocorrência e a detecção, significa a maior ou menor dificuldade de percepção do acontecimento.

Neste âmbito, estamos em condições de referir que a ocorrência de riscos, está associada à necessidade de os identificar, quantificar e prevenir, prevenção essa que pode passar por acções correctivas ou planos de contingência.

A Figura 3.1, adaptada de Domingos (2008), traduz em termos gráficos a interligação dos dois factores: impacto e probabilidade. Estes, variam entre eles, dando origem a um determinado nível de risco:

- Os níveis de risco assinalados a encarnado, com maior impacto nos objectivos e maior probabilidade de ocorrência, correspondem aos mais desfavoráveis, pelo que devem ser objecto de acções correctivas no sentido de serem geridos;
- Os níveis de risco assinalados a amarelo, com médio impacto nos objectivos e com médio probabilidade de ocorrência, respectivamente, correspondem aos intermédios, pelo que, embora não tão penalizadores como os primeiros, devem ser geridos;
- Os níveis de risco assinalados a verde, com menor impacto nos objectivos e menor probabilidade de ocorrência, correspondem aos mais favoráveis, pelo que devem ser mantidos num nível desejável.



Fonte: Gestão de Risco nas Organizações - Jornadas Regionais da Qualidade Funchal - 22 de Outubro de 2008 (Almeida, 2005b:23)

Figura 3.1 – Processo de avaliação de risco

No contexto de um ambiente de gestão agressivo, vocacionado para a eficiência e para a diferenciação competitiva, as organizações passaram a ter preocupações constantes com os riscos que podem afectar os negócios. Por este motivo, associado aos impactos que podem advir dos riscos, principalmente dos mais desfavoráveis, as organizações são impulsionadas a reagir proactivamente aos riscos, criando a figura de gestor de riscos, que de uma forma geral tem sido associada à auditoria interna, ou que em alguns casos se tornam independentes através de departamentos autónomos de gestão de riscos.

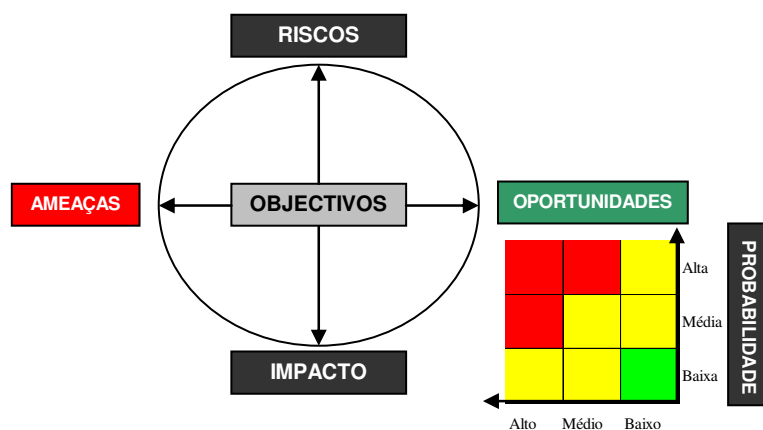
Segundo Pinheiro (2007), a Auditoria Interna está intimamente associada à Gestão de Riscos, cujos riscos são essencialmente negativos, complementada com a necessidade de fornecer valor às organizações. A gestão de riscos passou a fazer parte da gestão corrente das empresas, sendo nalguns casos integrada nas actividades da Auditoria Interna.

No entanto e relativamente à consideração tecida por Pinheiro (2007) acerca dos riscos essencialmente negativos, podemos contrapor com o que refere Almeida (2005a: 11), que através duma visão positiva do risco tece os seguintes considerandos:

- a oportunidade e o risco são duas faces da mesma moeda, i.e., são dependentes;
- não há oportunidade sem risco;
- quanto maior é a oportunidade, maior é o risco;
- o valor da organização depende da realização dos objectivos;

- por fim, a gestão de risco dos objectivos potencia a criação de valor e a competitividade das organizações.

A este propósito, *Pickett* (2005), apresenta um gráfico que incorpora a maior parte dos conceitos tratados até aqui, como sejam: o risco, a probabilidade, o impacto, as oportunidades e ainda acrescenta, as ameaças. Assim, com base na Figura 3.2, podemos referir que o risco não deve ser visto apenas do ponto de vista negativo, mas também de uma forma positiva, pois através da revisão dos processos de risco podemos identificar áreas de oportunidade, que inclusivamente poderão ser convertidas em vantagens competitivas para as organizações.



Fonte: Adaptado de Pickett (2005: 56)

Figura 3.2 – Visão do Risco como um desafio

Em nossa opinião, apesar da diversidade de actuações proveniente de diferentes tipos de organizações e de diferentes formas de gestão adoptadas, estes conceitos basilares associados aos riscos e seus impactos, e inter-relacionados com as possíveis ameaças e eventuais oportunidades, acabam por ser intuitivos. Esta é a razão pela qual estes conceitos são normalmente entendíveis por todos os gestores e organizações em geral.

A dificuldade reside no facto de se conhecer por antecipação, para cada organização ou para cada negócio, quais os níveis adequados de risco, e quais os seus potenciais efeitos (impactos), bem como, quais as ameaças e as oportunidades subjacentes aos negócios, ou seja, qual o perfil de risco que a organização entende ser o adequado e o aceitável para atingir os seus objectivos.

A Gestão dos Riscos pode ser a solução para esta dificuldade, pois uma vez implementada permite ter uma visão abrangente e estratégica dos objectivos das organizações, bem como, dos riscos e medidas correctivas que lhe estão associados.

3.3. A Gestão de Risco e o *ERM*

De acordo com Beja (2004), a gestão de risco, significa tomar acções correctivas para mudar as probabilidades de ocorrência dos riscos, aumentando a probabilidade de ocorrência de resultados positivos e diminuindo as dos resultados negativos. Neste âmbito, segundo o mesmo autor, a Gestão de Riscos deve considerar as seguintes estratégias de decisão:

- Prevenir os riscos – significa que quanto melhor se estiver preparado para identificar e quantificar os riscos, maior será o sucesso de prevenção dos mesmos;
- Criar riscos - significa o aproveitamento de oportunidades atractivas, cujo ganho potencial justifica o risco, risco esse controlável;
- Comprar ou vender riscos - significa que pode ser vantajoso comprar uma situação de risco com um elevado potencial de ganho, ou vender um risco indesejável, para evitar maiores riscos;
- Diversificar os riscos – significa que através da diversificação dos riscos, se reduz o risco de ocorrência individual;
- Concentrar os riscos – significa que se ganha mais em concentrar os riscos do que em diversificá-los, perante uma situação em que pode controlar os resultados;
- Compensar os riscos – compra ou venda de riscos em sentido contrário para compensar situações opostas mas que, no entanto, está associado algum perigo, pois nem sempre se conseguem compensá-los, sem custos;
- Impulsionar os riscos – significa aumentar o potencial de ganhos através de um efeito de impulso que, no entanto, também está associado a risco de perdas.

A Gestão de Riscos, insere-se num contexto de procura pela eficiência das organizações e de concorrência mundial, factores determinantes para o seu surgimento. Como nos refere Castanheira e Rodrigues (2006), mediante o crescimento dos riscos que afectam o mundo dos negócios é necessária a implementação de medidas adequadas, pelo que o principal objectivo da Gestão de Risco é evitar surpresas desagradáveis. Como se depreende por esta abordagem, não é suficiente às organizações estar atentas a factores internos ou externos que podem implicar situações indesejáveis, devem sobretudo, estar preparadas para poder evitar e conter essas situações. Portanto, daqui se conclui da necessidade da existência de planos que permitam identificar os riscos e de planos de contingência, para os evitar ou reduzir os seus impactos.

Assim, e após termos abordado os aspectos gerais da Gestão de Risco, vamos proceder à apresentação de várias metodologias de gestão de risco. Analisaremos em concreto a metodologia Gestão de Risco Empresarial – *Enterprise Risk Management - ERM*, que foi emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e através da sua adopção pelas organizações, podemos demonstrar a importância que este método representa na governação das sociedades.

3.3.1. As Metodologias de Gestão de Risco

A abordagem tradicional da gestão de riscos, de acordo com Castanheira (2006a), baseava-se na gestão informal e descentralizada, o que permitia por um lado, a disseminação da consciência de prevenção de riscos, mas por outro dificultava a visão global dos diferentes riscos e suas interdependências. Contudo, mais do que a necessidade de apenas concentrar os riscos, o importante é adoptar uma abordagem integrada à custa da implementação de processos consistentes, que considerem todos os riscos que podem afectar adversamente as organizações, ou seja, uma abordagem moderna da gestão de riscos.

De acordo com Roth & Espersen (2002), referidos por Castanheira (2006: 14), *a maioria dos modelos tradicionais de auditoria de avaliação de risco dificilmente envolvem todos os riscos do negócio, pelo que a utilização de categorias de risco facilita a identificação do risco durante um projecto de auditoria e permite o enfoque do planeamento da auditoria*

nos principais riscos, o que dificilmente seria possível com um modelo de auditoria tradicional de avaliação de risco.

Neste contexto, foram surgindo várias metodologias de gestão de riscos, de entre as quais destacamos:

- Gestão de Risco Empresarial: *ERM - Enterprise Risk Management Framework*, emitido pelo *COSO*, organização constituída em 1985 por cinco associações profissionais: (*IIA*) *The Institute of Internal Auditors*, (*AIPCA*) *American Institute of Certified Public Accountants*, (*AAA*) *American Accounting Association*, (*IMA*) *Institute of Management Accountants* e (*FEI*) *Financial Executives Institute*; Em 1992, foi publicado um primeiro modelo denominado *COSO - Internal Control - Integrated Framework*, que se focalizava essencialmente no controlo interno, derivado das questões fraudulentas surgidos na época; Em 2004, foi então publicado o *ERM*, que se baseia numa abordagem baseada no risco para a gestão da empresa, integrando os conceitos de controlo interno e de planeamento estratégico (Moeller 2007);
- Norma de Gestão de Riscos da *FERMA: Risk Management Standard* emitida em 2002 pela *Federation of European Risk Management Associations*, que é uma norma resultante do trabalho de uma equipa composta por elementos das principais organizações de gestão de riscos do Reino Unido - *The Institute of Risk Management (IRM)*, *The Association of Insurance and Risk Managers (AIRMIC)* e *ALARM The National Forum for Risk Management in the Public Sector*. Esta norma aborda as melhores práticas em gestão de riscos, define um processo estratégico, iniciando com os objectivos globais da organização, através da identificação, avaliação e mitigação de risco e, finalmente, a transferência de parte desse risco para seguradoras. Este normativo utilizou, sempre que possível, a terminologia para o risco definida pela Organização Internacional de Normalização - *International Organization for Standardization (ISO)* no seu documento: *ISO/IEC Guide 73 Risk Management - Vocabulary - Guidelines for use in standards* (FERMA 2002);
- Norma de Gestão de Risco - Guia de terminologia - da *ISO/IEC Guide 73 - Risk Management Vocabulary*, emitida em 2002 pela Organização Internacional de Normalização - *International Organization for Standardization (ISO)* e pela

International Electrotechnical Commission (EIC). De acordo com o secretário do grupo de trabalho que elaborou este Guia 73, este representa uma ferramenta estratégica de elaboração ou revisão das normas que tratam da gestão de riscos. Refere ainda que este guia oferece aos utilizadores não apenas o vocabulário de gestão de riscos, mas também por extrapolação, uma visão genérica da gestão de riscos (ISO/IEC 2002);

- Norma de Gestão de Riscos Australiana *AS/NZS 4360:2004 - Risk Management Guidelines*, emitida em 2004 pelos *Australia Standards / New Zealand Standards*. Este guia fornece um quadro de orientação para a gestão de risco, podendo ser aplicado a um vasto leque de organizações, incluindo: entidades do sector público a nível nacional, regional e local, empresas comerciais, incluindo sociedades, *joint ventures*, parcerias e práticas individuais, organizações não-governamentais e organizações voluntárias, tais como, instituições de caridade, associações sociais e clubes desportivos. Esta norma é composta por sete componentes e foi elaborada num contexto de governo das sociedades (AS/NZS:4360 2004);
- A Gestão de Risco do *Chartered Institute of Management Accountants (CIMA)*, conforme Collier (2009), baseia-se no Ciclo da Gestão de Riscos. Tem início na identificação dos riscos, de seguida procede à avaliação dos riscos, depois é efectuado o desenvolvimento das respostas estratégicas ao risco, avançando para a implementação estratégica e alocação de responsabilidades, seguindo-se a implementação e monitorização dos controlos e termina com a revisão e optimização contínua do processo. Na parte central deste ciclo está a disponibilização da informação e a tomada de decisões, que é interdependente a todas as fases do ciclo;
- Norma de Gestão de Risco complementada pela avaliação de risco, da *ISO/IEC 31010:2009 - Risk Management – Risk assessment techniques*, emitida em 2009 pela Organização Internacional de Normalização - *International Organization for Standardization (ISO)* e pela *International Electrotechnical Commission (EIC)*. Esta norma baseada na recentemente publicada ISO 31000:2009, torna-se mais abrangente e integrante. Nestes termos, passou a considerar que os riscos podem afectar as organizações em termos de impactos, quer nos resultados organizacionais, ambientais, tecnológicos, quer em termos comerciais,

financeiros e económicos, bem como, nos impactos sociais, culturais e até políticos. Mediante a avaliação dos riscos como parte integrante da gestão de risco, é definido um processo estruturado para as organizações poderem identificar os objectivos que podem ser influenciados. Assim, esta avaliação de riscos fornece aos gestores e utilizadores, uma base de orientação para a abordagem sobre a decisão mais adequada para gerir os riscos e para os poder seleccionar (ISO/IEC 2009).

Os motivos pelos quais escolhemos a metodologia *COSO - ERM* para o nosso estudo, ficam a dever-se aos seguintes factores:

- Por ser considerada uma metodologia abrangente e completa, de acordo com Almeida (2005a);
- Por ser a metodologia mais divulgada e reconhecida internacionalmente e, utilizada pelos profissionais de auditoria, também de acordo com Almeida (2005a);
- Por ser constituído um novo paradigma na gestão de risco do negócio, de acordo com (Castanheira e Rodrigues, 2006a);

Concordando com Almeida (2005a), apesar das duas primeiras metodologias apresentadas possuírem estruturas muito semelhantes, o *COSO - ERM* é mais abrangente e completo, sendo inclusivamente mais divulgada e utilizada pelas empresas de auditoria e consultoria internacionais e pelos auditores internos, enquanto que a estrutura da *FERMA* é mais conhecida pelas associações profissionais de riscos de seguros.

A metodologia *ERM*, com base no *COSO* (2004), proporciona benefícios significativos às organizações e à normalização internacional da governação das sociedades, mas também tem associadas algumas limitações, que podem influenciar os objectivos das organizações.

Podemos enunciar os seguintes benefícios, em relação ao *ERM*:

- Permite em primeiro lugar a harmonização internacional dos processos de gestão de riscos, proporcionando os princípios e orientações genéricas sobre a sua aplicação, nomeadamente, os seus relatórios para uma série de entidades externas

como: clientes, fornecedores, empresas associadas, auditores externos, reguladores de mercado e analistas financeiros;

- Permite a identificação dos riscos das organizações e a subsequente ordenação por níveis de exposição ao risco (elevado, moderado ou reduzido);
- Permite a responsabilização dos riscos, sendo que convém realçar que a administração sendo a supervisora é a principal responsável pela definição dos riscos, cabendo aos restantes colaboradores apoiar a filosofia de gestão de risco, promovendo o respeito pela apetência ao risco, e gerindo os riscos dentro das suas esferas responsabilidade e em conformidade com o perfil de risco da organização; Os gestores de risco, os gestores financeiros, os auditores internos, e outros têm responsabilidades fundamentais no apoio a este processo;
- Permite a visualização integral dos riscos da organização, podendo alguns dos quais ser transversais à mesma e, consequentemente a identificação do perfil de risco da organização;
- Em resultado da sua monitorização, a eficiência deste processo torna-se evidente através das medidas de acções correctivas que proporciona, ou seja, está implícita uma filosofia pro-activa no tratamento dos riscos.

Destacamos ainda, alguns dos benefícios da gestão de riscos, que de acordo com Collier (2009), possibilitam, a redução do impacto de qualquer imparidade do *goodwill*, a proactividade da gestão em caso de fusões ou aquisições, a obtenção de uma boa classificação de crédito – *good credit rating*, e permitem ainda, que os sócios ou accionistas sejam bem vistos, por reflectirem responsabilidade corporativa e social.

Quanto às limitações, devemos ter em consideração as seguintes:

- A questão da subjectividade inerente ao processo de tomada de decisões, pode enviesar as respostas aos riscos;
- É necessário ponderar a avaliação custo-benefício, relativa à implementação de controlos ou de acções correctivas;

- O risco de acontecimentos negativos poderem ocorrer originados por simples erros ou omissões humanos;
- O risco dos processos de controlo interno poderem ser contornados pelo conluio de duas ou mais pessoas;
- O risco da gestão possuir a possibilidade e a capacidade de ignorar as decisões da organização em termos de gestão de risco.

Destacamos também, algumas das limitações da gestão de riscos do *ERM*, que segundo Collier (2009), podem acontecer. Por melhor que seja o desenho do processo de implementação, o *ERM* pode alertar os gestores e directores, mas não permite por si só proporcionar a segurança na concretização dos objectivos. Assim, o *ERM* pode falhar por deficiente julgamento, por erro ou negligência, por conluio ou fraude, ou por ignorância deliberada ou evasão aos controlos ou processo de gestão de riscos. Por último, o *ERM* pode ser considerado um método dispendioso para implementar e para manter em actividade.

Posto isto, passamos então à análise da metodologia *COSO - ERM - Gestão de Risco Empresarial* propriamente dita, de forma a obtermos as bases teóricas para fundamentar o nosso tema central, ou seja, o papel que o auditor interno pode desempenhar e a ferramenta que pode utilizar, na análise de risco das perdas por imparidade de activos (NCRF 12).

3.3.2. Noções e objectivos do *ERM* – Gestão de Risco Empresarial

De acordo com Moeller (2007), o *COSO - ERM* teve a sua génese num contrato de prestação de serviços solicitado pelo *COSO* à empresa de contabilidade e consultoria *Pricewaterhouse-Coopers (Pwc)*, para desenvolver a definição da gestão de risco.

É no âmbito da Gestão de Risco, que o *COSO* desenvolveu uma estrutura conceptual do processo de Gestão de Risco Empresarial - *Enterprise Risk Management*.

O ERM consiste num processo estruturado e contínuo, desenvolvido por todas as pessoas da organização, aplicado na definição da estratégia e ao longo da organização, concebido

para identificar potenciais eventos que, caso ocorram, possam afectar a entidade e o seu nível de risco aceite, que permite atingir os objectivos com um nível razoável de segurança. (COSO 2004: 2) De acordo com o COSO (2004), esta definição reflecte certos conceitos fundamentais. Assim, a Gestão de Risco Empresarial:

- É um processo - significa que tem um fim, não é um fim em si;
- É realizado por pessoas - envolve pessoas de todos os níveis da organização;
- É aplicado à estratégia;
- É aplicado através da empresa - em cada nível e unidade, e inclui ter uma visão global do risco;
- É planeado para identificar potenciais eventos que afectam a entidade e para gerir o risco perante a apetência ao risco;
- Proporciona uma garantia para a gestão e para o conselho de administração da entidade;
- É adaptado para a realização dos objectivos.

Esta definição, capta os conceitos chave fundamentais da forma como as organizações, empresas ou sectores gerem o risco, focaliza-se directamente na realização dos objectivos da entidade e proporciona uma base para definir a eficiência e a eficácia da Gestão de Risco Empresarial.

Em termos de objectivos, e de acordo com Almeida (2005a), a Gestão de Risco Empresarial deve proporcionar aos Conselhos de Administração e aos gestores um guia para identificar, avaliar e gerir os riscos, de forma a potenciar as oportunidades e a proporcionar o acréscimo de valor para a organização.

Segundo COSO (2007), a capacidade de gerar valor, é maximizada quando a organização estabelece estratégias e objectivos para alcançar o equilíbrio ideal entre os objectivos de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. Desta forma, a Gestão de Risco Empresarial tem como objectivos:

- Alinhar a apetência ao risco com a estratégia adoptada - a gestão avalia a apetência ao risco ao analisar as estratégias, definindo os objectivos com elas relacionados e desenvolvendo mecanismos para gerir esses riscos;
- Fortalecer as decisões em resposta aos riscos - a Gestão de Risco Empresarial, proporciona rigor na identificação e na selecção de alternativas de respostas aos riscos, nomeadamente: como evitar, como reduzir, como partilhar e como aceitar os riscos;
- Reduzir as surpresas e os prejuízos operacionais - as organizações melhoram a sua capacidade para identificar os eventos potenciais e definem respostas aos mesmos, reduzindo assim as surpresas e os custos ou prejuízos associados;
- Identificar e gerir os riscos múltiplos – qualquer organização enfrenta uma variedade de riscos que podem afectar as diferentes áreas da organização;
- Aproveitar as oportunidades - pelo facto de considerar todos os eventos potenciais, a organização posiciona-se para identificar e aproveitar as oportunidades de forma proactiva;
- Optimizar o capital – a obtenção de informações adequadas a respeito de riscos, possibilita às administrações efectuar uma avaliação eficaz das necessidades de capital como um todo e optimizar a alocação desse capital.

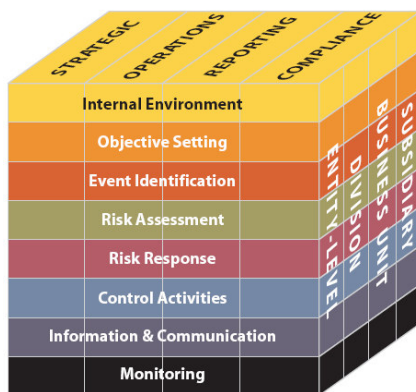
Após as considerações acerca das definições e objectivos gerais da estrutura em análise, passamos então à análise da sua metodologia.

3.3.3. A Metodologia de Gestão de Risco - *ERM*

A estrutura *COSO* (2004) é caracterizada por integrar três dimensões inter-relacionadas, sendo a primeira destinada a identificar os componentes de controlo, a segunda os objectivos da organização e a terceira destina-se às unidades organizacionais. Podemos representar graficamente pela Figura 3.3, quer na versão original à esquerda, quer na versão traduzida e adaptada para português à direita. As suas dimensões representam:

- A frente do cubo, refere-se à primeira dimensão e representa os oito componentes de controlo;

- O topo do cubo, relativo à segunda dimensão, representa os objectivos da organização;
- A lateral, refere-se à terceira dimensão e representa as unidades organizacionais.



Fonte: COSO 2004



Fonte: Traduzida do COSO 2004

Figura 3.3 – Estrutura Tridimensional do COSO - ERM

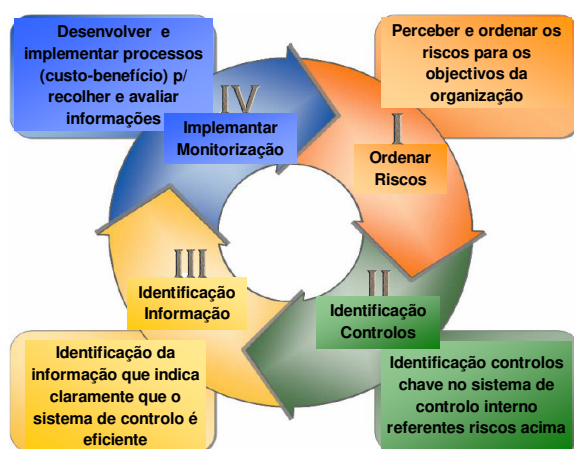
A primeira dimensão, contem os oito componentes de controlo a seguir discriminados:

- Ambiente interno – compreende as características e o ambiente interno da organização perante a gestão de risco, nomeadamente, qual a filosofia de gestão de risco, qual a cultura de risco, qual o perfil de risco da organização, quais os valores éticos e integridade da administração e colaboradores;
- Definição dos objectivos – compreende a definição dos limites do perfil de risco da organização, até que nível são os riscos aceitáveis, e de acordo com os objectivos da mesma (estratégicos, táticos, comunicação e conformidade);
- Identificação dos eventos (acontecimentos) – compreende a identificação dos acontecimentos internos ou externos que influenciam o cumprimento dos objectivos de uma organização, de forma a classificá-los, desde riscos a oportunidades;
- Avaliação do risco – compreende a avaliação dos riscos através da sua probabilidade de ocorrência e do seu impacto, para se determinar a forma como podem ser geridos; O perfil de risco da organização advém do risco que a mesma está disposta a aceitar, pelo que é necessário avaliar o risco inerente e o risco residual;

- Resposta ao risco – compreende a selecção dos riscos que a organização entende aceitar, os que pretende evitar, os que procura partilhar e reduzir, tomando medidas diferentes de acordo com a tolerância ou apetência ao risco;
- Actividade de controlo – compreende os procedimentos e medidas necessárias para assegurar que as respostas aos riscos são efectivamente aplicadas;
- Informação e comunicação – compreende a identificação e o tratamento das informações relevantes e a sua comunicação oportuna e eficaz na organização;
- Monitorização – compreende o acompanhamento contínuo das actividades de controlo, conjugadas com avaliações independentes efectuadas pelos auditores internos;

Relativamente à componente monitorização e, como se trata de um processo de melhoria contínua, apesar de ser o último elo da cadeia deste processo, é também o primeiro a gerar novas identificações de riscos, o que implica um ambiente pró-activo.

De acordo com o guia de monitorização dos sistemas de controlo interno divulgado pelo *COSO* (2008), a monitorização eficaz e eficiente está em planear e executar procedimentos de controlo dos riscos relevantes para os objectivos da organização. A Figura 3.4, ilustra um modelo de monitorização que pode ajudar a criar um processo de implementação desta componente. Este modelo reforça a importância da compreensão dos riscos e da sua relação com o controlo de riscos.



Fonte: Adaptado do *COSO (2008:12) Internal Control - Integrated Framework Guidance on Monitoring Internal Control Systems*

Figura 3.4 – Monitorização contínua dos riscos - COSO

De acordo com *COSO* (2007) a Gestão de Risco Empresarial é um processo dinâmico e interactivo, pois quase todos os componentes se interligam e influenciam os outros.

Quanto à segunda dimensão da estrutura *COSO*, os objectivos são os seguintes:

- Estratégicos, são normalmente fixados no médio/longo prazo e estão relacionados com a missão da organização;
- Táticos ou operacionais, são fixados no curto prazo e reflectem a combinação de factores de eficácia e de eficiência, para alcançar os objectivos estratégicos;
- De comunicação, que estão relacionados com a segurança com que a organização divulga a informação, ou seja, os documentos relativos à situação e evolução económica, financeira e social da organização devem reflectir de forma verdadeira e justa a realidade;
- De regularidade e conformidade legal, estão relacionados com a obrigatoriedade das organizações cumprirem com as leis e regulamentos a que estão obrigados.

A terceira dimensão da estrutura *COSO*, resulta da aplicação dos componentes mencionados na primeira dimensão, na conquista dos objectivos referidos na segunda dimensão, a toda a organização ou aos seus vários níveis: ao nível de organização como um todo; ao nível de uma divisão, operacional de trabalho ou geográfica; ao nível de uma unidade de negócio, por produto ou por cliente; ou ao nível de uma subsidiária.

Resumindo, *desenvolver um processo formal de gestão de risco reduz o tempo de reacção das empresas, cria uma cultura de risco positiva e melhora continuamente o processo de mitigação de risco.* (Castanheira e Rodrigues 2006a: 61)

Segundo Silva (2005), interessa elencar os componentes da gestão de risco e a forma como o auditor interno, actuando em qualquer forma de organização, pode acrescentar valor à organização.

Segundo Silva (2005), perante o ambiente externo em que vivemos, o método de gestão adequado para as organizações atingirem os seus objectivos é o da gestão do risco, pois trata da componente incerteza, que está associada ao vector que melhor caracteriza o actual

estado da economia mundial, a progressiva e rápida globalização. Assim, a adopção da gestão do risco obriga os profissionais de auditoria interna a adaptarem-se a um novo paradigma, o risco passa a constituir o vector da sua actividade.

Estão assim elencados os fundamentos do *ERM*, que visam em última instância acrescentar valor às organizações, através de uma gestão dos riscos oportuna e eficaz.

3.3.4. A Gestão de Risco - *ERM* e o Papel do Auditor Interno

O Auditor Interno pode ser considerado um dos melhores interlocutores das organizações para apoiar a administração e a gestão a atingir os objectivos e em sequência acrescentar valor às mesmas, pois consegue articular três contextos: a gestão de risco, o controlo e o governo das sociedades.

No âmbito da organização da Gestão de Risco, *a função de auditoria interna deve identificar e avaliar a eficácia e a eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas.* (Almeida 2005a: 14).

O papel da auditoria interna nas organizações torna-se assim mais abrangente na organização, devido ao seu envolvimento no processo de gestão de riscos, pois passa a contribuir para que a organização possa alcançar os seus objectivos e consequentemente para a melhoria contínua da mesma.

De acordo com Castanheira (2005), o papel da Auditoria Interna no processo de Gestão de Risco era um assunto controverso, pelo que surgiram vários debates acerca do assunto. Este facto, levou a que o *IIA*, em coordenação com o *IIA – UK & Ireland*, emitisse um esclarecimento sobre a posição do papel da Auditoria Interna nas organizações face à gestão de risco.

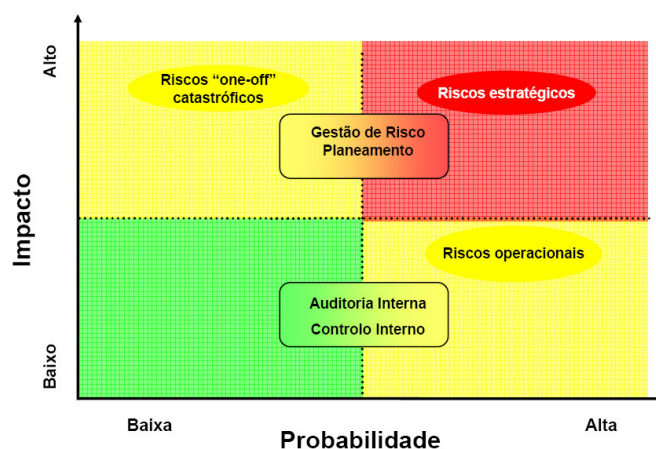
Posto isto, o *IIA* (2004) esclareceu que o papel fundamental da Auditoria Interna no processo de gestão de risco é proporcionar uma garantia objectiva sobre a eficácia das actividades de gestão de risco de uma organização, contribuir para que os riscos de negócio

mais importantes sejam geridos de forma adequada e, que o sistema de controlo interno funcione de forma eficaz.

Em termos de responsabilização dos riscos, convém reforçar que a administração é a principal responsável pela definição dos riscos, cabendo aos auditores internos a função de proceder à avaliação da eficácia da gestão de risco conforme norma de desempenho nº 2120 do IIA (2009a) e reportá-la superiormente para a administração.

Assim, conforme Almeida (2005b), o posicionamento da Auditoria Interna pode ser apresentado conforme a Figura 3.5 (que resulta da Figura 3.1), pela qual a Auditoria Interna e a Gestão de Risco, podem desempenhar funções paralelas a níveis diferentes:

- A Gestão de Risco, tem como função promover, coordenar, facilitar e apoiar o desenvolvimento dos processos de gestão de risco, normalmente, identificados por riscos que têm um impacto elevado e, com riscos estratégicos ou com riscos que apesar de ocasionais podem ter consequências catastróficas;
- A Auditoria Interna, tem a responsabilidade de identificar e avaliar a eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos da organização; normalmente são identificados com riscos que tem um impacto reduzido e, com riscos operacionais.



Fonte: Gestão de Risco nas Organizações - Jornadas Regionais da Qualidade Funchal - 22 de Outubro de 2008 (Almeida, 2005b:28)

Figura 3.5 – Posicionamento da Auditoria Interna perante os riscos

No entanto, de acordo com as normas de desempenho nº 2120, 2200, 2440, 2500 e 2600 do IIA (IIA 2009a), o posicionamento do Auditor Interno deve ser mais abrangente pois é incumbido de proceder à avaliação da eficácia e contribuir para a melhoria da gestão do risco, ou seja, deve interagir na gestão de riscos desde a fase de planificação, passando pela monitorização e pela divulgação, sendo a sua contribuição efectuada através das seguintes fases:

- 1º) Determinar se os processos de gestão do risco são eficazes, com base nos conhecimentos e julgamento do auditor interno;
- 2º) Os processos de gestão do risco são monitorizados através das actividades correntes da gestão;
- 3º) Ao nível do planeamento, os auditores internos devem ter em atenção que têm de desenvolver e documentar um plano para cada compromisso;
- 4º) Ao nível da divulgação dos resultados, o responsável pela auditoria interna tem de divulgar os resultados às partes apropriadas e, quando for exigido em termos legais, estatutários ou regulamentares;
- 5º) Em termos de monitorização, o responsável pela auditoria interna tem de estabelecer um processo de “*follow-up*”, para monitorizar e assegurar que as acções da gestão foram efectivamente implementadas.

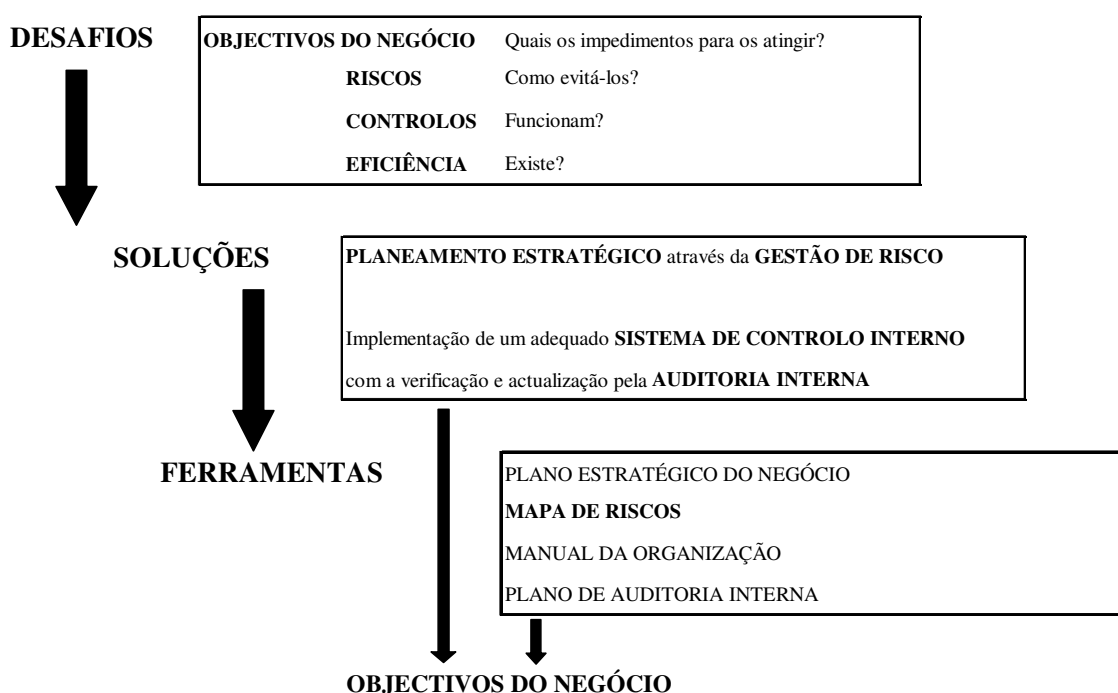
Assim, a auditoria interna pode ser encarada como o órgão que avalia a actuação da gestão de risco e que acompanha a actuação da gestão de risco. No entanto, é importante reforçar que os auditores internos não devem ser responsáveis pela gestão do risco, mas sim contribuir para uma gestão de risco eficaz e eficiente.

De acordo com *Moeller* (2007), os auditores internos são os “olhos e os ouvidos” da gestão nas organizações, pois são considerados os especialistas que visitam todas as áreas e emitem relatórios sobre os processos e operações da organização. Normalmente, os auditores internos focalizam o seu tempo e atenção nas áreas de maior risco das organizações, e fazem-no quer através da avaliação dos controlos internos, quer através dos serviços internos de consultoria que prestam.

A forma como o auditor interno em particular e as organizações em geral encaram a gestão do risco, tem muito a ver com a forma como as organizações definem os objectivos do negócio e os riscos que os ameaçam.

De acordo com Castanheira (2006), para que se obtenha um eficiente conhecimento desses riscos, para além de ser importante um forte conhecimento dos processos de negócio, é fundamental a implementação de um mapa de riscos que reflecta uma visão lógica dos riscos de negócio das organizações, essencial para apoiar a gestão e a auditoria interna na avaliação e melhoria dos processos de gestão de risco. Assim, o planeamento da auditoria interna deve estar alinhada com a estratégia da organização e com o seu plano de negócio.

A Figura 3.6, pretende dar uma visão de orientação da elaboração de um mapa de riscos e como ele se integra nas preocupações de uma organização, ou seja, definindo em primeiro lugar os desafios que se colocam à organização para concretizar os objectivos de negócio, em segundo estabelecer as soluções para controlar e acompanhar a evolução dos riscos e por último adequar as ferramentas necessárias para o concretizar.



Fonte: Adaptado de Castanheira e Rodrigues (2006: 11)

Figura 3.6 – Concretização dos Objectivos do Negócio

Os planos de trabalho do auditor interno devem incorporar e convergir com os objectivos de negócio da organização, ou seja, *ao alinhar o planeamento de auditoria com a*

estratégia da organização e o plano de negócio, o processo de auditoria interna fica mais intimamente associado com as metas e objectivos da organização (Castanheira e Rodrigues 2006: 14).

Ao efectuarmos a análise da actividade do auditor e da actividade da gestão das organizações, ficou evidenciado que a gestão de riscos da organização é impulsionadora de estratégias conjuntas entre a gestão e a auditoria interna, ou seja, que o planeamento do trabalho do auditor interno deve estar em sintonia com o da gestão e que os objectivos do negócio da organização podem ser concretizados através de uma eficiente e adequada gestão de riscos.

3.3.5. Os Riscos referenciados na Normalização Internacional Auditoria Interna

O Risco e a Gestão dos Riscos por inerência, estão consagrados no normativo internacional de auditoria interna, pelo que abordaremos as principais referências ao risco e à gestão de risco, nele presentes. Em termos gerais, as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna emitidas pelo *IIA* (2009a), incluem dois tipos de orientação:

- 1) Uma orientação obrigatória, que por sua vez inclui a definição de auditoria interna, o código de ética e as normas;
- 2) Outras orientações fortemente recomendadas que incluem tomadas de posição, práticas recomendadas e guiões práticos para apoiar a profissão.

A estrutura destas normas internacionais de auditoria interna, incluem:

- Normas de Atributos, que estão relacionadas com as características das organizações e das entidades que desempenham actividades de auditoria interna;
- Normas de Desempenho, que descrevem a natureza das actividades de auditoria interna e proporcionam critérios de qualidade que permitem medir o desempenho de tais serviços.

Conforme o Quadro 3.1, as normas de atributo nº 1210.A2, A3 e nº 1220.A3, estão relacionadas com as competências qualitativas que os auditores internos devem ter para lidarem com situações de risco de fraude, para estarem preparados tecnologicamente e

desempenhar o seu trabalho em matéria dos riscos e dos seus controlos-chave, e a estarem atentos com os riscos materiais que podem afectar os objectivos e com os procedimentos.

Normas	Descrição das normas relacionadas com a Gestão de Risco
Norma de atributo nº 1210.A2	Competência na avaliação dos riscos - Os auditores internos têm que possuir o conhecimento adequado para avaliar o risco de fraude e a forma como ele é gerido pela organização, mas não se espera que disponham da perícia de uma pessoa cuja responsabilidade principal seja a detecção e a investigação da fraude.
Norma de atributo nº 1210.A3	Competência tecnológicas de informação e auditoria - Os auditores internos têm que ter conhecimento dos riscos e controlos-chave das tecnologias da informação e das técnicas de auditoria de base tecnológica, para o desempenho do seu trabalho. Contudo, não se espera que todos os auditores internos tenham a perícia de um auditor interno cuja responsabilidade principal seja a de efectuar auditorias das tecnologias da informação.
Norma de atributo nº 1220.A3	Cuidado Profissional Adequado - Os auditores internos têm que estar alerta para os riscos materiais que possam afectar os objectivos, as operações ou os recursos. Contudo, os procedimentos de garantia, só por si, mesmo quando executados com cuidado profissional adequado, não garantem que todos os riscos materiais serão identificados.

Fonte: Adaptado do IIA - Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (Revisão tradução: Agosto 2009)

Quadro 3.1 – Normas Atributo do IIA de Gestão de Risco

Relativamente às normas de desempenho, efectuamos a sua subdivisão atendendo a três aspectos:

- As primeiras, referem-se ao planeamento dos trabalhos de auditoria interna e foram agregadas no Quadro 3.2, em que a norma nº 2010 apela para que o auditor elabore os planos de auditoria baseados no risco, enquanto que a norma nº 2200 aborda as condições que o auditor deve considerar no compromisso de auditoria;

Normas	Descrição das normas relacionadas com a Gestão de Risco
Norma de desempenho nº 2010	Planeamento do trabalho de auditoria - Nesta norma é referido que o responsável pela auditoria tem que estabelecer planos, baseados no risco, para determinar as prioridades da actividade de auditoria interna consistentes com os objectivos da organização. Na sua interpretação é ainda referido que: - <i>O Responsável pela Auditoria (CAE - Chief Audit Executive), é responsável pelo desenvolvimento de um plano de auditoria baseado no risco. Este toma em consideração o enquadramento da gestão do risco da organização, incluindo os níveis de apetite do risco definidos pela gestão para as diversas actividades ou partes da organização. Caso não exista tal enquadramento, o responsável pela auditoria utiliza o seu julgamento de riscos após consultar os gestores superiores e o Conselho.</i>
Norma de desempenho nº 2200	Planeamento do Compromisso (de Auditoria) Ao planear o compromisso, os auditores internos têm que ter em consideração: - Os objectivos da actividade a auditar e a forma como a actividade controla o seu desempenho; - Os riscos relevantes da actividade, seus objectivos, recursos e operações, e a forma pela qual o potencial impacto dos riscos é mantido a um nível aceitável; - A adequação e a eficácia dos processos de gestão do risco e de controlo, comparados com um enquadramento ou modelo de controlo relevante; e - As oportunidades para melhorias significativas nos processos de gestão do risco e de controlo.

Fonte: Adaptado do IIA - Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (Revisão tradução: Agosto 2009)

Quadro 3.2 – Normas de Desempenho do IIA de Gestão de Risco - Planeamento

- As segundas, de acordo com o Quadro 3.3, referem-se às divulgações;

Normas	Descrição das normas relacionadas com a Gestão de Risco
Norma de desempenho nº 2060	Reporte aos Gestores Superiores e ao Conselho - O responsável pela auditoria tem que relatar periodicamente aos gestores superiores e ao Conselho sobre os objectivos, autoridade, responsabilidade e desempenho de auditoria interna, relativamente ao seu plano. O reporte tem igualmente que incluir as exposições significativas ao risco e questões de controlo, incluindo riscos de fraude, questões relativas à governação e outros assuntos necessários ou que tenham sido solicitados pelos gestores superiores e pelo Conselho.
Norma de desempenho nº 2440 e A1	Divulgação dos Resultados O responsável pela auditoria tem que divulgar os resultados às partes apropriadas. Quando não obrigados por exigências legais, estatutárias ou regulamentares, antes da entrega dos resultados a terceiros, o responsável pela auditoria tem que: - Avaliar o risco potencial para a organização; - Consultar os gestores superiores e /ou o consultor jurídico, conforme apropriado; e - Controlar a disseminação, restringindo a utilização dos resultados.
Norma de desempenho nº 2600	Salvaguarda de opinião Quando o responsável pela auditoria for da opinião de que os gestores superiores optaram por um nível de risco residual que possa ser inaceitável para a organização, o responsável pela auditoria tem que discutir o assunto com os gestores superiores. Caso a decisão sobre o risco residual não tenha sido solucionada, o responsável pela auditoria tem que reportar o assunto ao Conselho para decisão.

Fonte: Adaptado do IIA - Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (Revisão tradução: Agosto 2009)

Quadro 3.3 – Normas Desempenho do IIA de Gestão de Risco - Divulgação

- As terceiras, conforme Quadro 3.4, focalizam-se nas questões essenciais da gestão de risco e da sua monitorização, razão pela qual as abordamos de forma mais detalhada, pois enquadram-se no âmbito do nosso estudo.

Normas	Descrição das normas relacionadas com a Gestão de Risco
Norma de desempenho nº 2120	Gestão de Risco A actividade de auditoria interna tem que avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria da gestão do risco. <u>Relativamente à eficácia:</u> Determinar se os processos de gestão do riscos são eficazes é um julgamento que resulta da avaliação feita pelo auditor interno, de que: - Os objectivos da organização sustentam e estão alinhados com a missão da organização; - Os riscos significativos são identificados e avaliados; - São seleccionadas as respostas adequadas que alinham os riscos com o apetite de risco da organização, e - A informação relevante sobre o risco, é identificada e comunicada em tempo oportuno transversalmente pela organização, permitindo que o <i>staff</i> , os gestores e o Conselho cumpram com as suas responsabilidades. <u>Relativamente à melhoria da gestão de risco:</u> Os processos de gestão do risco são monitorizados através das actividades correntes da gestão, avaliados em separado, ou ambos.
Norma de desempenho nº 2120.A1	Âmbito da avaliação das exposições ao risco - A actividade de auditoria interna tem que avaliar as exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação que respeitem à: - Fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional; - Eficácia e eficiência das operações; - Salvaguarda dos activos; - Conformidade com as leis, regulamentos e contratos.
Norma de desempenho nº 2120.A2	Risco de Fraude - A actividade de auditoria interna tem que avaliar a possibilidade da ocorrência de fraude e a forma como a organização gere o risco de fraude.
Norma de desempenho nº 2500 e A1	Monitorização O responsável pela auditoria tem que estabelecer e manter um sistema de monitorização do efeito dos resultados comunicados à gestão. O responsável pela auditoria tem que estabelecer um processo de “follow-up” para monitorizar e assegurar que as acções da gestão foram efectivamente implementadas ou que os gestores superiores aceitaram o risco de não tomar qualquer medida.

Fonte: Adaptado do IIA - Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (Revisão tradução: Agosto 2009)

Quadro 3.4 – Normas de Desempenho do IIA de Gestão de Risco - Monitorização

A norma de desempenho nº 2120, referente à Gestão do Risco, menciona que a actividade de auditoria interna tem que avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria da gestão do risco. Nestes termos, é necessário determinar se os processos de gestão de risco, são eficazes e resultam da avaliação feita pelo auditor interno e, se:

- Os objectivos da organização estão alinhados com a missão da organização;
- Os riscos significativos são identificados e avaliados;
- São seleccionadas as respostas adequadas que alinham os riscos com o apetite de risco da organização, e
- A informação relevante sobre o risco, é identificada e comunicada em tempo oportuno transversalmente por toda a organização.

Relativamente à monitorização devemos sublinhar o que refere a norma nº 2120.A1, ou seja, que a actividade de auditoria interna tem que avaliar as exposições ao risco relativas à governação da organização e aos sistemas de informação, que respeitem à:

- Fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- Eficácia e eficiência das operações;
- Salvaguarda dos activos; e
- Conformidade com as leis, regulamentos e contratos.

Relacionando, estes últimos aspectos com o SNC, podemos realçar que encontramos objectivos idênticos. Concretizando, em termos de SNC e nomeadamente em termos de NCRF 12, os pontos de contacto estão relacionados quer com a fiabilidade, quer com a imagem verdadeira e apropriada da informação financeira, quer com a salvaguarda dos activos, quer ainda com o cumprimento legal implícito em todo o SNC.

3.4. O Auditor Interno e o SNC

Iniciamos este ponto, com uma abordagem ao conceito de Auditoria Interna e ao papel que o Auditor Interno desempenha nas organizações. De seguida, referenciamos o normativo internacional subjacente à prática de auditoria interna e as suas semelhanças com os Sistemas de Normalização Contabilística Nacional e Internacional. Culminaremos este tema, demonstrando o papel que o Auditor Interno pode ter na conversão para as *IFRS*.

É então neste contexto, que vamos analisar o papel que o auditor interno desempenha nas organizações, no sentido de aferir a forma como a gestão dos riscos pode incorporar os riscos dos impactos pela aplicação da NCRF 12.

3.4.1. O Auditor Interno

O Auditor Interno pode assumir um papel importante no seio das organizações, quer pelo conhecimento abrangente que possui através do seu desempenho no controlo interno, quer porque a sua intervenção na gestão de risco, pode influenciar o rumo das mesmas.

De acordo com o *Institute of Internal Auditors (IIA)* (2009a: 5), a *Auditoria Interna é uma actividade independente, de avaliação e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Tem como objectivo ajudar as organizações na consecução dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.*

Os Auditores Internos, podendo ser membros do *IIA* (2009a), têm como objectivo fornecer serviços de auditoria interna, de acordo com a definição de Auditoria Interna. Segundo o código de ética da Auditoria Interna, os Auditores Internos devem respeitar os seguintes princípios: integridade, objectividade, confidencialidade e competência.

A profissão de Auditor Interno, sofreu uma evolução significativa ao longo dos anos, principalmente por a sua actividade deixar de ser considerada uma função de controlo dentro da organização, para passar a ser uma actividade articulada e disciplinada, com o objectivo de acrescentar valor às organizações.

Esta evolução ficou a dever-se à necessidade que as organizações tiveram em termos:

- Da maior complexidade dos negócios resultantes de aumento da dimensão, complexidade e alargamento geográfico das organizações;
- Da afectação dos auditores internos aos novos conceitos de gestão de risco, que entretanto foram surgindo no seio das organizações;
- Da evolução e difusão dos conhecimentos em termos de controlo dos processos, da gestão de riscos e de governação.

3.4.2. O Auditor Interno e a Normalização Internacional de Auditoria Interna

É neste âmbito, de acordo com Pickett (2005) e com a Norma Internacional para a Prática de Auditoria Interna n.º 2110.A2 emitida pelo IIA, que a actividade de auditoria interna tem que avaliar as exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação, que respeitem à, fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional, à eficácia e eficiência das operações, à salvaguarda dos activos e à conformidade com as leis, regulamentos e contratos.

Estes, são considerados por Pickett (2005), os quatro elementos fundamentais do âmbito da auditoria interna, que segundo o autor têm a seguinte explicação:

- Quanto à fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional, os auditores internos ao efectuarem a revisão da mesma, devem mencionar os meios utilizados para a identificar, mensurar, classificar e relatar;
- Quanto à eficácia e eficiência das operações, os auditores internos devem avaliar a economia e eficiência dos recursos utilizados;
- Quanto à salvaguarda dos activos, os auditores internos devem rever os meios de segurança e salvaguarda dos bens e, se necessário verificar a sua existência;
- Quanto à conformidade com as leis, regulamentos e contratos, os auditores internos devem certificar-se por um lado, que os sistemas implementados asseguram o cumprimento das regras, planos, procedimentos, leis, regulamentos e contratos que podem ter impactos significativos nas operações e nos relatórios, e por outro, certificar-se que toda a organização está em conformidade.

Resumindo, estas são algumas das semelhanças com os preceitos do SNC, em particular da NCRF 12: a fiabilidade e integridade da informação financeira, a salvaguarda dos activos e a conformidade com as leis e regulamentos, podendo ser considerados pontos de contacto entre os fundamentos da Auditoria Interna e da Norma de Imparidade de Activos.

3.4.3. O Papel da Auditoria Interna na conversão para as IFRS

Neste ponto, vamos inter-relacionar a norma de imparidade de activos, analisada no segundo capítulo da nosso estudo, com a Auditoria Interna, evidenciando de que forma a

conjugação entre o SNC e a Auditoria Interna, pode proporcionar benefícios para as organizações no âmbito do processo de conversão para as NCRF, ou seja, ao ser auditado internamente em termos de gestão de riscos dos seus impactos.

De acordo com estudos divulgados pelas duas das *BigFour*, pela *PricewaterhouseCoopers* (2009b) e pela *Ernst & Young* (2009), o processo de adopção das *IFRS*, oferece à Auditoria Interna uma excelente oportunidade para se envolver, quer no período de conversão das informações financeiras das organizações, quer daí permanecer envolvida.

A adopção das *NIC/IFRS*, ou no nosso caso do SNC, poderá ter como é óbvio, para além de um impacto significativo na mensuração, reconhecimento e divulgação nas DF, também um impacto significativo nos processos, pessoas e tecnologia.

A Auditoria Interna pode contribuir no âmbito do processo de conversão para as *NIC/IFRS*, através do conhecimento que possui da organização, ao nível das pessoas, dos processos e da tecnologia utilizada, ou seja, do conhecimento que a Auditoria Interna tem sobre a forma como a actividade da organização é reflectida nas DF. Estes reflexos incidem fundamentalmente nas actividades relacionadas com a salvaguarda dos activos e a fiabilidade da informação financeira.

Assim, a *PwC* apresentou um guia de orientação para a implementação das *IFRS*, denominado, *IFRS - Implementation Guide*, o qual tem como objectivo apoiar a gestão das organizações no processo de implementação e, que é composto por três fases:

- 1ª Fase - Estudo preliminar, em que se considera importante o envolvimento da Auditoria Interna no projecto de conversão, pela contribuição que pode proporcionar ao processo, principalmente pelos métodos de trabalho que utiliza na sua actividade, ou seja, conforme descrito no Quadro 3.5, nos aspectos relacionados com a definição das etapas do processo, com a avaliação dos impactos nas operações, com a revisão do plano de trabalho e com a monitorização da sua evolução.

Aspectos a ter em consideração na adopção das <i>IFRS</i> 1ª Fase: Estudo preliminar
Compreender os objectivos do estudo preliminar e envolver-se no planeamento do projecto. Fazer parte da equipa de projecto.
Apoiar na definição do âmbito da avaliação preliminar e dos principais pontos de controlo (<i>key milestones</i>).
Avaliar o potencial impacto nas operações: processos de emissão dos relatórios financeiros, sistemas, pessoas, e informações, bem como as implicações fiscais e orçamentais.
Rever os questionários de diagnóstico e outras ferramentas que possam ser implementadas para facilitar a avaliação preliminar.
Rever o plano de trabalho da organização em termos de adopção das <i>IFRS</i> , bem como as estimativas de recursos e custos associados. Monitorizar constantemente a evolução do projecto.
<p><u>Principais questões a considerar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos os <i>stakeholders</i> relevantes participam das decisões e estão adequadamente representados? - Existe um nível adequado de gestão de projecto e de emissão de relatórios para manter o Comité de Auditoria e os <i>stakeholders</i> relevantes, informados? - Foi estabelecido um plano de orientação para o processo de conversão para as <i>IFRS</i>? - A organização entende como as alterações das políticas contabilísticas, podem ter impacto nas pessoas, processos, sistemas e operações? - Foi efectuada uma avaliação adequada dos impactos das <i>IFRS</i> nas Demonstrações Financeiras, incluindo nas divulgações e na emissão de informações fiscais? - Foi realizada uma avaliação para identificar os projectos e outras áreas, onde podem ocorrer os impactos das <i>IFRS</i>? - Foram identificadas diferenças entre as <i>IFRS</i> e as <i>US GAAP</i> (no nosso caso com as NCRF), tais como: questões técnicas e opções de políticas a serem adoptadas? - Foi analisada a disponibilidade e a capacidade de adaptação das pessoas da área financeira, em relação à conversão para as <i>IFRS</i>?

Fonte: Adaptado PwC-*It's not the actor, it's the role that counts-How internal audit can leverage IFRS* (PwC, 2009b: 3)

Quadro 3.5 – Guia de apoio da PwC - “IFRS Implementation Guide” – 1ª Fase

Nesta fase, são enunciadas várias questões que pretendem servir de guia ao processo de implementação, de entre as quais destacamos: a avaliação adequada dos impactos das *IFRS* nas DF e a identificação das diferenças entre o antigo normativo e o novo, em termos técnicos e em termos de opções de políticas a serem adoptadas.

- 2ª Fase - Implementação do projecto de conversão, sendo que nesta fase a Auditoria Interna deve ser pró-activa, quer na avaliação dos resultados, quer na comunicação dos mesmos, como independente, aos *stakeholders* relevantes e, cujos aspectos a ter em consideração estão descritos no Quadro 3.6.

Aspectos a ter em consideração na adopção das *IFRS* 2ª Fase: Implementação do projecto de conversão

1º Objectivo: Estabelecer as políticas relacionadas com as *IFRS*.

2º Objectivo: Elaborar as Demonstrações Financeiras Iniciais com base nas *IFRS* (SNC).

Principais questões a considerar:

- A estrutura de gestão do projecto, bem como as funções e responsabilidades dos membros do projecto, foram definidas e estabelecidas?
- Existe um nível adequado de informação para todos os *stakeholders* envolvidos com a conversão para as *IFRS*?
- A organização estabeleceu planos adequados de formação e transferência de conhecimento?
- As políticas e procedimentos relacionados com as *IFRS*, foram avaliados ao nível da organização de forma a assegurar que farão sentido no início e após a implementação, ou a organização pode correr o risco de ficar presa a decisões que não fariam sentido após da conversão?
- Os dados foram obtidos e mapeados de acordo com o plano de contas, e foi realizada uma análise de não conformidade para permitir uma divulgação precisa e completa? Foram implementados os controlos necessários para assegurar que os dados são de confiança?
- Foram analisados os ajustes necessários para a adopção das *IFRS* em cada unidade de negócios, e as questões identificadas foram resolvidas através do recurso a políticas padronizadas?
- As exigências relacionadas com as mudanças de processos e sistemas foram identificadas e adequadamente priorizadas?
- Faz sentido manter a emissão de Relatórios Financeiros nos dois modelos durante o período de transição? Foram elaboradas instruções para emissão de Relatórios Financeiros, e estas foram comunicadas às unidades de negócio?
- Quais são os controlos implementados na organização para a conversão inicial para as *IFRS*, e onde devem ser implementados os novos controlos? Qual o impacto dessas mudanças e dos novos controlos, têm no existente *SOX Framework* (no nosso caso, em Instituições tais como: Banco de Portugal, INE, CMVM e Estado)?
- Foram testados os processos de emissão dos relatórios contabilísticos e financeiros, posteriores às *IFRS*, e comparados com os resultados esperados, através de uma análise comparativa provisória de contas anuais/trimestrais baseadas nas *IFRS*, com outras empresas do mesmo segmento?
- Foi preparada a consolidação das informações de acordo com as *IFRS* e a conciliação com as informações segundo a *US GAAP* (SNC), para todos os períodos exigidos?

Fonte: Adaptado PwC-*It's not the actor, it's the role that counts-How internal audit can leverage IFRS* (PwC, 2009b: 4)

Quadro 3.6 – Guia de apoio da PwC - “*IFRS Implementation Guide*” – 2ª Fase

Nesta fase, são enunciadas várias questões, das quais destacamos, uma avaliação errada de políticas nesta fase, pode implicar a impossibilidade de inversão futura.

- 3ª Fase - Integração das alterações, sendo que nesta fase, a Auditoria Interna deve estar activamente envolvida com os *stakeholders*, de forma a garantir que a organização adopta as políticas relacionadas com as *IFRS*, e, cujos aspectos a ter em consideração estão descritos no Quadro 3.7.

Aspectos a ter em consideração na adopção das IFRS 3ª Fase: Integração das alterações

Objectivo: Assegurar que as políticas relacionadas com as IFRS e com as mudanças implementadas nos sistemas e processos, foram assimiladas pela organização, por forma a que IFRS sejam tidas como a principal linguagem contabilística da mesma.

Principais questões a considerar:

- A conversão para as IFRS foi eficaz?
- As mudanças de processos e controlos foram efectuadas com sucesso de forma a promover a sustentabilidade a longo prazo?
- As novas exigências relacionadas com os dados, negócios, sistemas e correspondentes configurações foram documentadas e devidamente comunicadas às unidades de negócio?
- Os acordos contratuais e os acordos financeiros firmados pela organização reflectem as novas exigências contabilísticas?
- Foram realizados testes dos novos processos, controlos e sistemas, antes e depois da sua implementação?
- O desenvolvimento do projecto foi monitorizado e comunicado adequadamente aos *stakeholders* relevantes?
- Os ilações adquiridas foram recolhidas e comunicadas?

Fonte: Adaptado PwC-*It's not the actor, it's the role that counts-How internal audit can leverage IFRS* (PwC, 2009b: 5)

Quadro 3.7 – Guia de apoio da PwC - “IFRS Implementation Guide” – 3ª Fase

Nesta fase, são enunciadas várias questões, das quais destacamos: as alterações dos processos e dos controlos devem ser efectuadas com sucesso de forma a promover a sustentabilidade a longo prazo.

Relativamente à publicação da *Ernst & Young*, denominada *Inside IFRS The opportunity for internal audit* - A Oportunidade da Auditoria Interna no âmbito das IFRS, é referido que a conversão para as IFRS é muito mais do que uma simples alteração contabilística, é acima de tudo uma ampla mudança de gestão. Este esforço afecta praticamente todas as funções dentro das organizações, desde a fiscalidade, sistemas de informação, recursos humanos, auditoria interna, processos de negócios, até aos relatórios legais e de gestão. Apesar da conversão para as IFRS poder possuir uma perspectiva assustadora para muitas empresas, a auditoria interna está bem posicionada para servir de conselheira e participante activa, no entanto, para poder contribuir de uma forma eficaz, a auditoria interna terá de se actualizar e aperfeiçoar as suas capacidades (E&Y 2009).

Segundo a mesma publicação, as IFRS podem proporcionar ao Auditor Interno uma oportunidade única para apoiar a gestão de topo das organizações, em três funções: gestão de risco, controlo interno e governo das sociedades, simultaneamente, porque:

- Tem a capacidade de apoiar a gestão de topo na identificação, avaliação e monitorização do processo de conversão e identificar as oportunidades de negócio e melhorias de desempenho;
- Tem a capacidade de ser os olhos e ouvidos da administração ou da gestão de topo, por possuir um papel único aos vários níveis da organização;
- Tem a capacidade de apoiar e garantir a evolução dos negócios no âmbito da gestão de riscos.

No Quadro 3.8, divulgado pela *Ernst & Young*, apresentam-se algumas das actividades em que a Auditoria Interna pode acrescentar valor às organizações, no âmbito da adopção das *IFRS*, nomeadamente, nas seguintes áreas: no processo de avaliação de negócios, na monitorização do processo de conversão para *IFRS*, na gestão de risco e na comunicação e formação.

Áreas	Actividades da Auditoria Interna que acrescentam valor
Processo de Avaliação de Negócios	- Servir de conselheira nos processos de risco e de controle dos processos-chave
	- Mensurar o risco inerente (probabilidade, impacto) das alterações dos negócios das empresas
	- Possuir eficácia nas medidas de controlo em função das entradas, saídas ou alterações de áreas de negócio
	- Auditoria aos SI, provenientes das alterações e avaliações da capacidade de controlar as áreas que até à data estavam dependentes dos SI
	- Ajudar adequadamente na avaliação dos impactos das <i>IFRS</i> nas demonstrações financeiras e na conversão de dados
	- Aplicar uma visão inter-funcional e inter-geográfica que permite identificar e partilhar as melhores práticas que vão surgindo ao longo do processo de conversão
Monitorização do processo de conversão para IFRS	- Identificar e monitorar os riscos de conversão das <i>IFRS</i> (prazos, custos)
	- Monitorar a eficiência e a eficácia do programa de conversão (fases, responsáveis, custo)
	- Avaliar as chefias das equipas de colaboradores em termos de execução, preparação, cumprimento, recursos e formação
Gestão de Risco	- Ser os olhos e ouvidos da administração ou do comité de auditoria
	- Avaliar os riscos inerentes ao processo de conversão
	- Acompanhar as mudanças do perfil de risco global da empresa
	- Possibilidade de reordenação dos planos de auditoria, conforme o caso, dado as exigências de conversão
	- Comunicar à administração e à comissão de auditoria, as alterações do planeamento de auditoria
	- Colaborar e coordenar com outras funções de gestão de risco
	- Monitorar o impacto da conversão das <i>IFRS</i> , sobre os controlos internos
	- Monitorar o impacto do processo de conversão, nos planos estratégicos das empresas
Comunicação e formação	- Elucidar a comissão de auditoria sobre os riscos e os impactos no controlo, provenientes da conversão para as <i>IFRS</i>
	- Colaborar com a gestão das unidades de negócios e com os responsáveis pelas actividades de risco e de controlo, antes e após a conversão
	- Elucidar os profissionais de auditoria interna, das mudanças provocadas pelas <i>IFRS</i> , nos procedimentos, incluindo na documentação, nos testes e nos relatórios de auditoria

Fonte: Adaptado de E&Y - *IFRS The opportunity for internal audit (IFRS US Internal Audit Inside IFRS Feb 09)*

Quadro 3.8 – Actividades da Auditoria Interna que acrescentam valor às organizações

Resumindo, esta abordagem relaciona os aspectos fundamentais do nosso estudo, pois esta consultora internacional, considera o auditor interno, como o colaborador melhor posicionado para enfrentar a conversão das normas internacionais, quer ao nível da normalização contabilística, quer ao nível da gestão de riscos.

Paralelamente a estes guias de implementação, foi divulgado pelo IIA (2009c), um artigo intitulado, *IFRS – What Internal Auditors need to know* – O que é os Auditores Internos precisam de saber acerca das *IFRS*, que refere três fases para o projecto das *IFRS*:

- Fase da implementação;
- Fase da transição;
- Fase após a transição, que corresponde aquela através da qual a auditoria interna assegura que a actualização do controlo interno se verifica e que os relatórios financeiros estão de acordo com as *IFRS*.

Estes guias de orientação, bem como as diferentes fases que preconizam, reflectem a preocupação das entidades e profissionais da área contabilística, tais como consultoras e instituições, no sentido de chamar à atenção dos utentes da informação financeira, de que é necessária a intervenção dos auditores internos neste processo de conversão para as normas internacionais de contabilidade.

Neste contexto, podemos realçar dois aspectos que em tudo se aproximam dos objectivos do nosso estudo, que estão relacionados com os riscos associados à conversão para as *IFRS*:

- Por um lado, ao nível da monitorização do processo de conversão para as *IFRS*, a identificação e monitorização dos riscos associados a essa conversão;
- Por outro, ao nível da gestão de risco, a avaliação dos riscos inerentes ao processo de conversão, o acompanhamento das alterações do perfil de risco da entidade e a monitorização dos impactos da conversão, quer no controlo interno, quer nos planos estratégicos da entidade.

3.5. Pontos de contacto entre o SNC e a Gestão de Riscos

Por fim, vamos focalizar o nosso estudo na essência do tema, isto é, nos pontos de contacto entre os riscos de imparidade associados à normalização contabilística e a gestão de riscos preconizada pela auditoria interna.

3.5.1. Os Riscos de Imparidade da Normalização Contabilística

Os riscos mais relevantes associados ao novo SNC, nomeadamente à NCRF 12, que de acordo com Zack (2009) e, pese embora o faça através da análise comparativa entre as *SFAS 144* e a *IAS 36*, devido às suas semelhanças vamos extrapolá-las por analogia para a NCRF 12, e que assim sendo, correspondem:

- Ao risco de fraude pelo não reconhecimento de uma perda por imparidade nos activos tangíveis, que não acontece nos bens activos recentes, mas particularmente nos mais antigos, isto porque, se por um lado na maior parte das vezes já não existe mercado activo para os poder valorizar, por outro estes tornam-se obsoletos; Esta situação torna-se mais pertinente em períodos de crise económica como a actual, pois é evidente que muitos dos activos de algumas entidades se podem considerar como estando em imparidade e, como tal, sujeitas a reconhecimento de perdas por imparidade nos resultados;
- Ao risco de fraude por as perdas por imparidade serem menores ao que na realidade são, através de métodos de dissimulação que tentam iludir os destinatários das DF, pelo simples facto de se divulgar que são apuradas perdas por imparidade, este facto é suficiente para garantir que foram calculadas com honestidade;
- Ao risco de fraude, apenas válido nas *IFRS* (NCRF 12) e não nas *US GAAP* por não ter aplicabilidade, pelo reconhecimento de reversões de perdas de imparidade inapropriadas, ou seja, as entidades podem registar reversões de perdas de imparidade anteriormente reconhecidas, para além das limitações definidas pela norma, sendo uma das limitações correspondente à quantia escriturada que teria

sido determinada caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda de imparidade anteriormente.

Devemos contudo esclarecer que em nossa opinião, o termo “fraude” deve ser atenuado, pois este tipo de falhas, pode estar associada à falta de conhecimento ou à negligência.

Em nossa opinião, alguns tipos de riscos associados à norma da imparidade de activos, são:

- O risco de reconhecimento de perdas de imparidade inferiores às devidas, e que implicam os seguintes reflexos das DF: manutenção do activo e não redução dos resultados;
- O risco de reconhecimento de perdas por imparidade elevadas, influenciados por períodos de crise económica, podem levar a que os activos das entidades possam entrar inevitavelmente em situações de imparidade. Se assumidas essas potenciais perdas por imparidade, os reflexos podem ser preocupantes, pois provocariam uma redução do activo e um aumento dos gastos na DR.

Deste último aspecto, podemos realçar a coincidência das consequências negativas em períodos de crise económica, reflectidas na diminuição dos resultados líquidos e eventualmente na diminuição do rácio da autonomia financeira, das entidades.

3.5.2. A Gestão de Riscos no SNC

A auditoria interna pode contribuir para a redução ou minimização dos riscos associados aos impactos da adopção do SNC, através da gestão de riscos.

De acordo com o *IIA* (2009c), o Auditor Interno pode contribuir para assegurar que os impactos no negócio, sejam identificados e monitorizados, sendo alguns dos aspectos a ter em consideração:

- Os riscos da comunicação das informações financeiras;
- A revisão dos riscos da legalidade de contratos;
- A documentação de cobertura dos riscos de tesouraria.

Relativamente à comunicação das informações financeiras a emitir pelas entidades, estas devem reflectir as alterações ocorridas no âmbito da conversão para as *IFRS*, bem como as alterações provocadas pela adopção do justo valor e pelas alterações quer nos rácios tradicionais, quer nos indicadores de performance da organização.

Associando o papel do auditor interno à gestão de riscos e, de acordo com Zack (2009), torna-se pertinente apresentar as estratégias de controlo que podem ser utilizadas para colmatar os riscos associados à imparidade de activos, acima enunciados:

- A estratégia a utilizar quando uma entidade falha no reconhecimento de uma perda por imparidade, é conciliar os factos pertinentes que indiciam uma perda, quer pela identificação do activo, quer pela análise da natureza desse activo;
- A estratégia a utilizar quando uma entidade falha no reconhecimento de perdas por imparidade menores ao que na realidade são, dissimulando-os de forma a iludir os destinatários, é analisar todos os detalhes, principalmente quando não existem reconhecimentos de perdas de imparidade, ou estas são reduzidas, pois podem indiciar o contrário;
- A estratégia a utilizar quando uma entidade falha no reconhecimento de reversões de perdas por imparidade, é averiguar que estas não estão somente dependentes da passagem do tempo, mas também da alteração das estimativas das vidas úteis.

Assim sendo, resta-nos acrescentar que o Auditor Interno tem todas as condições ao seu dispor, para promover a inclusão dos riscos associados à adopção do SNC na gestão de riscos, nomeadamente, no perfil de risco das organizações.

3.6. Conclusão

O Auditor Interno, com a formação e conhecimentos que possui e, perante esta envolvente de mudança, tem as condições adequadas para desempenhar um papel influente nas organizações, no âmbito do processo de adopção do SNC, e isto, através dos dois factores a seguir descritos:

- Um, tem a ver com o aumento da importância do tratamento dos riscos associados aos negócios, que proporciona à auditoria interna, a possibilidade de se envolver em várias fases do processo de gestão dos riscos das organizações, nomeadamente na avaliação, na revisão, na monitorização e no *reporting*;
- O outro, está relacionado com a evolução da própria profissão de auditoria interna, que passou de uma função de controlo dentro das organizações, para uma actividade associada ao controlo interno, gestão de riscos e processos, com o objectivo de acrescentar valor às organizações.

Da conjugação destes dois factores, podemos referir que a Gestão de Riscos está em sintonia com as preocupações das organizações, concretamente, em termos do controlo dos riscos de negócios.

Relativamente às várias metodologias apresentadas, pareceram-nos evidentes os motivos que conduziram à escolha da metodologia *ERM* como ferramenta de excelência da gestão de riscos para as organizações.

Os pontos de contacto detectados entre os fundamentos da Auditoria Interna e da Norma de Imparidade de Activos (NCRF 12), são: a fiabilidade e integridade da informação financeira, a salvaguarda dos activos e a conformidade com as leis e regulamentos.

Os riscos associados à norma NCRF 12, identificados, estão relacionados ou com a mensuração por defeito das perdas de imparidade, ou com a mensuração por excesso das reversões, tendo em qualquer dos casos impactos nas DF e nos rácios das organizações, nomeadamente, no rácio da autonomia financeira.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

4.1. Objectivo

De forma a alcançar o objectivo estratégico deste estudo - o papel da auditoria interna na gestão dos riscos da adopção da NCRF 12, foram definidos dois subobjectivos.

Assim, no âmbito do SNC e, atendendo aos riscos dos impactos da adopção do SNC e aos riscos associados à imparidade de activos, o primeiro subobjectivo deste estudo relaciona-se com a Normalização Contabilística em termos gerais, e focaliza-se na NCRF 12 – Imparidade de Activos, e o segundo subobjectivo pretende indagar qual o papel que a Auditoria Interna pode desempenhar no processo de aplicação do SNC, nomeadamente através da Gestão de Risco e, em concreto através da ferramenta denominada *ERM*.

Neste contexto e devido à transversalidade da norma de imparidade de activos, o primeiro subobjectivo incidirá numa perspectiva genérica, sobre a análise dos impactos da Normalização Contabilística e numa perspectiva específica, nos impactos do reconhecimento e mensuração dos activos por aplicação da NCRF 12.

Para responder a este subobjectivo, ou seja, para analisar os aspectos relevantes a considerar na adopção do SNC e da NCRF 12, optou-se por um estudo empírico de forma a avaliar o efeito da aplicação das *IFRS* em termos gerais e da norma correspondente *IAS 36 – Impairment of Assets*, em termos específicos. A forma encontrada que melhor poderia ajudar a detectar estes efeitos, foi o recurso às contas das entidades com valores cotados na *Euronext – Lisboa* e que adoptaram as Normas Internacionais no ano 2005.

Para responder ao segundo subobjectivo, vão ser analisados os Relatórios de Governo das Sociedades divulgados pelas entidades acima referidas, no mesmo período de adopção das *IFRS*, por forma a verificar se a Auditoria Interna e/ou a Gestão de Riscos dessas mesmas entidades, reagiram proactivamente aos efeitos ou impactos da adopção das *IFRS*.

4.2. Definição da Amostra

A amostra deste estudo foi extraída da listagem das entidades com valores cotados no PSI20 de 2004, identificadas pela *Euronext Lisbon Fact book 2004*, em 04-04-2005, sendo constituída por dezassete das vinte entidades que integram o PSI20, com as seguintes características:

- Em termos de data, foi considerada a última informação do ano 2004, para corresponder ao ano de transição do anterior normativo POC para as *IFRS*, isto apesar da data de adopção das mesmas ter sido o ano 2005; esta situação permite obter a posição das entidades cotadas que estavam aquela data a enfrentar a conversão do normativo POC para o normativo internacional, ou seja, uma situação idêntica à que presentemente ocorre com a conversão para o SNC;
- Em termos de amplitude da amostra, foram seleccionadas dezassete entidades, pelo facto das escolhidas possuírem características idênticas à maior parte das entidades que vão adoptar o SNC a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo sido excluídas três entidades do sector financeiro que incorporavam à data de 2004 o PSI20, pelo facto de pertencerem ao sistema bancário português, ou seja, por analogia com o SNC, fora do âmbito da sua obrigatoriedade.

PSI20 index - Year 2004			Number of shares in index	Free Float factor	CAP factor	Market capitalisation end of year (€)	Weight in index	Turnover (electr. order book, € million)	Closing price end of year (€)
Order nr	Name	Sector							
1	P TELECOM	Non-cyclical Services	723.722.157	1,00	0,577	6.585.871.629	19,35%	10.385	9,10
2	EDP	Utilities	2.936.222.980	1,00	1,00	6.547.777.245	19,23%	5.465	2,23
3	BRISA-PRIV	Cyclical Services	430.607.144	0,80	1,00	2.906.598.222	8,54%	1.605	6,75
4	SONAE SGPS	Non-cyclical Services	1.600.000.000	0,80	1,00	1.712.000.000	5,03%	1.244	1,07
5	PT MULTIMEDIA	Cyclical Services	62.738.371	0,40	1,00	1.160.032.480	3,41%	614	18,49
6	CIMPOR SGPS	Basic Industries	268.800.000	0,40	1,00	1.115.520.000	3,28%	691	4,15
7	J MARTINS SGPS	Non-cyclical Services	50.343.458	0,40	1,00	488.331.543	1,43%	254	9,70
8	PORTUCEL	Basic Industries	271.853.785	0,80	1,00	388.750.913	1,14%	202	1,43
9	MEDIA CAPITAL	Cyclical Services	66.204.542	0,80	1,00	360.814.754	1,06%	231	5,45
10	IMPRESA SGPS	Cyclical Services	50.400.000	0,60	1,00	292.320.000	0,86%	170	5,80
11	SONAE COM SGPS	Non-cyclical Services	56.562.500	0,25	1,00	214.937.500	0,63%	286	3,80
12	SEMAPA	Basic Industries	47.332.978	0,40	1,00	194.065.210	0,57%	44	4,10
13	COFINA SGPS	Basic Industries	51.282.918	1,00	1,00	186.669.822	0,55%	53	3,64
14	TEIXEIRA DUARTE	Basic Industries	168.000.000	0,40	1,00	169.680.000	0,50%	52	1,01
15	PARAREDE	Information Technology	240.000.000	0,80	1,00	88.800.000	0,26%	510	0,37
16	GESCARTAO	Basic Industries	7.834.120	0,80	1,00	83.041.672	0,24%	46	10,60
17	CORTICEIRA AMORIM	Non-cyclical Consumer Goods	53.200.000	0,40	1,00	56.392.000	0,17%	27	1,06

Adaptado de: www.euronext.com/editorial/wide/editorial-1803-pt.html - acedido em 08-03-2010

Quadro 4.1 – Relação das entidades que constituem a Amostra

Esta amostra pretende servir dois propósitos: analisar as DF e os Relatórios de Governo.

4.3. Metodologia de Tratamento de Dados

Esta investigação, inicia-se com pesquisa dos dados financeiros das entidades e ano seleccionados, nomeadamente, na análise das variações em termos de Balanço e DR, antes e após a adopção das *IFRS*.

De seguida, temos de recorrer às notas do ABDR, para detectar as variações das perdas por imparidade de activos e, em particular, nas notas que dizem respeito aos impactos da adopção das *IFRS*, ou caso existam de relatórios adequados que explicam esses impactos.

Assim, para efeitos da análise desta investigação financeira, as variáveis monetárias, definidas para a pesquisa, são:

- Valor do Activo do Balanço;
- Valor dos Activos Fixos Tangíveis (AFT) e do *goodwill*;
- Valor do Capital Próprio;
- Valor do Resultado Líquido;
- Valor das Perdas por Imparidade e Ajustamentos, do exercício e acumuladas;

O resultado destas análises têm como objectivo evidenciar os efeitos das Perdas por Imparidade nas DF, através do apuramento dos pesos percentuais:

- Peso dos Ajustamentos e Reclassificações dos Activos objecto de perdas por imparidade, no Balanço – Activo e no Capital Próprio;
- Peso das perdas por imparidade, no Activo, no Capital Próprio e na DR – Resultado Líquido;

Para efeitos da investigação da existência de Gestão de Risco e, em concreto, da sua ênfase nos riscos financeiros associados à adopção das *IFRS*, vamos dar vários passos de forma a podermos descortinar, qual a estrutura de gestão de riscos das entidades seleccionadas, e como gerem os riscos.

Assim, consideramos necessário para esta pesquisa, responder às seguintes questões:

- 1 – Existe Relatório sobre o Governo da Sociedade?

- 2 – Como estão definidas as estruturas das entidades e como estão organizadas em termos de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e se possuem Código de Ética?
- 3 – Quais os tipos de risco que fazem parte das listas de preocupações das entidades?
- 4 – Quais as metodologias de riscos adoptadas pelas entidades e quais as fases que consideram no seu processo?
- 5 – Como foram tratadas as informações financeiras, ou seja, se foram divulgados os impactos nas DF provenientes da adopção das *IFRS*, se a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação das mesmas em termos de *IFRS*?
- 6 – Se os tipos de risco associados ao SNC são considerados pela Gestão de Riscos das entidades, nomeadamente: não conformidade com a legislação, fiabilidade e integridade das informações financeiras e salvaguarda de activos?
- 7 – Se em termos de *IFRS*, são tidos em consideração riscos associados aos impactos da adopção das *IFRS* e da *IAS 36*, em particular?
- 8 - Se a valorização das imparidades dos activos obtida da consecução do primeiro objectivo, pode ser considerada significativa em termos de ponderação com os totais dos balanços, ao ponto de ser estimulada a sua incorporação nas matrizes de Gestão de Riscos das entidades.

Após o tratamento destas questões, devemos estar habilitados a extrair conclusões, como:

- As entidades possuem Comissões de Auditoria, Departamentos de Auditores Internos e de Gestão de Riscos, que permitem gerir a actividade das mesmas;
- As entidades possuem Códigos de Ética, que permitem apoiar na consecução dos objectivos estratégicos das organizações, nomeadamente colocar em prática as metodologias de Gestão de Riscos;
- Nos tipos de riscos considerados pelas entidades, existem alguns que estão com as *IFRS*;

- As entidades estão a ser geridas através de metodologias de gestão de riscos, que seguem os preceitos internacionais, nomeadamente o *COSO*;
- As entidades, através da Auditoria Interna, fazem referências à questão dos impactos da adopção das *IFRS* e da NCRF 12;

É pois perante estas conclusões, que estaremos em condições de avaliar a importância do papel que o Auditor Interno pode desempenhar, no processo de adopção das *IFRS*, no nosso caso do SNC e, em particular nos impactos da aplicação da NCRF 12.

CAPÍTULO V – RESULTADOS

5.1. Introdução

Este estudo empírico divide-se em duas vertentes, convergindo ambas para a justificação do tema: a Imparidade de Activos e o Papel que a Auditoria Interna.

A primeira, consiste na análise da aplicação da norma da imparidade, nas contas financeiras das entidades seleccionadas, que adoptaram as *IFRS* até ao ano 2005.

A segunda, consiste na análise dos modelos de Gestão de Riscos, adoptados pelas entidades, para acautelar os riscos dos negócios em geral e, em particular, da adopção das *IFRS*. Esta análise concretiza-se através dos Relatórios de Governança das sociedades instituído pelo Regulamento da CMVM nº 07 (2001), relativo às sociedades cotadas.

5.2. Resultados dos Impactos da adopção das *IFRS*

Após a análise efectuada às Demonstrações Financeiras Consolidadas das dezassete entidades seleccionadas, apresentamos de seguida os resultados dos impactos das reclassificações e ajustamentos reflectidos pela adopção das *IFRS*, nas diferentes rubricas do Activo, Capital Próprio e Resultado Líquido. Terminaremos este ponto, com uma análise das Perdas de Imparidade e Ajustamentos nas diferentes rubricas do activo, com o objectivo de evidenciar a transversalidade da norma da imparidade de activos.

5.2.1. Análise dos Impactos no Activo

No âmbito da adopção das *IFRS*, as principais diferenças no Activo das entidades, entre o POC e as *IFRS*, foram as apresentadas no Quadro 5.1:

Milhões de Euros

Entidade	Impacto das IFRS no Activo									
	Ajust. e Reclas. no Activo					Ajust. e Reclas. no AFT e Goodwill				
	Ano de Adopção	POC	IFRS	Impacto Total	Peso % Activo	POC	IFRS	Impacto AFT	Peso % Activo	Peso % Imp.Act.
P TELECOM	2005	12.963	13.928	965	7,4%	4.063	3.936	-127	-1,0%	-13,2%
EDP	2005	22.589	20.901	-1.688	-7,5%	13.559	12.557	-1.002	-4,4%	59,4%
BRISA-PRIV	2005	4.664	4.100	-564	-12,1%	3.216	2.494	-722	-15,5%	128,0%
SONAE SGPS	2005	7.555	8.597	1.042	13,8%	4.393	3.117	-1.276	-16,9%	-122,5%
PT MULTIMEDIA	2005	1.197	1.119	-78	-6,5%	310	278	-32	-2,7%	41,0%
CIMPOR SGPS	2005	3.174	3.411	237	7,5%	1.218	1.457	239	7,5%	100,8%
J MARTINS SGPS ¹	2004	2.211	2.234	23	1,0%	1.035	1.035	0	0,0%	0,0%
PORTUCEL	2005	2.326	2.297	-29	-1,2%	1.232	1.215	-17	-0,7%	58,6%
MEDIA CAPITAL	2005	342	343	1	0,3%	37	37	0	0,0%	0,0%
IMPRESA SGPS	2005	401	396	-5	-1,2%	74	65	-9	-2,2%	180,0%
SONAE COM SGPS ²	2003	1.379	1.223	-156	-11,3%	579	527	-52	-3,8%	33,3%
SEMAPA	2005	3.349	3.837	488	14,6%	1.588	2.284	696	20,8%	142,6%
COFINA SGPS	2005	359	363	4	1,1%	72	71	-1	-0,3%	-25,0%
TEIXEIRA DUARTE	2005	1.870	1.983	113	6,0%	265	277	12	0,6%	10,6%
PARAREDE	2005	57	58	1	1,8%	1	1	0	0,0%	0,0%
GESCARTAO	2005	221	220	-1	-0,5%	115	114	-1	-0,5%	100,0%
CORTICEIRA AMORIM	2005	538	533	-5	-0,9%	157	172	15	2,8%	-300,0%
TOTAIS		65.195	65.543	348	0,5%	31.914	29.637	-2.277	-3,5%	-13
										-0,0%

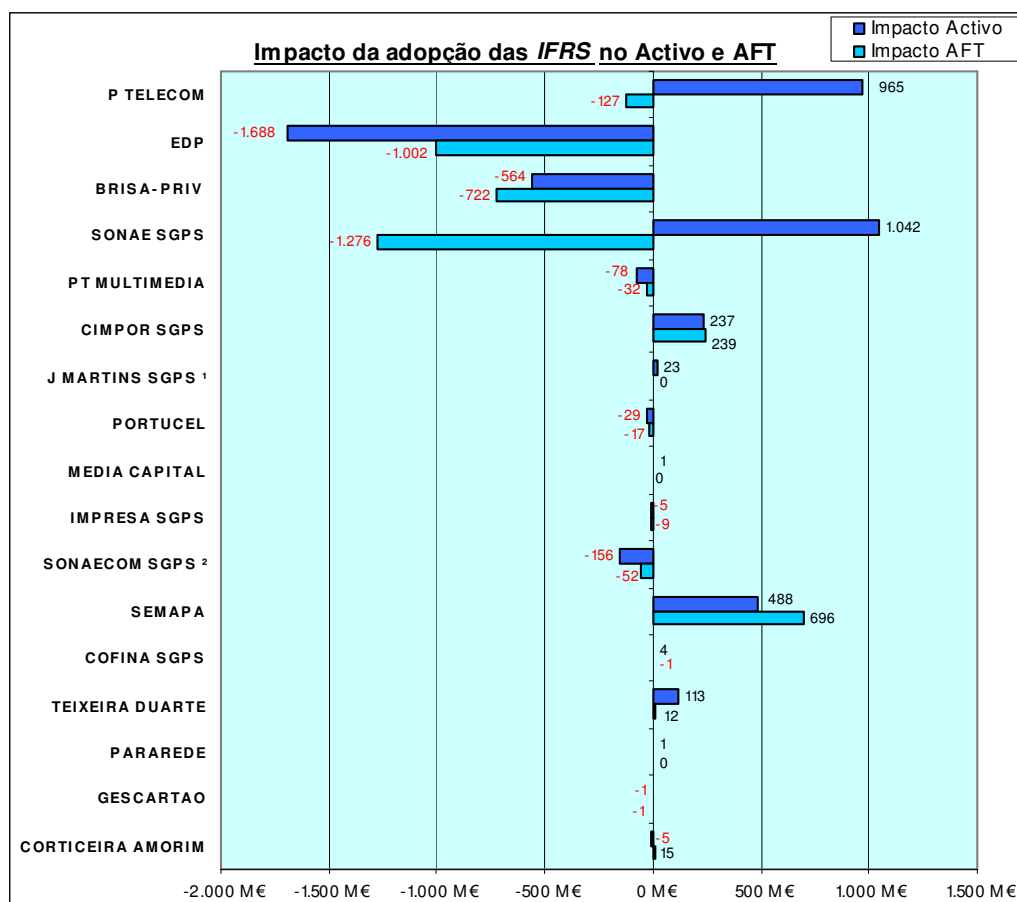
Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.1 – Análise efeitos adopção das IFRS e Perdas por Imparidade no Activo e AFT

Pela análise deste quadro, que compara os valores do Activo em POC e *IFRS*, à data da transição, podemos realçar através do Gráfico 5.1, que:

- Os impactos no Activo das entidades seleccionadas, variam entre o negativo de 1.688 M€, no caso da EDP que representa uma variação negativa de 7,5% sobre o Activo POC e, o positivo de 1.042 M€ no caso da SONAE SGPS, que representa uma variação positiva de 13,8% sobre o Activo POC;
- Verifica-se uma tendência no sentido dos impactos mais relevantes no Activo se verificarem nas maiores entidades (com registos inferiores a - 500 M€ ou superiores a 900 M€) e os menos relevantes nas de menor dimensão (com registos que variam entre -159 M€ e os 239 M€)), exceptuando a SEMAPA devido à alteração de critério de depreciação dos Activos Tangíveis, de quotas degressivas para constantes;



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.1 – Análise efeitos adopção *IFRS* e Perdas por Imparidade no Activo e AFT

- Em termos médios os impactos no Activo destas entidades, ascendem a 348 M€, representando uma variação de 0,5%, aparentemente insignificante;

Relativamente ao impacto nos Activos Fixos Tangíveis, podemos salientar que:

- Através do Quadro 5.1, uma grande parte dos impactos no Activo das entidades, estão justificados pelos impactos no mesmo sentido dos Activos Fixos Tangíveis, exceptuando os casos da P TELCOM e SONAE SGPS;
- Que a adopção das *IFRS* teve um impacto significativo nos Activos Fixos Tangíveis, que ascendeu em termos totais das entidades seleccionadas a 2.227 M€ negativos, que representou 3,5% negativos, face aos valores do Activo POC das mesmas. Destas, quatro entidades tiveram aumentos destes activos no montante de 962 M€, e dez entidades uma diminuição de 3.239 M€;
- No caso da EDP, foram desconsiderados custos gerais e administrativos e diferenças de câmbio capitalizáveis nesses mesmos activos, que estavam registados em POC nos Activos Fixos, por não cumpriam com os critérios para reconhecimento em Activos Fixos Tangíveis em *IFRS*, no montante de 943 M€;
- No caso da SONAE SGPS, a redução significativa dos Activos Fixos Tangíveis de 1.276 M€, justifica-se em grande parte por se terem transferido terrenos e edifícios para a rubrica de Propriedades de Investimento, por não cumprirem com os critérios de reconhecimento de Activos Fixos Tangíveis, cerca de 1.475 M€.

Quanto ao impacto no *goodwill*, com excepção da SEMAPA e da CORTICEIRA AMORIM, este foi na generalidade positivo (doze entidades ajustaram positivamente em cerca de 310 M€), o que reflecte a aplicação do preceituado nas *IFRS*, relativamente à qual o *goodwill* gerado na aquisição de investimentos financeiros não é amortizado, sendo também objecto de análise periódica de imparidade. Assim, o *IFRS 1* - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, estabeleceu que, para efeitos de aplicação desta regra, perante a data de transição, os ajustamentos efectuados devem incluir a reversão das amortizações efectuadas após essa data.

As excepções tiveram as seguintes explicações:

- Na SEMAPA, este impacto foi negativo em 307 M€ por questões relacionadas com as alterações do perímetro de consolidação na aquisição da PORTUCEL;
- Quanto à CORTICEIRA AMORIM, diminuição do *goodwill* em 16 M€, resultou dos testes de imparidade efectuados no âmbito da *IFRS 1*.

Resumindo, podemos afirmar, por um lado, que as reclassificações e os ajustamentos provenientes da adopção das *IFRS* tiveram impactos nos Activos das entidades, que variaram em relação ao Activo em POC, entre os 12,1% negativos e os 14,6% Positivos. Por outro, que se verificou um impacto consideravelmente negativo nos Activos Fixos Tangíveis da maior parte das entidades, sendo este um dos maiores responsáveis pelo impacto nos Activos Totais das entidades, pois em sete entidades chegam a representar mais de 50%.

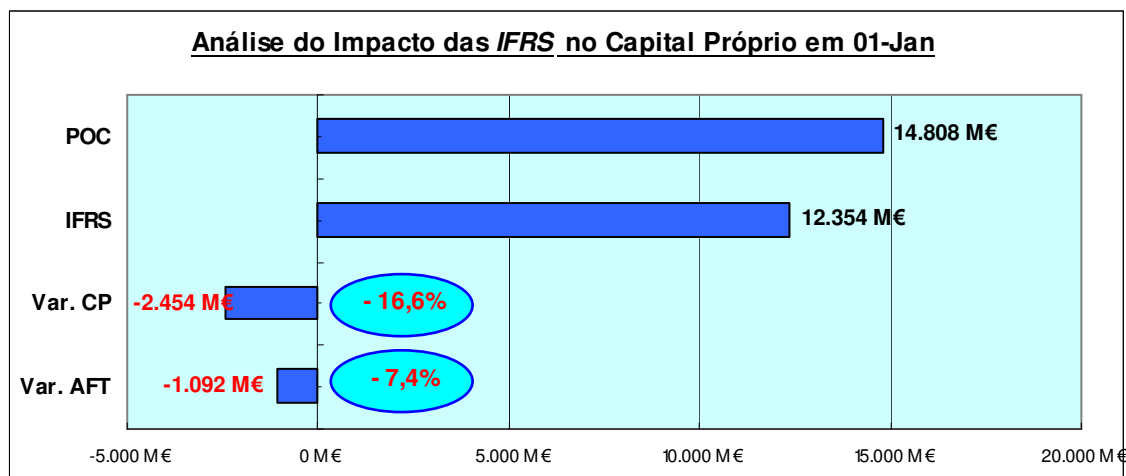
5.2.2. Análise dos Impactos nos Capitais Próprios

Os principais impactos no Capital Próprio das entidades, pela adopção das *IFRS*, estão representados no Quadro 5.2, que separa duas situações:

- A primeira, reflecte os impactos verificados em 1 de Janeiro do Ano 2004, considerando o Ano 2005 como o de transição, com excepção dos casos da J MARTINS, SGPS e SONAECOM, SGPS, cujos ano de transição foi 2003 e 2002, respectivamente;
- A segunda, reflecte os impactos verificados em 31 de Dezembro do Ano 2004, considerando o Ano 2005 como o de transição, com as mesmas excepções acima referidas.

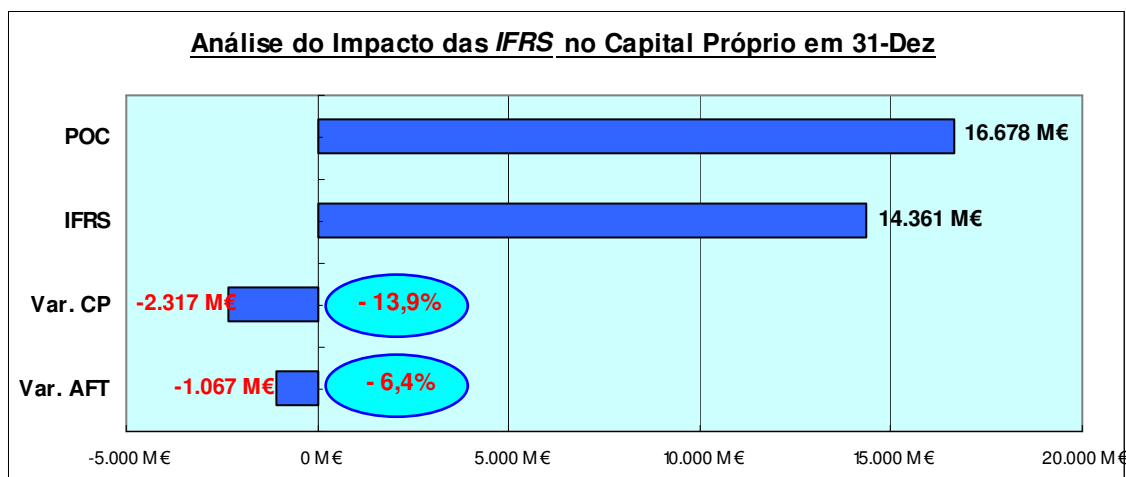
Pela análise do Quadro 5.2, podemos constatar que os impactos nos Capitais Próprios não diferem significativamente entre a primeira e a segunda situações, no entanto este impacto é maior à data de 1 de Janeiro, porque reflecte os ajustamentos considerados no ano da transição.

Conforme Gráficos 5.2 e 5.3, os impactos médios no Capital Próprio são negativos e representam cerca de 17% em 1 de Janeiro e cerca de 14% em 31 de Dezembro.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.2 – Análise do Impacto das IFRS no Capital Próprio em 01-Jan



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.3 – Análise do Impacto das IFRS no Capital Próprio em 31-Dez

Também em termos médios, os impactos dos Activos Fixos Tangíveis no Capital Próprio são negativos e representam cerca de 7% em 1 de Janeiro e cerca de 6% em 31 de Dezembro, sendo que os Activos Fixos Tangíveis são responsáveis por cerca de 45% dos impactos do Capital Próprio, em ambos os casos.

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Milhões de Euros

Entidade	Ano de Adopção	Impacto das <i>IFRS</i> no Capital Próprio															
		Impacto no Capital Próprio em 01-01								Impacto no Capital Próprio em 31-12							
		POC	<i>IFRS</i>	Impacto Total	Peso %	Impacto AFT	Peso CP %	Impacto Goodwill	Peso CP %	POC	<i>IFRS</i>	Impacto Total	Peso CP %	Impacto AFT	Peso CP %	Impacto Goodwill	Peso CP %
P TELECOM	2005	2.941	1.912	-1.029	-35,0%	-55	-1,9%	0	0,0%	2.705	1.687	-1.018	-37,6%	-58	-2,1%	92	3,4%
EDP	2005	5.298	3.542	-1.756	-33,1%	-974	-18,4%	0	0,0%	6.402	4.038	-2.364	-36,9%	-943	-14,7%	52	0,8%
BRISA-PRIV	2005	1.348	1.352	4	0,3%	0	0,0%	0	0,0%	1.393	1.535	142	10,2%	-2	-0,1%	42	3,0%
SONAE SGPS	2005	1.332	1.722	390	29,3%	-253	-19,0%	0	0,0%	1.210	1.890	680	56,2%	-259	-21,4%	0	0,0%
PT MULTIMEDIA	2005	391	388	-3	-0,8%	-2	-0,5%	0	0,0%	401	398	-3	-0,7%	-2	-0,5%	13	3,2%
CIMPOR SGPS	2005	961	1.074	113	11,8%	199	20,7%	222	23,1%	970	1.223	253	26,1%	199	20,5%	72	7,4%
J MARTINS SGPS ¹	2004	78	77	-1	-1,3%	0	0,0%	0	0,0%	330	341	11	3,3%	0	0,0%	0	0,0%
PORTUCEL	2005	1.103	990	-113	-10,2%	-10	-0,9%	16	1,5%	1.047	1.009	-38	-3,6%	-10	-1,0%	0	0,0%
MEDIA CAPITAL	2005	-19	-16	3	-15,8%	0	0,0%	0	0,0%	104	112	8	7,7%	0	0,0%	0	0,0%
IMPRESA SGPS	2005	111	109	-2	-1,8%	0	0,0%	0	0,0%	126	135	9	7,1%	0	0,0%	10	7,9%
SONAECON SGPS ²	2003	302	221	-81	-26,8%	0	0,0%	39	12,9%	323	238	-85	-26,3%	0	0,0%	-5	-1,5%
SEMAPA	2005	245	232	-13	-5,3%	-7	-2,9%	0	0,0%	892	884	-8	-0,9%	0	0,0%	1	0,1%
COFINA SGPS	2005	90	100	10	11,1%	1	1,1%	0	0,0%	89	104	15	16,9%	-1	-1,1%	6	6,7%
TEIXEIRA DUARTE	2005	261	305	44	16,9%	0	0,0%	-11	-4,2%	274	367	93	33,9%	0	0,0%	1	0,4%
PARAREDE	2005	6	5	-1	-16,7%	0	0,0%	3	50,0%	33	34	1	3,0%	0	0,0%	3	9,1%
GESCARTAO	2005	157	152	-5	-3,2%	-1	-0,6%	0	0,0%	167	162	-5	-3,0%	0	0,0%	0	0,0%
CORTICEIRA AMORIM	2005	203	189	-14	-6,9%	10	4,9%	-19	-9,4%	212	204	-8	-3,8%	9	4,2%	-15	-7,1%
TOTAIS		14.808	12.354	-2.454	-16,6%	-1.092	-7,4%	250	1,7%	16.678	14.361	-2.317	-13,9%	-1.067	-6,4%	272	1,6%

Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.2 – Análise efeitos adopção das *IFRS* e das Perdas por Imparidade no Capital Próprio

Concretizando, no caso da P TELECOM, a divulgação mencionada na Nota 2 do ABDR do Ano 2005, refere que o efeito dos ajustamentos, reportados a 1 de Janeiro de 2004, decorrente da adopção inicial dos *IFRS*, totalizou um montante negativo de 1.028.611.561 euros, tendo esse montante sido registado em capitais próprios, conforme estabelecido pelo *IFRS 1*.

Quanto ao *goodwill*, a sua influência no Capital Próprio em 31 de Dezembro é geralmente positiva, porque como a adopção das normas é reportada ao início desse ano, torna-se necessário proceder à anulação das amortizações do *goodwill* registadas ao longo do ano, aceites em POC mas não em *IFRS*, como é o caso da CIMPOR que registou uma anulação de amortizações de 72 M€.

5.2.3. Análise dos Impactos nos Resultados Líquidos

Os principais impactos nos Resultados Líquidos das entidades, pela adopção das *IFRS*, estão representados no Quadro 5.3, reflectem que, à excepção da EDP, todas as entidades registaram impactos positivos nos Resultados. Assim, sem contarmos com a EDP, o impacto médio nos resultados ronda os 35%. As maiores justificações destes impactos estão relacionadas com a anulação das amortizações do *goodwill*, que após a adopção das *IFRS* deixaram de poder ser amortizados.

A excepção registada na entidade EDP, cujo impacto negativo no resultado líquidos ascende a 397 M€, ficou a dever-se a factores específicos da mesma e que tiveram de ser ajustados, nomeadamente, a situação da conta da hidraulicidade (conta criada para fazer face às distorções causadas nos resultados operacionais por condições hidrológicas); Assim, foi registado por contrapartida de Capitais Próprios, um Activo numa conta de acréscimos de proveitos por 315 M€, por deste decorrerem benefícios económicos futuros.

Contrariamente aos Capitais Próprios, a influência no Resultado Líquido em 31 de Dezembro é geralmente positiva. Porque como a adopção das normas é reportada ao início desse ano, torna-se necessário proceder à anulação das amortizações do *goodwill* registadas ao longo do ano, aceites em POC mas não em *IFRS*.

Milhões de Euros

Entidade	Impacto das <i>IFRS</i> no Resultado Líquido								
	Ano de Adopção	Impacto no RL				Impacto no AFT		Impacto no <i>Goodwill</i>	
		POC	<i>IFRS</i>	Impacto Total	Peso RL %	Impacto AFT	Peso RL %	Impacto <i>Goodwill</i>	Peso RL %
P TELECOM	2005	500	623	123	24,6%	-3	-0,6%	95	19,0%
EDP	2005	440	43	-397	-90,2%	54	12,3%	52	11,8%
BRISA-PRIV	2005	184	191	7	3,8%	-2	-1,1%	14	7,6%
SONAE SGPS	2005	270	416	146	54,1%	-23	-8,5%	0	0,0%
PT MULTIMEDIA	2005	110	123	13	11,8%	0	0,0%	13	11,8%
CIMPOR SGPS	2005	190	264	74	38,9%	16	8,4%	72	37,9%
J MARTINS SGPS ¹	2004	79	92	13	16,5%	0	0,0%	0	0,0%
PORTUCEL	2005	33	51	18	54,5%	-17	-51,5%	16	48,5%
MEDIA CAPITAL	2005	-6	9	15	-250,0%	0	0,0%	11	-183,3%
IMPRESA SGPS	2005	6	17	11	183,3%	0	0,0%	10	166,7%
SONAE COM SGPS ²	2003	-75	-19	56	-74,7%	0	0,0%	-5	6,7%
SEMAPA	2005	182	189	7	3,8%	0	0,0%	6	3,3%
COFINA SGPS	2005	13	19	6	46,2%	-1	-7,7%	6	46,2%
TEIXEIRA DUARTE	2005	31	63	32	103,2%	0	0,0%	1	3,2%
PARAREDE	2005	3	5	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
GESCARTAO	2005	11	11	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CORTICEIRA AMORIM	2005	10	15	5	50,0%	-1	-10,0%	4	40,0%
TOTAIS		1.981	2.112	131	6,6%	23	1,2%	298	15,0%

Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.3 – Análise efeitos adopção das *IFRS* e das Perdas por Imparidade no Resultado Líquido

5.2.4. Análise das Perdas por Imparidade dos Activos

De forma a melhorar a compreensão da aplicação da norma da imparidade de activos, nomeadamente no facto de esta ser transversal no âmbito do SNC, procedemos ao estudo dos registos efectuados nas contas de perdas por imparidade e de ajustamentos.

O Quadro 5.4, representa o ponto de situação das perdas por imparidade e ajustamentos, que apesar de pouco evidentes em algumas entidades, foram divididas nas diferentes rubricas do activo. Estas por sua vez, foram entretanto subdivididas entre:

- Saldo inicial, que incorporam as perdas por imparidade e ajustamentos do ano de transição;
- Exercício, que corresponde as perdas por imparidade e ajustamentos do ano de adopção das *IFRS*;
- Acumulado, que corresponde aos saldos das perdas por imparidade e ajustamentos acumulados do ano de adopção das *IFRS*.

O facto de apresentarmos a rubrica ajustamentos, está relacionado, por exemplo, com a NCRF 18 – Inventários, que embora não faça expressamente uso das definições de quantia recuperável, de perda por imparidade, de imparidade acumulada e reversão de perdas por imparidade, preconiza que os activos devem ser expressos no balanço pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido; assim existe neste caso uma similaridade entre o tratamento dos ajustamentos e das imparidades.

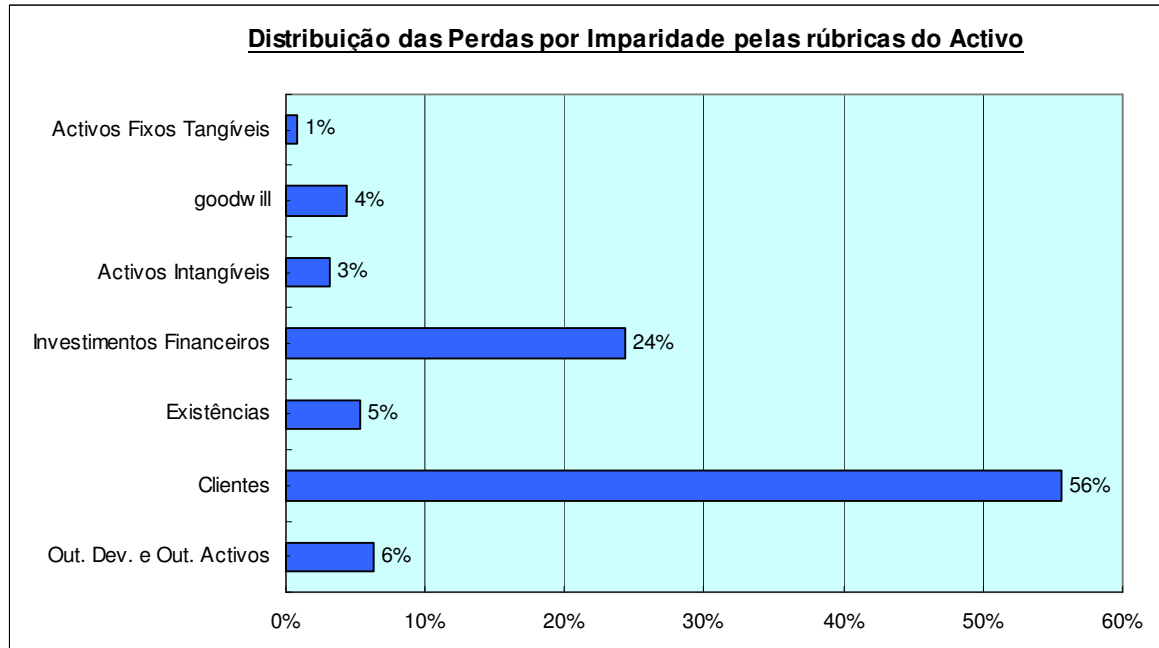
Verificamos que estas perdas por imparidade e ajustamentos, representam em termos médios, um peso de 2,7% sobre os activos destas entidades, tendo sido registado o maior peso na COFINA com 17,1% e o menor na TEIXEIRA DUARTE com 0,3%, dos activos.

Verificou-se ainda, uma tendência para que as maiores entidades registassem maiores perdas por imparidade e ajustamentos e vice-versa.

Por último, podemos verificar que as perdas por imparidade mais relevantes, ocorreram nos activos relacionados com clientes, cujo montante ascendeu a cerca de 1.000M€.

Através do Gráfico 5.4, podemos verificar como estão distribuídas em média as perdas por imparidade pelos diferentes activos nas entidades do nosso estudo.

Podemos evidenciar que os Clientes e os Investimentos Financeiros representam a maior parte das mesmas, com 80% e que os Activos sujeitos à NCRF 12, representam 5%.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.4 – Análise das Perdas por Imparidade e Ajustamentos

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Milhões de Euros

Entidade	Perdas por Imparidade e Ajustamentos																										
	Ano de Adopção	Activos Fixos Tangíveis			Goodwill			Activos Intangíveis			Investimentos Financeiros			Existências			Clientes			Out. Dev. e Out. Activos			TOTAL				
		SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	SI ³	Exerc	Acum	Peso % (s/Act)	
P TELECOM	2005							-28	-28	-235	-24	-259	-30	-4	-34	-339	-26	-365	-19		-19	-623	-82	-705	-5,1%		
EDP	2005		-2	-2												-255	-22	-277	-35		-35	-290	-24	-314	-1,5%		
BRISA-PRIV	2005											-4	-4			-13	-3	-16				-13	-7	-20	-0,5%		
SONAE SGPS	2005											-66	12	-54	-21	-3	-24	-115	-9	-124	-40	1	-39	-242	1	-241	-2,8%
PT MULTIMEDIA	2005							-28	-28	-5	2	-3	-17		-17	-46		-46				-68	-26	-94	-8,4%		
CIMPOR SGPS	2005				-12	-12	-24					-46	-1	-47								-58	-13	-71	-2,1%		
J MARTINS SGPS ¹	2004											-8	6	-2	-7	-1	-8	-50	2	-48			-65	7	-58	-2,6%	
PORTUCEL	2005	-10		-10																-1		-1	-11		-11	-0,5%	
MEDIA CAPITAL	2005											-17		-17			-10		-10				-27		-27	-7,9%	
IMPRESA SGPS	2005											-2	-1	-3	-2		-2	-6		-6	-6	2	-4	-16	1	-15	-3,8%
SONAE COM SGPS ²	2003	-3		-3	-28	-5	-33					-10	-5	-15	-8	3	-5	-63	2	-61			-112	-5	-117	-9,6%	
SEMAPA	2005				-20		-20	-1		-1										-1		-1	-22		-22	-0,6%	
COFINA SGPS	2005											-26	-3	-29	-3	1	-2	-19	-7	-26	-4	-1	-5	-52	-10	-62	-17,1%
TEIXEIRA DUARTE	2005																			-4	-2	-6	-4	-2	-6	-0,3%	
PARAREDE	2005					-2	-2								-1	-1		-1	-1				-4	-4	-4	-6,9%	
GESCARTAO	2005																-2	1	-1	-2	1	-1	-4	2	-2	-0,9%	
CORTICEIRA AMORIM	2005													-3		-3	-11		-11				-14		-14	-2,6%	
TOTAIS		-13	-2	-15	-60	-19	-79	-1	-56	-57	-415	-18	-433	-91	-5	-96	-929	-63	-992	-112	1	-111	-1.621	-162	-1.783	-2,7%	

Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002 / ³ Saldo Inicial contem os Ajustamentos de Transição

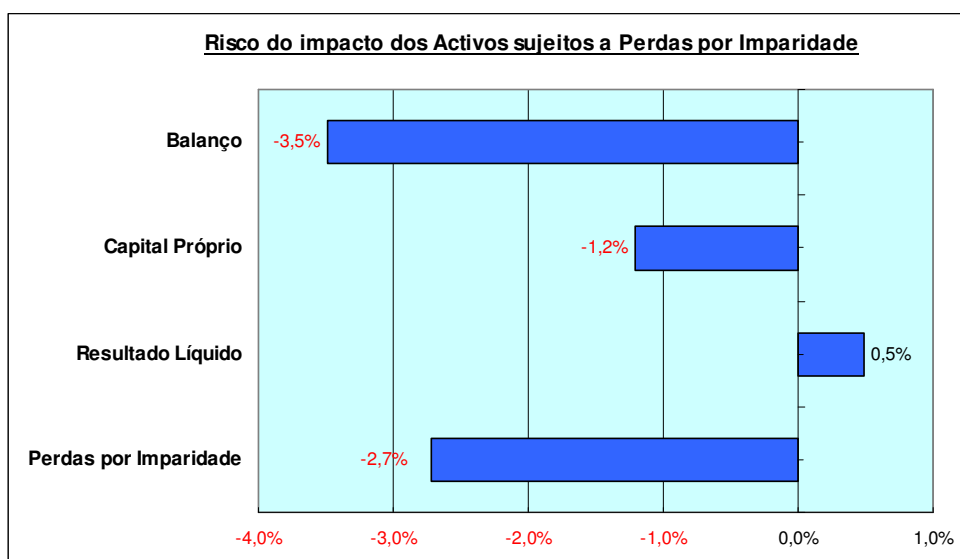
Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.4 – Análise das Perdas por Imparidade e Ajustamentos

5.2.5. Análise de risco dos Impactos da aplicação da NCRF 12

Após o estudo efectuado através das diferentes análises, podemos afirmar que o risco associado aos impactos da aplicação da norma da Imparidade de Activos – NCRF 12, tem duas vertentes:

- Uma, tem a ver com as Perdas de Imparidade de Activos propriamente ditas e, que conforme Gráfico 5.5, representa um impacto de 2,7% sobre os Activos;
- Outra, está relacionada com o impacto que as Reclassificações e Ajustamentos originados pela adopção das *IFRS*, tiveram no ano de transição, que foram significativos, sendo que os Activos Fixos Tangíveis foram os maiores responsáveis pelo impacto negativo nos Activos Totais das entidades, onde se verificou que em sete das entidades a sua influência foi superior a 50%. Através do Quadro 5.5, podemos verificar que o peso destes impactos representa em média cerca de 3,5% sobre o valor do Activos das entidades.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5.5 – Análise de Risco do impacto Activos sujeitos a Perdas por Imparidade

Assim, numa primeira fase, o risco da aplicação da NCRF 12 está associado ao ano de transição, sendo que após esse período, as entidades vão ser confrontadas pela necessidade da verificação de testes de imparidade de forma a actualizar os seus activos.

Podemos detalhar os fundamentos que estiveram na base das Perdas de Imparidade de Activos Fixos Tangíveis, que foram registadas pelas três entidades a saber:

- A EDP registou no ano 2004, uma perda por imparidade de activos fixos tangíveis em curso no montante de 2.253.000€, cumprindo com o preceituado na NCRF 12 que exige que, anualmente, se façam testes de imparidade de activos intangíveis com vida útil indefinida, de activos intangíveis ainda não disponíveis para uso (em curso) e do *goodwill*;
- A PORTUCEL, registou no ano 2004, uma perda por imparidade no imobilizado corpóreo de 10.020.950€;
- A SONAE COM, registou no ano 2002, uma perda idêntica de 2.530.000€.

Estes casos isolados, por si só não representam a generalidade das entidades cotadas em bolsa, razão pela qual não os podemos extrapolar para o nosso estudo.

A conclusão é óbvia, para além dos casos acima referenciados, não encontramos perdas por imparidade de Activos Fixos Tangíveis significativas, pelas seguintes hipóteses:

- Ou porque, apesar de terem sido efectuados os testes de imparidade, não resultou nenhuma imparidade pela comparação entre o valor recuperável e o escriturado;
- Ou porque, efectuados os testes de imparidade e, apesar da comparação entre o valor recuperável e o valor escriturado reflectir uma necessidade de reconhecimento de imparidade, esta não foi reconhecida;
- Ou porque, simplesmente não foram efectuados testes de imparidade e como tal também não foram reconhecidas perdas por imparidade.

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Milhões de Euros

Entidade	Risco do impacto dos Activos sujeitos a Perdas por Imparidade																	
	Ano de Adopção	Activo em IFRS	Balanço				Capital Próprio				Resultado Líquido				Perdas por Imparidade			
			Impacto AFT	Impacto Goodwill	Total	Peso Act %	Impacto AFT	Impacto Goodwill	Total	Peso Act %	Impacto AFT	Impacto Goodwill	Total	Peso Act %	Impacto AFT+gw	Impacto restantes	Total	Peso Act %
P TELECOM	2005	13.928	-127	92	-35	-0,3%	-58	92	34	0,2%	-3	95	92	0,7%		-705	-705	-5,1%
EDP	2005	20.901	-1.002	52	-950	-4,5%	-943	52	-891	-4,3%	54	52	106	0,5%	-2	-312	-314	-1,5%
BRISA-PRIV	2005	4.100	-722	42	-680	-16,6%	-2	42	40	1,0%	-2	14	12	0,3%		-20	-20	-0,5%
SONAE SGPS	2005	8.597	-1.276		-1.276	-14,8%	-259		-259	-3,0%	-23		-23	-0,3%		-241	-241	-2,8%
PT MULTIMEDIA	2005	1.119	-32	13	-19	-1,7%	-2	13	11	1,0%	0	13	13	1,2%		-94	-94	-8,4%
CIMPOR SGPS	2005	3.411	239	40	279	8,2%	199	72	271	7,9%	16	72	88	2,6%	-24	-47	-71	-2,1%
J MARTINS SGPS ¹	2004	2.234				0,0%				0,0%				0,0%		-58	-58	-2,6%
PORTUCEL	2005	2.297	-17	17		0,0%	-10		-10	-0,4%	-17	16	-1	-0,0%	-10	-1	-11	-0,5%
MEDIA CAPITAL	2005	343		12	12	3,5%				0,0%		11	11	3,2%		-27	-27	-7,9%
IMPRESA SGPS	2005	396	-9	10	1	0,3%		10	10	2,5%		10	10	2,5%		-15	-15	-3,8%
SONAECON SGPS ²	2003	1.223	-52	15	-37	-3,0%		-5	-5	-0,4%		-5	-5	-0,4%	-36	-81	-117	-9,6%
SEMAPA	2005	3.837	696	-307	389	10,1%		1	1	0,0%		6	6	0,2%	-20	-2	-22	-0,6%
COFINA SGPS	2005	363	-1	5	4	1,1%	-1	6	5	1,4%	-1	6	5	1,4%		-62	-62	-17,1%
TEIXEIRA DUARTE	2005	1.983	12	9	21	1,1%		1	1	0,1%		1	1	0,1%		-6	-6	-0,3%
PARAREDE	2005	58		3	3	5,2%		3	3	5,2%		3	3	5,2%	-2	-2	-4	-6,9%
GESCARTAO	2005	220	-1		-1	-0,5%				0,0%				0,0%		-2	-2	-0,9%
CORTICEIRA AMORIM	2005	533	15	-16	-1	-0,2%	9	-15	-6	-1,1%	-1	4	3	0,6%		-14	-14	-2,6%
TOTAIS		65.543	-2.277	-13	-2.290	-3,5%	-1.067	272	-795	-1,2%	23	298	321	0,5%	-94	-1.689	-1.783	-2,7%

Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002 / ³ Saldo Inicial contem os Ajustamentos de Transição

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.5 – Análise de Risco do impacto dos Activos sujeitos a Perdas por Imparidade

5.2.6. Análise de risco dos Impactos da aplicação das *IFRS* nos Rácios

Do ponto de vista dos impactos nos rácios económico-financeiros, escolhemos dois:

- O rácio económico-financeiro da Autonomia Financeira (Capital Próprio/Activo);
- O rácio da Rentabilidade do Activo (Lucro / Activo)

Conforme Gráfico 5.6, os impactos da transição para as *IFRS* influenciaram negativamente o rácio da autonomia financeira, pois em termos médios, desceu de 25,6% para 21,9%, ou seja, menos 3,7% e, positivamente o rácio da rentabilidade do activo em mais 0,2%

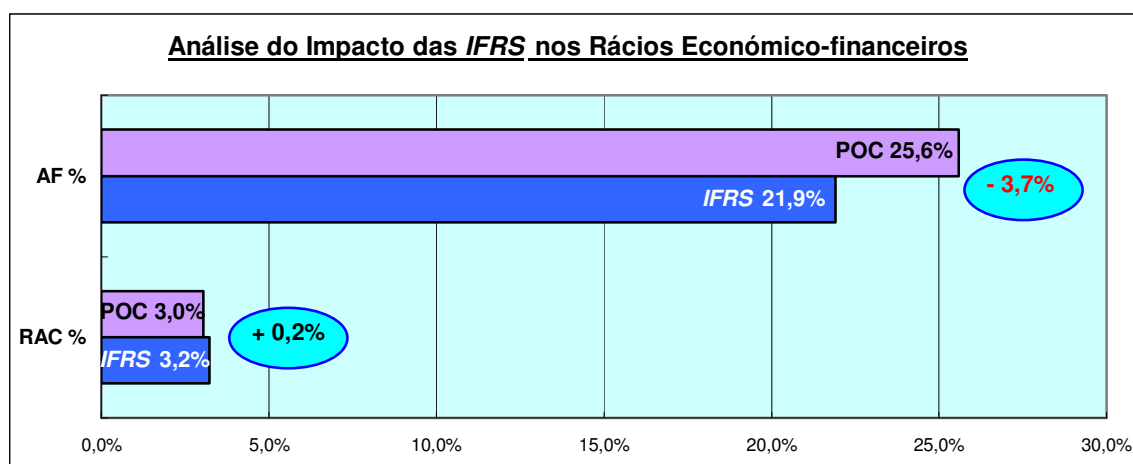


Gráfico 5.6 – Análise efeitos adopção das *IFRS* nos Rácios Económico-financeiros

A importância do rácio de autonomia financeira é relevante para a avaliação das entidades, nomeadamente, para efeitos de concessão de crédito pelas instituições bancárias. Assim, devemos ter a noção que este tipo de impacto da adopção das *IFRS* pode replicar-se na adopção do SNC.

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Milhões de Euros

Entidade	Impacto das <i>IFRS</i> nos Rácios: Autonomia Financeira e Retabilidade do Activo														
	Ano de Adopção	Rácios em POC						Rácios em <i>IFRS</i>						Variação	
		CP	Activo	AF %	Res. Líq.	Activo	RAC %	CP	Activo	AF %	Res.Líq.	Activo	RAC %	AF %	RAC %
P TELECOM	2005	2.705	12.963	20,9%	500	12.963	3,9%	1.687	13.928	12,1%	623	13.928	4,5%	-8,8%	0,6%
EDP	2005	6.402	22.589	28,3%	440	22.589	1,9%	4.038	20.901	19,3%	43	20.901	0,2%	-9,0%	-1,7%
BRISA-PRIV	2005	1.393	4.664	29,9%	184	4.664	3,9%	1.535	4.100	37,4%	191	4.100	4,7%	7,6%	0,7%
SONAE SGPS	2005	1.210	7.555	16,0%	270	7.555	3,6%	1.890	8.597	22,0%	416	8.597	4,8%	6,0%	1,3%
PT MULTIMEDIA	2005	401	1.197	33,5%	110	1.197	9,2%	398	1.119	35,6%	123	1.119	11,0%	2,1%	1,8%
CIMPOR SGPS	2005	970	3.174	30,6%	190	3.174	6,0%	1.223	3.411	35,9%	264	3.411	7,7%	5,3%	1,8%
J MARTINS SGPS ¹	2004	330	2.211	14,9%	79	2.211	3,6%	341	2.234	15,3%	92	2.234	4,1%	0,3%	0,5%
PORTUCEL	2005	1.047	2.326	45,0%	33	2.326	1,4%	1.009	2.297	43,9%	51	2.297	2,2%	-1,1%	0,8%
MEDIA CAPITAL	2005	104	342	30,4%	-6	342	-1,8%	112	343	32,7%	9	343	2,6%	2,2%	4,4%
IMPRESA SGPS	2005	126	401	31,4%	6	401	1,5%	135	396	34,1%	17	396	4,3%	2,7%	2,8%
SONAECON SGPS ²	2003	323	1.379	23,4%	-75	1.379	-5,4%	238	1.223	19,5%	-19	1.223	-1,6%	-4,0%	3,9%
SEMAPA	2005	892	3.349	26,6%	182	3.349	5,4%	884	3.837	23,0%	189	3.837	4,9%	-3,6%	-0,5%
COFINA SGPS	2005	89	359	24,8%	13	359	3,6%	104	363	28,7%	19	363	5,2%	3,9%	1,6%
TEIXEIRA DUARTE	2005	274	1.870	14,7%	31	1.870	1,7%	367	1.983	18,5%	63	1.983	3,2%	3,9%	1,5%
PARAREDE	2005	33	57	57,9%	3	57	5,3%	34	58	58,6%	5	58	8,6%	0,7%	3,4%
GESCARTAO	2005	167	221	75,6%	11	221	5,0%	162	220	73,6%	11	220	5,0%	-1,9%	0,0%
CORTICEIRA AMORIM	2005	212	538	39,4%	10	538	1,9%	204	533	38,3%	15	533	2,8%	-1,1%	1,0%
TOTAIS		16.678	65.195	25,6%	1.981	65.195	3,0%	14.361	65.543	21,9%	2.112	65.543	3,2%	-3,7%	0,2%

Notas: ¹ Ano de Transição 2003 / ² Ano de Transição 2002

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.6 – Análise dos efeitos da adopção das *IFRS* nos Rácios Económico-financeiro

5.3. Resultados da Gestão de Risco e de Auditoria Interna nas *IFRS*

A obrigação da emissão de um relatório relativo à governação das sociedades advém da aprovação do Regulamento da CMVM nº 07 (2001) sobre o Governo das Sociedades Cotadas. Este regulamento foi entretanto actualizado, através das alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM nº 11 (2003b), pelo Regulamento da CMVM nº 10 (DR 2005b) e pelo Regulamento da CMVM nº 3 (2006a). Segundo este regulamento, as sociedades devem publicar, em capítulo do relatório anual de gestão elaborado especificamente para o efeito ou em anexo a este, um relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário elaborado em obediência ao artigo sétimo do Código dos Valores Mobiliários e de acordo com o modelo constante do anexo do presente regulamento e que dele faz parte integrante.

O Regulamento da CMVM nº 10 (2005b), estabeleceu um conjunto de alterações ao Governo das Sociedades cujos objectivos vão no sentido de reforçar o sistema de fiscalização dentro da empresa, ampliar a transparência e adaptar a informação intercalar ao referencial *IAS/IFRS*.

A adopção do modelo de governo anglo saxónico, face à reforma do Código das Sociedades Comerciais, levada a cabo pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, (2006b), visou a adopção do modelo de governo anglo saxónico através da institucionalização da Comissão de Auditoria enquanto órgão estatutário de fiscalização da sociedade, e a consequente extinção do Conselho Fiscal. O modelo de governo da sociedade passou a ser estruturado por um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e um revisor oficial de contas.

Assim, após a análise efectuada aos Relatório e Contas do Ano 2005, ou seja, do ano de adopção das *NIC/IFRS* para as entidades cotadas em bolsa, nomeadamente, aos Relatórios de Gestão e de Bom Governo das dezassete entidades previamente seleccionadas, apresentamos os resultados relativos ao objectivo que nos propusemos, que consiste em indagar qual o papel que a Auditoria Interna pode desempenhar no processo de aplicação das normas, nomeadamente através da Gestão de Risco e em concreto através da sua ferramenta de gestão de riscos denominada *ERM*.

5.3.1. Análise da Estrutura de Auditoria Interna e Gestão de Risco

Os dados recolhidos dos relatórios de governação, constam do Quadro 5.6, que teve como fundamento o de reunir as informações que proporcionassem uma análise da estrutura de governação das sociedades seleccionadas no nosso estudo.

Através do Gráfico 5.7, podemos verificar como está estruturada a Governação das Sociedades em análise, ou seja, que 59% das entidades possui Comissão de Auditoria, que 53% das entidades possui Comissão Corporativa de Risco ou Comissão de Divulgação, que 47% das entidades possui Departamento autónomo de Auditoria Interna e 41% Departamento de Gestão de Risco. Relativamente à existência de Código de Ética ou de Conduta, apenas 53% o possuem.

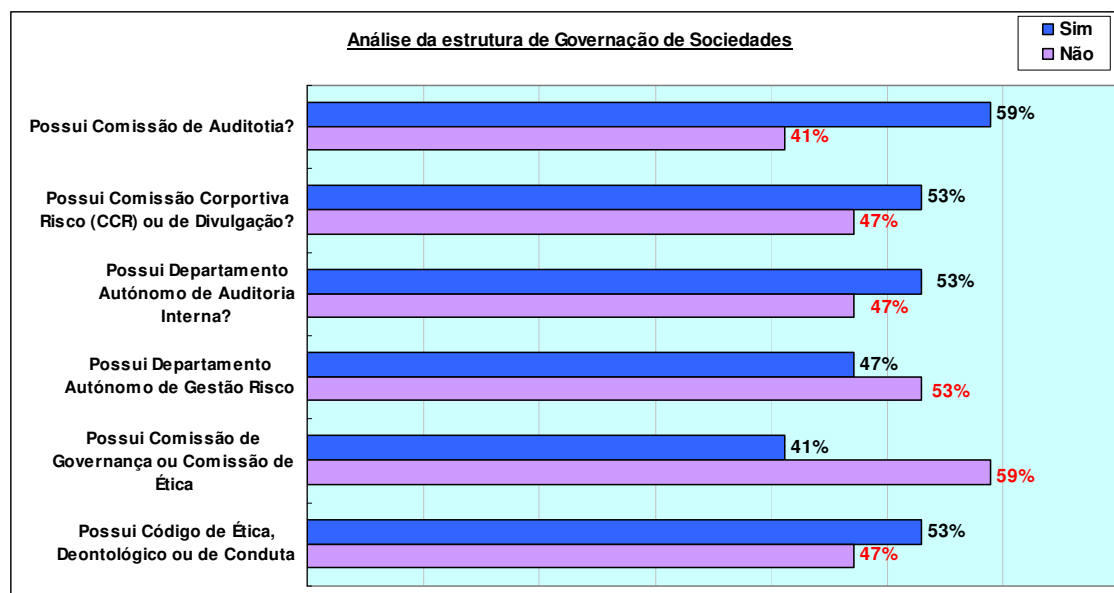


Gráfico 5.7 – Análise da Estrutura de Governação das Sociedades

Entidade	Referências ao Governo de Sociedade / Auditoria Interna / Gestão de Risco / Ética - Ano 2005							
	Possui Relatório Governo Sociedade?	Possui Relatório Práticas do Governo Societário?	Possui Comissão de Auditoria?	Possui Comissão Corporativa Risco (CCR) ou de Divulgação?	Possui Departamento Autónomo de Auditoria Interna?	Possui Departamento Autónomo de Gestão de Risco	Possui Comissão de Governança ou Comissão de Ética	Possui Código de Ética, Deontológico ou de Conduta
P TELECOM	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EDP	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BRISA-PRIV	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SONAE SGPS	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
PT MULTIMEDIA	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CIMPOR SGPS	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
J MARTINS SGPS ¹	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PORTUCEL	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
MEDIA CAPITAL	Sim		Sim	Não	Não	Não	Não	Não
IMPRESA SGPS		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
SONAE COM SGPS ²	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SEMAPA		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
COFINA SGPS	Sim		Não	Não	Não	Não	Não	Sim
TEIXEIRA DUARTE		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
PARAREDE		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GESCARTAO	Sim		Não	Não	Não	Não	Não	Não
CORTICEIRA AMORIM		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Notas: ¹ Ano de 2004 / ² Ano de 2003

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.7 – Referências ao Governo de Sociedade / Auditoria Interna / Gestão de Risco / Ética

5.3.2. Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Tipos de Risco

Para podermos obter uma perspectiva dos tipos de risco que as entidades seleccionadas no nosso estudo consideram relevantes, procedemos à pesquisa nos Relatórios de Governação do referencial de risco. Após esta recolha, elaboramos o Gráfico 5.8, que nos mostra quais os riscos que as entidades consideram mais importantes para que constem da sua gestão de risco.

Após ordenação pela importância dos riscos, podemos extrair as seguintes ilações:

- Os riscos considerados mais relevantes para a actividade das entidades e que, por isso, devem ser tratados, monitorizados e prevenidos, são os riscos de negócio e de regulação de mercado, que representam 18% cada um;
- De seguida, surgem os riscos operacionais com 11% das preocupações das entidades e que podem influenciar a sua actividade;
- Os riscos estratégicos e os financeiros, representam 8% cada;
- Os restantes riscos representam 6% ou menos.

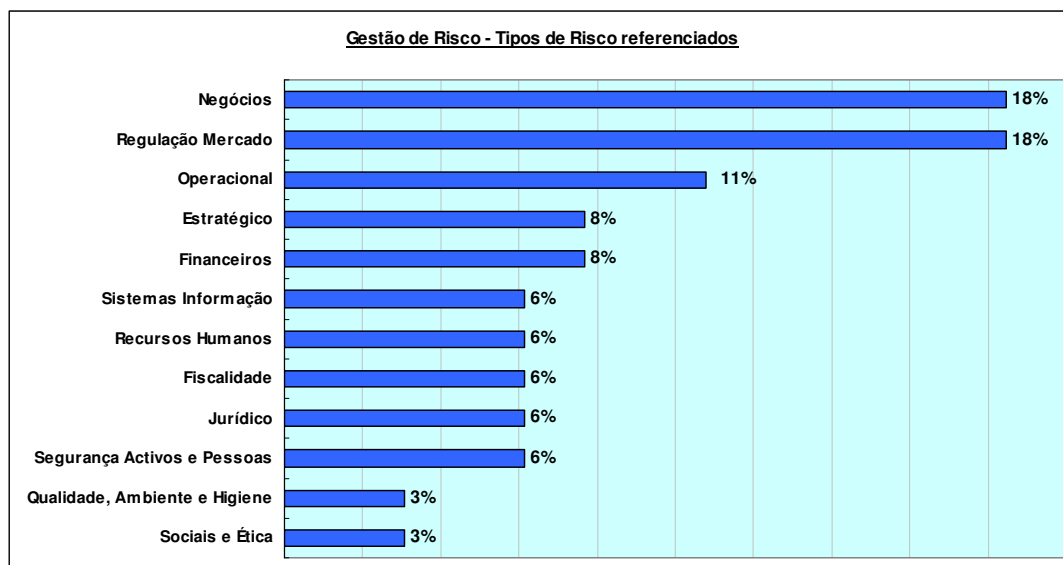


Gráfico 5.8 – Análise dos Tipos de Risco considerados pelas entidades

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Entidade	Referências aos Tipos de Risco - Ano 2005											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Negócios	Regulação Mercado	Operacional	Estratégico	Financieros	SI	RH	Fiscalidade	Jurídico	Segurança Activos e Pessoas	Qualidade, Ambiente e Higiene	Sociais e Ética
P TELECOM	Concorrência	Regulação	Evolução tecnológica	Parcerias estratégicas	Mercados financeiros		Retenção de talentos	Fiscalidade			Ambientais	Sociais
EDP	Mercado		Operacional	Estratégico	Crédito		Recursos Humanos					
BRISA-PRIV			Const. exploração auto-estradas		Liquidez Taxa juro Taxa cambial					Segurança de instalaç. e clientes	Gestão ambiental	
SONAE SGPS	Processos de negócio		Continuidade das operações	Projectos investimento	Liquidez Taxa juro Taxa cambial	Sistemas Informação		Não conformidade c/ legislação	Não conformidade c/ contratos	Segurança activos tangíveis e pessoas	Ambientais	Não conformidade c/ procedimentos éticos
PT MULTIMEDIA	Concorrência	Regulação Mercado	Evolução tecnológica	Parcerias estratégicas			Retenção de talentos	Fiscalidade				
CIMPOR SGPS		Regulação Mercado	Operacional		Taxa cambial e Taxa juro					Segurança Patrimonial		
J MARTINS SGPS ¹			Operacional		Taxa cambial e Taxa juro	Segurança Informação	Recursos Humanos	Cumprimento Legislação Fiscal	Cumprimento Legislação Jurídica	Equipamentos	Segurança e Higiene Trabalho	
PORTUCEL					Liquidez Taxa juro Taxa cambial							
MEDIA CAPITAL		Regulação	Risco Crédito e de Fraude		Taxa cambial e Taxa juro							
IMPRESA SGPS			Operacional de Emissão									
SONAE COM SGPS ²			Interrupção de negócios									
SEMAPA	Risco de Preço		Riscos operacionais		Taxa cambial e de juro e Crédito				Riscos jurídicos			
COFINA SGPS					Risco de Crédito							
TEIXEIRA DUARTE					Risco de Crédito							
PARAREDE	Risco de negócio		Risco operacional		Risco de Crédito							
GESCARTAO										Segurança activos tangíveis e pessoas		
CORTICEIRA AMORIM	Risco de mercado e de negócio			Risco matéria-prima (cortiça)								

Notas: ¹ Ano de 2004 / ² Ano de 2003

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.8 – Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Referências aos Tipos de Risco

5.3.3. Análise das Metodologia de Gestão de Riscos e Fases de Risco

Após termos analisado no nosso estudo, a existência de várias metodologias de gestão de riscos, partimos à pesquisa do tipo de metodologia adoptada pelas entidades entretanto seleccionadas, das suas raízes e concretamente das fases nelas utilizadas, tendo os resultados obtidos sido agregados no Quadro 5.7.

Desta análise e de acordo com o Gráfico 5.9, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Que apenas 47% divulga que possui metodologia de Gestão de Riscos, ou seja, mais de 50% não utiliza gestão de riscos, ou se o faz não o divulga no Relatório de Governação;
- Do conjunto que assumiu possuir Gestão de Riscos, 6% das entidades baseiam a Gestão de Riscos na metodologia *FERMA*, 18% na metodologia *COSO* e as restantes 23% adoptam metodologias próprias.

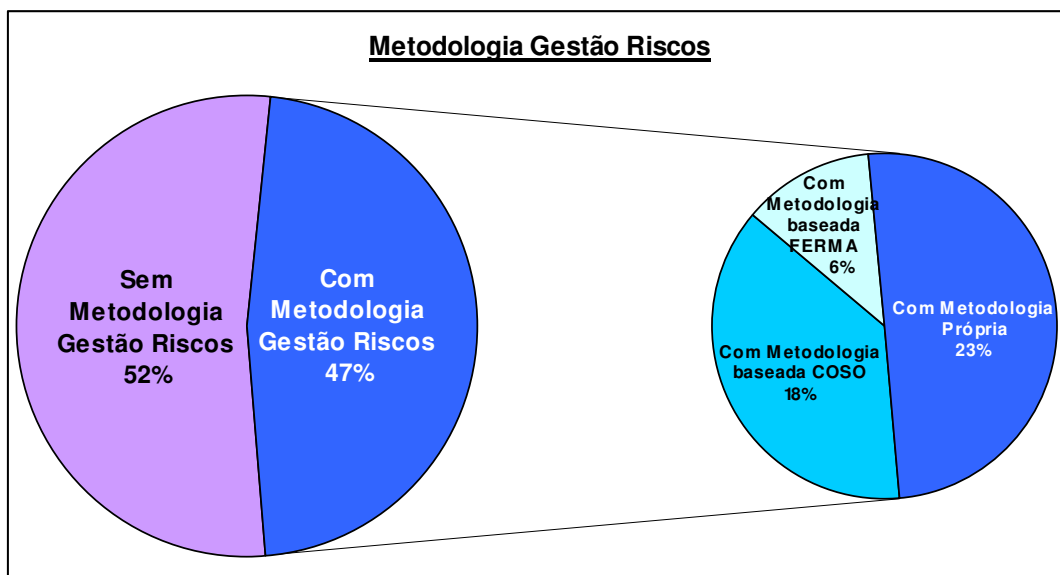


Gráfico 5.9 – Análise das Metodologias de Gestão de Riscos

No que concerne à metodologia utilizada, verificamos que as entidades que adoptaram as metodologias de Gestão de Riscos, elencaram as várias fases do processo, tendo os

resultados obtidos identificado entre quatro a seis fases, que podemos homogeneizar da seguinte forma:

- Primeira fase, a identificação dos riscos das entidades;
- Segunda fase, a avaliação e atribuição do grau de prioridade dos riscos;
- Terceira fase, a implementação dos processo de controlo dos riscos;
- Quarta fase, o desenvolvimento do plano de acções de gestão de riscos;
- Quinta fase, a monitorização da gestão de riscos e o reporte dos planos de acções com vista à redução dos riscos.

Desta forma, podemos validar que as entidades que utilizam as metodologias de gestão de riscos, o fazem directa ou indirectamente com base nas metodologias existentes, nomeadamente, na metodologia *ERM* do *COSO*.

Quanto às restantes entidades que não utilizam gestão de riscos, mencionam genericamente que possuem controlos eficazes para combater os riscos que consideram ser os mais relevantes, nomeadamente, os riscos de negócios e os financeiros. Quanto aos primeiros, estão relacionados com a concorrência, mercado ou preços e, quanto aos segundos, destacam-se o risco de crédito, a taxa de juro e a taxa de câmbio.

Em nossa opinião, estes preceitos não sendo baseados nas metodologias de gestão de riscos internacionalmente reconhecidas, podem não ser suficientemente eficazes e eficientes nas organizações e, provavelmente, não transmitem aos investidores destas entidades a confiança e segurança necessárias, dos negócios.

No entanto, apesar de não termos tratado no nosso estudo das entidades financeiras, podemos ainda referir que algumas destas adoptam o padrão internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do *COSO*, nas suas metodologias de Gestão de Riscos, nomeadamente, o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Entidade	Referências à Metodologia de Avaliação Riscos - Ano 2005								
	Possui Metodologia Avaliação Riscos baseada COSO	Possui Metodologia Avaliação Riscos baseada FERMA	Possui Metodologia Avaliação Riscos Própria	Fases da Gestão de Risco					
				Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6
P TELECOM	Sim	Não	Sim	Identificação Riscos	Prioritização de riscos críticos	Def. estratégias gestão risco	Controlos adequados à redução do risco		
EDP	Sim	Não	Sim	Identificação Riscos	Levantamento Métricas	Def. políticas e procedimentos	Monitorização e Reporting	Ações integradas Mitigação Risco	
BRISA-PRIV	Não	Não	Não						
SONAE SGPS	Sim	Não	Sim	Identificação e sistematização riscos	Avaliação e atribuição grau de prioridade	Identificação causas dos riscos	Avaliação das estratégias GR	Desenvolvi/o plano acções gestão risco	Monitorização e reporte plano acções
PT MULTIMEDIA	Não	Não	Sim	Identificação Riscos	Prioritização de riscos críticos	Def. estratégias gestão risco	Controlos adequados à redução do risco		
CIMPOR SGPS	Não	Não	Não						
J MARTINS SGPS ¹	Não	Sim	Sim	Identificação e Avaliação Riscos	Definição Estratégias Gestão Risco	Implementação Processos de Controlo	Monitorização do Processo	Avaliação pela Auditoria Interna	
PORTUCEL	Não	Não	Não						
MEDIA CAPITAL	Não	Não	Sim	Identificar os riscos da Sociedade	Medir impacto financ. e no valor sociedade	Comparar valor risco c/ custos inst. cobertura	Monitorizar a evolução dos riscos		
IMPRESA SGPS	Não	Não	Não						
SONAE COM SGPS ²	Não	Não	Sim	Identificar e priorizar riscos de negócio	Identificar e definir as causas riscos críticos	Definir, seleccionar e medir indicadores	Identificar e definir planos de acção	Monitorizar processo e reportar	
SEMAPA	Não	Não	Sim	Assegurar cumpra/o p/ sociedade legalidade	Análise integrada e permanente dos riscos	Fiscalizar a qualidade inf. fin. e contabilística	Medidas e procedi/s controlo redução riscos	Supervisionar o sistema comuc. irregularidades	
COFINA SGPS	Não	Não	Não						
TEIXEIRA DUARTE	Não	Não	Não						
PARAREDE	Não	Não	Não						
GESCARTAO	Não	Não	Não						
CORTICEIRA AMORIM	Não	Não	Não						

Notas: ¹ Ano de 2004 / ² Ano de 2003

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.9 – Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Referências às Fases de Risco

5.3.4. Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Informações Financeiras

Por fim, a análise efectuada aos Relatórios de Governo de Sociedade focalizou-se nos aspectos fulcrais do nosso estudo, ou seja, na pesquisa das referências acerca dos impactos e dos riscos associados à adopção das *IFRS* nas informações financeiras. Podemos verificar que estas informações foram incorporadas no Quadro 5.9.

Da análise efectuada resultou o Gráfico 5.10, do qual podemos concluir que:

- Praticamente 100% das entidades, divulgaram os impactos nas DF provenientes da adopção das *IFRS*, sendo que a única que não o fez nos mesmos moldes que as restantes, ou seja, através de um ponto autónomo do Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados ou de um relatório próprio relativo à explicação dos impactos, porque adoptou as *IAS/IFRS* dois anos antes das outras;
- Somente 18% das entidades, divulgou que a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação das DF, isto apesar de 59% das entidades possuírem Comissão de Auditoria como vimos no Gráfico 5.8;
- Finalmente, apenas 6% das entidades, divulgou que a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação das DF em *IFRS*.

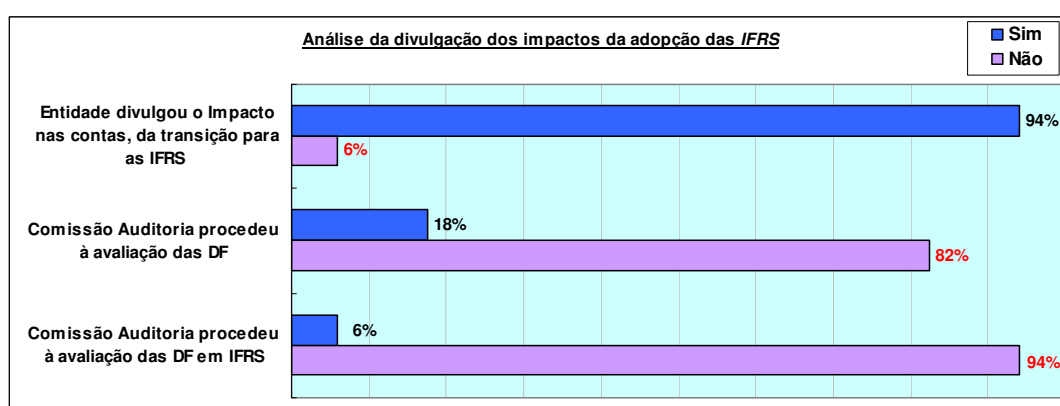


Gráfico 5.10 – Análise da divulgação dos Impactos da adopção das *IFRS*

Após a análise efectuada às divulgações nos Relatórios de Bom Governo acerca dos riscos associados aos preceitos da adopção das *IFRS*, nomeadamente em termos de conformidade

com a legislação, fiabilidade e integridade, extraímos o Gráfico 5.11, o qual nos permitiu concluir que:

- Somente 24% das entidades consideraram na sua Gestão de Riscos que podem existir riscos associados à não conformidade com a legislação, nas informações financeiras;
- Apenas 12% das entidades consideraram na sua Gestão de Riscos que podem existir riscos associados à fiabilidade e integridade, nas informações financeiras;
- Cerca de 30% das entidades considerou o risco de salvaguarda de activos;
- E nenhuma entidade abordou o risco relativo aos impactos da adopção das *IFRS* em geral, nem em particular da norma da imparidade *IAS 36*.

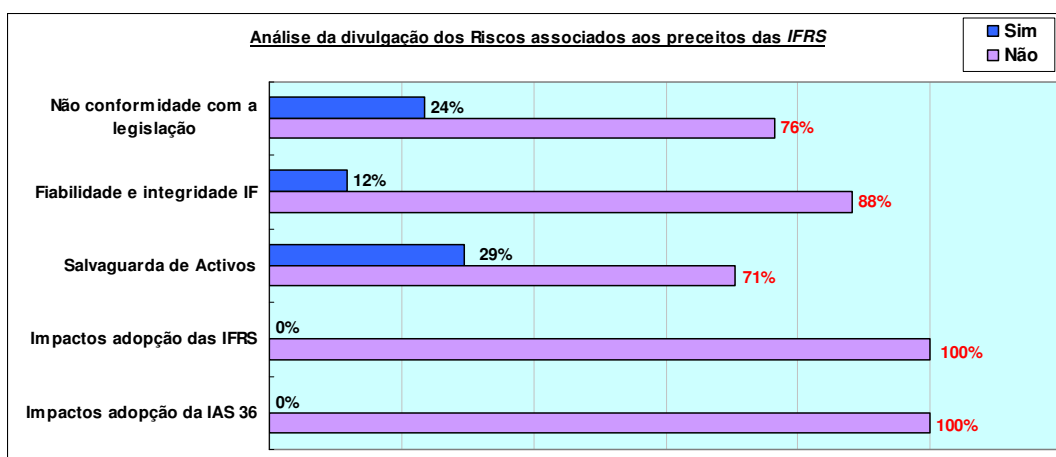


Gráfico 5.11 – Análise da divulgação aos riscos associados aos preceitos das *IFRS*

Resumindo, em termos de abordagem dos riscos relacionados com a adopção das *IFRS* e, em particular, com o risco de Imparidade de Activos, podemos concluir que estas entidades não se preocuparam em considerá-los nos seus modelos de gestão de riscos, ou pelo menos, não tiveram motivos que justificassem a sua inclusão. No entanto, como a actividade da Auditoria Interna é permanente e como percorre toda a organização, pode caso os seus efeitos se tornem relevantes, tornar-se oportuna a sua inclusão.

Imparidade de Activos e o papel da Auditoria Interna

Entidade	Referências do Relatório de Governo da Sociedade às Inf. Financeiras - Ano 2005							
	Entidade divulgou o Impacto nas contas, da transição para as IFRS	Comissão Auditoria procedeu à avaliação das DF	Comissão Auditoria procedeu à avaliação das DF em IFRS	Abordagem dos Riscos inclui:				
				Não conformidade com a legislação	Fiabilidade e integridade IF	Salvaguarda de Activos	Impactos adopção das IFRS	Impactos adopção da IAS 36
P TELECOM	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
EDP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
BRISA-PRIV	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
SONAE SGPS	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
PT MULTIMEDIA	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CIMPOR SGPS	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
J MARTINS SGPS ¹	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
PORTUCEL	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MEDIA CAPITAL	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
IMPRESA SGPS	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
SONAE COM SGPS ²	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
SEMAPA	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
COFINA SGPS	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TEIXEIRA DUARTE	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
PARAREDE	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GESCARTAO	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
CORTICEIRA AMORIM	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Notas: ¹ Ano de 2004 / ² Ano de 2003 / ³ No SNC NCRF 12

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5.10 – Análise da Metodologia de Gestão de Riscos - Referências às Informações Financeira

5.4. Conclusão

Da primeira parte da nossa pesquisa, que incidiu sobre a análise da aplicação da norma da imparidade, efectuada às contas financeiras das entidades com valores cotados na *Euronext – Lisboa* e que adoptaram as Normas Internacionais de Contabilidade, até ao ano 2005, podemos concluir, por analogia, que o risco da aplicação da NCRF 12 estará associado fundamentalmente ao ano de transição.

Neste sentido, não foram detectadas significativas perdas por imparidade de Activos Fixos Tangíveis, ou porque, simplesmente não foram efectuados os testes de imparidade devidos e, como tal também não foram reconhecidas perdas por imparidade, ou porque, apesar de efectuados os testes de imparidade e estes justificarem o reconhecimento de perdas, estas não foram reconhecidas.

No entanto, relativamente à valorização das imparidades dos activos em termos gerais (activos fixos tangíveis, investimentos financeiros, clientes e outros), estamos agora em condições de poder considerar como significativo o impacto das mesmas na ponderação do Activo, pois este representa em termos médios um peso de 3,5% do valor dos Activos das entidades estudadas, o que equivale neste caso, a cerca de 2.300 milhões de euros. A título de exemplo, uma entidade com um Activo valorizado em POC em 50.000.000€, pela adopção da NCRF 12, terá o impacto negativo de 3,5%, o que representaria uma desvalorização do Activo de 1.750.000€.

Da segunda parte da nossa investigação efectuada aos Relatórios e Contas do Ano 2005, que consistiu na análise do papel que a Auditoria Interna pode desempenhar no processo de aplicação das normas, nomeadamente através da Gestão de Risco, concluímos que apenas 59% das entidades possui Comissão de Auditoria, que apenas 47% das entidades possui Departamento autónomo de Auditoria Interna e 41% possui Departamento de Gestão de Risco.

Em termos de risco, verificamos, que os mais relevantes para a actividade das entidades, são os riscos de negócios e de regulamentação de mercado, que representam 18% cada um.

Relativamente às metodologias de Gestão de Riscos, apenas 47% das entidades divulga que as possui. Das entidades que referem possuir metodologia de gestão de risco, 6% baseiam-na na metodologia *FERMA*, 18% na metodologia *COSO* e as restantes 23% adoptam metodologias próprias.

Quase todas as entidades, divulgaram os impactos nas DF provenientes da adopção das *IFRS*, no entanto, somente 18% das entidades divulgou que as DF foram avaliadas pela Comissão de Auditoria e apenas 6% das entidades divulgou que a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação das DF em *IFRS*., factos que aparentam demonstrar uma reduzida envolvimento da Auditoria Interna neste âmbito.

Finalmente, tentamos encontrar na gestão de riscos os preceitos do SNC, nomeadamente, a fiabilidade e integridade da informação financeira, a salvaguarda dos activos e a conformidade com as leis e regulamentos, e tal como verificamos, as entidades raramente as consideraram na Gestão de Riscos, ou seja:

- Os riscos associados à não conformidade com a legislação e à fiabilidade e integridade nas informações financeiras representam entre 10 e 20% das preocupações;
- Quanto ao risco relativo dos impactos da adopção das *IFRS*, em geral ou a NCRF 12 em particular, nenhuma entidade mostrou preocupação;
- Em termos de risco de salvaguarda de activos, aproximadamente um terço das entidades considerou importante a sua inclusão na gestão de riscos, ou pelo menos abordou-a como preocupação da entidade.

Com base neste capítulo, podemos concluir que o papel do auditor interno surge discretamente nos relatórios de governação das sociedades, caracterizado pela sua actividade de índole interna. A causa desta aparente discrição, tem a ver com o facto de nem metade das entidades possuírem departamentos autónomos de auditoria interna, sendo que as restantes, na sua maior parte possuem as funções de auditoria integradas noutros departamentos, nomeadamente, em departamentos administrativo-financeiros.

Apesar de tudo, verificamos que a Auditoria Interna interfere fundamentalmente em duas perspectivas:

- Uma, ao nível do controlo interno dos processos e procedimentos, de forma a evitar os erros ou omissões relacionados com os riscos operacionais e financeiros;
- Outra, quando envolvida nos processos de Gestão de Riscos, nomeadamente nas fases relativas ao desenvolvimento de planos de acções de gestão de riscos, à sua monitorização e ao reporte para a gestão dos seus planos de acções.

Assim, perante estes factos, estamos em condições para estimular a gestão das entidades e a Auditoria Interna, a incorporar os riscos associados à adopção da NCRF 12, nas suas matrizes de Gestão de Riscos.

Resumindo, esta é de facto, como argumentam algumas das consultoras mais reconhecidas no mundo, uma oportunidade imperdível para a Auditoria Interna se poder envolver em termos internacionais nas *IFRS* e em termos nacionais no SNC.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES DO ESTUDO

6.1. Conclusões

Uma das características mais relevantes da norma da imparidade de activos é a sua transversalidade no seio do SNC, por poder ser aplicada directa ou indirectamente em todas as normas que tratam de activos. Este aspecto foi devidamente explanado, quer em termos teóricos no âmbito do estudo na NCRF 12, quer em termos empíricos através da análise efectuada às perdas por imparidade apuradas nas entidades da nossa pesquisa.

Era nossa intenção, pesquisar os impactos mais relevantes da conversão para o normativo *IFRS*, nomeadamente da norma da imparidade de activos, em três níveis:

- nos riscos associados à redução por imparidade do valor dos activos;
- nos riscos associados à possibilidade de alterações de vidas úteis;
- e, nos riscos associados à adopção da amortização por componentes (UGC).

Contudo, foi extremamente difícil identificá-los através dos dados recolhidos na prática.

Assim, apara ultrapassar a dificuldade de acesso a informação que nos permitisse associar estes impactos às respectivas causas acima referidas, optamos por procurar evidenciar os impactos ao nível das demonstrações financeiras, nomeadamente em três perspectivas:

- A primeira, relativa aos impactos dos Activos Fixos Tangíveis no Balanço, cujas reclassificações e ajustamentos foram significativos, representando 3,5% do valor total do mesmo;
- A segunda, relativa aos impactos dos Activos Fixos Tangíveis nos Capitais Próprios, cujas reclassificações e ajustamentos foram também significativas, representando 7% do valor total do mesmo;

- Quanto à terceira, relativa aos impactos dos Activos Fixos Tangíveis nos Resultados Líquidos, cujas perdas por imparidade registadas foram irrelevantes.

Neste contexto podemos afirmar que os impactos registados no ano de adopção das *IFRS*, em termos de Activos, foram de certa forma compensados pelos Capitais Próprios e/ou por outros Activos e, que o risco da aplicação da NCRF 12 está associado fundamentalmente ao ano de transição, e em particular ao *goodwill*.

Como já referimos, o impacto da transição para as *IFRS* poderá ter influenciado a maior parte das entidades analisadas, pois o rácio económico-financeiro da autonomia financeira (Capital Próprio/Activo), em termos médios, sofreu uma redução de 3,7%, sendo que ao ser avaliado individualmente nas diferentes entidades pode implicar dificuldades acrescidas de acesso ao crédito bancário.

Através da pesquisa efectuada aos Relatórios de Contas e Governação do ano 2005, avaliamos o papel que a Auditoria Interna desempenhou no processo de aplicação das *IFRS*, o que nos permitiu concluir que, pelo facto de existirem em algumas entidades, comissões de auditoria, departamentos de auditoria interna, ou ainda, departamentos de gestão de riscos, o auditor interno tem uma acção influente no controlo dos riscos e fundamentalmente no seu reporte para a administração das entidades. É pois neste ponto, que o Auditor Interno pode assumir um papel ainda mais relevante, pois caso se constate que os riscos de imparidade de activos possam ocorrer e ser significativos, apesar de potenciais, este estará em boas condições para se assumir como um dos principais interlocutores da organização a poder identificá-los e a poder reportá-los superiormente.

Entretanto, encontramos na gestão de riscos os preceitos do SNC, ou seja, a fiabilidade e integridade da informação financeira, a salvaguarda dos activos e a conformidade com as leis e regulamentos e, conseguimos constatar que estes riscos eram tomados em consideração pelas entidades, apesar de não serem incluídos na sua gestão de riscos. Esta situação prova a preocupação das entidades e dos seus gestores, pelo seu controlo.

Perante estes factos, podemos concluir que um dos objectivos gerais do nosso estudo foi alcançado, ou seja, consideramos o Auditor Interno pode, de facto, ter um papel importante, quer na adopção do SNC e aplicação das respectivas normas, quer na

manutenção do sistema e controlo do riscos associados aos seus impactos, nomeadamente da norma da imparidade de activos.

Finalmente, parece-nos comprovada a utilidade deste estudo perante os resultados obtidos, pois se por um lado podemos verificar que existem impactos significativos em termos de reconhecimento e mensuração de activos, por outro, ao reflectirmos os riscos destes impactos na Gestão de Riscos, estamos a incorporar no novo SNC, a intervenção dos Auditores Internos.

Neste contexto, o objectivo geral deste estudo só será atingido caso as conclusões acima extraídas, sirvam de orientação quer para os profissionais, quer para os gestores das entidades nacionais que adoptem o SNC a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Saliente-se que este estudo, pode servir de base para análises previsionais dos impactos que a maioria das entidades portuguesas, estão ou vão enfrentar no processo de conversão para o SNC.

Assim, os contabilistas, os auditores internos, os gestores e todos os colaboradores interessados podem, por um lado, estar cientes de que os riscos associados aos impactos da adopção do SNC, existem e, que os seus impactos podem ser significativos, no entanto, e, por outro lado, podem gerir esses impactos com alguma tranquilidade, caso utilizem as metodologias de gestão de risco que estão ao seu alcance.

6.2. Limitações do estudo e Perspectivas Futuras

As maiores limitações encontradas neste estudo estão relacionadas, por um lado, com a novidade do tema e, por outro, com as dificuldades relacionadas com a pesquisa e análise dos relatórios de contas e governação, respectivamente, em termos de imparidade de activos e em termos de metodologia de gestão de riscos.

Quanto à primeira situação, a tentativa de interligação dos aspectos da normalização contabilística, com as ferramentas de gestão de riscos ao alcance dos auditores internos, em particular e das organizações, em geral, foi dificultada pela escassez de literatura apropriada a esta inter-relação. Para ultrapassar esta dificuldade, e porque existe, de facto,

muita literatura mas do ponto de vista das duas temáticas em separado, envidaram-se esforços adicionais, por forma a encontrar os pontos de contacto entre os duas realidades e daí podermos seguir o nosso percurso de reunião de interesses das duas áreas das ciências sociais: a contabilidade e a auditoria interna, ou seja, no que concerne ao papel que a auditoria interna pode ter na gestão dos riscos de imparidade de activos.

Relativamente à segunda, as dificuldades estiveram relacionadas com os limites associados às divulgações por parte das entidades com valores cotados em bolsa e, que se podem subdividir em dois aspectos:

- Primeiro, quanto às DF do ano 2005, as limitações encontradas estão relacionadas por um lado, com alguma confusão gerada entre os ajustamentos e as perdas de imparidade, situação essa que não nos permite vislumbrar claramente a sua distinção e, por outro com a limitação da informação quanto aos testes de imparidade efectuados ou não e à forma como são efectuados;
- Segundo, quanto aos relatórios de governação do ano 2005, são na sua maior parte limitados em termos de divulgação das metodologias de gestão de risco utilizadas, pois, como é óbvio, tratam para além dos riscos internos da organização, tratam também dos riscos externos à mesma, e que nos dias de hoje, será conveniente a sua restrição por motivos de concorrência.

No que diz respeito às DF do ano 2005, convém referir que o processo de adopção das *IFRS* em Portugal, não terá sido pacífico e completamente claro, pois de acordo com estudos entretanto efectuados, existiu alguma confusão e desorientação das entidades cotadas em bolsa no processo de conversão e divulgação das contas em *IFRS*, e isto, apesar das recomendações emanadas pela CMVM. Com a devida cautela, esta situação pode ter provocado o enviesamento dos resultados do nosso estudo.

Em termos futuros, podemos avançar várias perspectivas:

- Uma, relativa às análises futuras de assumpção de perdas de imparidade de activos, ou seja, concretizável através de uma análise de longo prazo das perdas de imparidade e, que pode evidenciar ilações diferentes das extraídas; esta análise

evolutiva pode também permitir verificar da existência de reversões de perdas por imparidade de activos;

- Outra, tem a ver com a disseminação das metodologias de gestão de riscos preconizadas directa ou indirectamente pela auditoria interna e que, de alguma forma, podem permitir evidenciar o perfil de risco das entidades, os tipos de risco e as acções de prevenção que consideram preponderantes para a sua actividade, podendo eventualmente ser incluídos os riscos relacionados com a adopção das *IFRS*, em geral e da NCRF 12, em particular.
- Por último, os estudos em termos de análise dos impactos da adopção das *IFRS*, poderia ser enriquecida através de rácios económicos tecnicamente mais evoluídos, tal como, o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Finalmente, devemos salientar dois aspectos que podem traduzir-se em melhoramentos para estudos deste género:

- Um, tem a ver com o facto das entidades com valores cotados em bolsa, terem evoluído ao longo dos vários anos que já passaram desde a adopção das *IFRS*, e que concerteza melhoraram o nível de tratamento da aplicação das normas, bem como a sua divulgação;
- Outro, tem a ver com o facto das entidades terem tido oportunidade de se modernizar em termos de gestão de riscos, pois estas metodologias têm sido cada vez mais proclamadas como boas práticas de governação, sendo inclusivamente divulgadas e reconhecidas internacionalmente, quer por consultores, quer por instituições que regulam as actividades bolsistas.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, D. M. S. (2005a). Gestão de Risco e Governo das Sociedades. Revista IPAI - Auditoria Interna nº 22 Outubro - Dezembro 2005. Lisboa, IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna: 9-14.

Almeida, D. M. S. (2005b). Gestão de Risco nas Organizações. Jornadas Regionais da Qualidade Funchal. Funchal.

Antão, A. A. (1999). Normalização Contabilística. Revista Estudos do I.S.C.A.A. – II série nº 5. I. S. d. C. e. A. d. Aveiro. Aveiro: 37-60.

AS/NZS:4360 (2004) AS/NZS 4360:2004 - Risk Management Guidelines.

Beja, R. (2004). Risk Management - Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio. Lisboa, Áreas Editora, SA.

Castanheira, N. (2005). "Auditoria - O papel da Auditoria Interna na gestão do risco operacional." Revista dos Revisores e Auditores n.º 30 - Julho/Setembro de 2005

Castanheira, N. e L. Rodrigues (2006). Mapa de riscos - Ferramenta de integração da gestão de risco e da auditoria interna. Revista IPAI - Auditoria Interna nº 24 Julho - Setembro 2006. Lisboa, IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna: 10-15.

Castanheira, N. e L. L. Rodrigues (2006a). Gestão de risco - Da abordagem tradicional à gestão de risco empresarial (ERM). Revista Revisores e Empresas n.º 34 de Julho/Setembro de 2006. Lisboa, Revista dos Revisores Oficiais de Contas.

Cipriano, J. A. S. (2009). SNC: Imparidade de Activos e contingências. Lisboa, CTOC - Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Cipriano, J. A. S. (2010). NCRF 12 - Imparidade de Activos. Lisboa, OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

CNC (2010). "História da CNC - Comissão de Normalização Contabilística." Retrieved 27-03-2010, from <http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc4.htm>.

Collier, P. M. (2009). Fundamentals of Risk Management for Accountants and Managers - Tools and techniques. Oxford, Elsevier.

Correia, L. (2009). "SNC vs POC - Uma primeira abordagem." Revista dos Revisores e Auditores nº 46 Julho/Setembro 2009.

COSO (2004). Enterprise Risk Management - Integrated Framework - Executive Summary. C.-C. o. S. O. o. t. T. Commission, COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

COSO (2007). Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura (Tradução Portuguesa). C.-C. o. S. O. o. t. T. Commission, COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

COSO (2008). Internal Control - Integrated Framework Guidance on Monitoring Internal Control Systems. C.-C. o. S. O. o. t. T. Commission, COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

Cravo, D., C. Grenha, et al. (2009). SNC - Sistema de Normalização Contabilística Comentado, Texto Editores.

CTOC (2008) Proposta da CTOC sobre o SNC e Comissão de Normalização Contabilística

DC7 (1993). Directriz Contabilística nº 7 - Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento. Diário da República, 2.ª série - N.º 75, suplemento, de 30 de Março de 1993. M. d. F. e. d. A. Pública.

DC16 (1995). Directriz Contabilística nº 16 - Reavaliação de Activos Imobilizados Tangíveis. Diário da República, 2.ª série - N.º 104, de 05 de Maio de 1995.

Decreto-Lei 47/77, d. d. F. (1977). Aprova o POC - Plano Oficial de Contabilidade e a criação da CNC - Comissão de Normalização Contabilística. M. d. P. e. C. E. e. d. Finanças, Diário da República, 1.ª série, 2º Suplemento - N.º 31 de 7 de Fevereiro de 1977.

Deloitte (1997) Deloitte Comment Letters to IASB, IFRIC, IASCF, IASC and SIC - Exposure Draft E55 Impairment of Assets. www.iasplus.com/dttletr/comment.htm

Deloitte (2008a) IFRSs and US GAAP - A pocket comparison: Comparison of IFRSs and US GAAP. An IAS Plus guide

Deloitte (2008b) Overview of the Impact of IFRS on Power and Utilities. An IAS Plus guide

Domingos, M. S. d. A. (2008) Gestão de Risco nas Organizações.

DR (1989). Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro - POC revisto pela adesão de Portugal à CEE. s.-N. d. d. N. d. Diário da República, Diário da República.

DR (1991). Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 Julho - Transposição para ordem jurídica nacional do tratamento contabilístico de consolidação de contas. s.-d. J. d. Diário da República, Diário da República.

DR (1999). Decreto-Lei n.º 44/99, de 12 de Fevereiro - Introdução do sistema de inventário permanente e da demonstração dos resultados por funções. s.-d. F. d. Diário da República, Diário da República.

DR (2001). Regulamento da CMVM n.º 7/2001 - Governo das Sociedades Cotadas. D. d. R.-I. S.-. 12/12/2001, Diário da República.

DR (2003a). Decreto-Lei n.º 79/2003, de 23 de Abril - Introdução da demonstração dos fluxos de caixa. s.-d. A. d. Diário da República, Diário da República.

DR (2003b). Regulamento de alteração ao regulamento 7/2001 e ao regulamento 11/2000 – Governo das sociedades cotadas. D. d. R.-I. S.-. 02/12/2003, Diário da República.

DR (2004). Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de Abril - Transposição da Directiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. s. Diário da República, n.º 141, de 17 de Junho de 2004, Diário da República.

DR (2005a). Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro - Transposição da Directiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. s.-A. Diário da República, n.º 34, de 17 de Fevereiro de 2005, Diário da República.

DR (2005b). Altera os Regulamentos da CMVM no 7/2001 e n.º 4/2004 relativos ao Governo das Sociedades e a Deveres de Informação. D. d. R.-I. S.-. 18/11/2005, Diário da República.

DR (2006a). Regulamento da CMVM n.º 3/2006 - Ofertas e Emitentes. D. d. R.-I. S.-. 30/05/2006, Diário da República.

DR (2006b). Decreto-Lei n.º 76-A/2006 - Actualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adopta medidas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais. D. d. R.-I. S.-A. d. d. M. d. 2006, Diário da República.

DR (2009a). Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - Aprova o SNC. Diário da República 1.ª série – N.º 133 de 13 de Julho de 2009. s. N. Diário da República, Diário da República.

DR (2009b). Aviso n.º 15652/2009 - Estrutura Conceptual (EC). Diário da República, 2.ª série - N.º 173 de 7 de Setembro de 2009. M. d. F. e. d. A. Pública.

DR (2009c). Portaria n.º 1011/2009 - Aprovação do Código de Contas. s.-N.-d. S. d. Diário da República, Diário da República.

DR (2009d). Portaria n.º 986/2009 - Aprovação dos modelos de demonstrações financeiras. s.-N.-d. S. d. Diário da República, Diário da República.

DR (2009e). Aviso n.º 15653/2009 - Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística nº 1 e nº 2. Diário da República, 2.ª série - N.º 173 de 7 de Setembro de 2009. M. d. F. e. d. A. Pública.

E&Y (2009) Inside IFRS The opportunity for internal audit (IFRS US Internal Audit Inside IFRS Feb 09). February 2009

Euronext, N. (2004) Euronext Lisbon Fact book 2004. Euronext Lisbon Fact book

FERMA (2002). Norma de Gestão de Riscos. F.-F. o. E. R. M. Associations. Bruxelas.

Gomes, J. M. L. and J. M. R. Pires (2010). SNC - Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e Prática. Porto, Grupo Editorial Vida Económica.

Guimarães, J. (2003). A Adopção das NIC em Portugal - Um Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional. Revista TOC n.º 38, de Maio de 2003: 38-40.

IAS36 (2004). Norma Internacional de Contabilidade nº 36 - Imparidade de Activos. Jornal Oficial da União Europeia nº L 392/83 de 31 de Dezembro de 2004. J. O. d. U. Europeia.

IASB (2002). Exposure Draft of Proposed - Amendments to IAS 36 - Impairment of Assets and IAS 38 - Intangible Assets. IASB. London.

IIA (2004). The Role of Internal Auditing in Enterprise-wide Risk Management - September 2004. I. T. I. o. I. Auditors. London.

IIA (2009a). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna* - Tradução do IPAI Agosto 2009. I. T. I. o. I. Auditors. Lisboa.

IIA (2009c). International Financial Reporting Standards (IFRS): What Internal Auditors Need to Know. USA, The IIA Research Foundation.

ISO/IEC (2002) ISO/IEC Guide 73, Risk management – Vocabulary – Guidelines for use in standards.

ISO/IEC (2009) ISO/IEC 31010:2009, Risk management – Risk assessment techniques.

JOCE (2002). Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 - Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. L 243. Bruxelas, JOCE – Jornal Oficial da Comunidade Europeia.

JOCE (2008). Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro - Adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho - Jornal Oficial da Comunidade Europeia. L 320. Bruxelas, JOUE – Jornal Oficial da União Europeia.

JOUE (2007). Regulamento (CE) n.º 610/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1 de Junho de 2007 - Relato Financeiro Intercalar e Imparidade. L 141. Bruxelas, JOUE – Jornal Oficial da União Europeia.

Marques, C. M. (2009). A IAS 36 – Imparidade de Activos: Impacto, problemas e valorização. Comunicaciones XV Congresso AECA , 23 a 25 de Setembro de 2009. AECA. Valladolid.

Moeller, R. R. (2007). COSO Enterprise Risk Management : Understanding the New Integrated ERM Framework. New Jersey - USA, John Wiley & Sons, Inc.

Pickett, K. H. S. (2005). The essential handbook of internal auditing. Chichester, John Wiley & Sons, Ltd.

Pinheiro, J. L. (2007). *Risco, crise e auditoria interna - um desafio ou uma preocupação?* Revista nº 28 de Outubro/Dezembro 2007. Lisboa, IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna: pp 18-20.

POC (2005). POC - Plano Oficial de Contabilidade (Actualizado) - www.cnc.min-financas.pt/POC/POContabilidade.pdf. C.-C. d. N. Contabilística.

PwC (2009a) A adopção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - A caminho da convergência internacional. Corporate Governance & Reporting

PwC (2009b) It's not the actor, it's the role that counts - How internal audit can leverage IFRS.

PwC (2009c) Novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Conferência AGEFE.

Rodrigues, J. (2010b). SNC - Sistema de Normalização Contabilística - Explicado, Porto Editora.

Rodrigues, L. L. and M. A. S. Guerreiro (2004a). A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade. Lisboa, Publisher Team.

Rodrigues, L. L. and A. A. C. Pereira (2004b). Manual de Contabilidade Internacional A Hamonização Contabilística Internacional. Lisboa, Publisher Team.

Rodrigues, P., Ferreira, R. (2009). SNC - Todas as Perguntas e Respostas, Porto Editora.

Silva, A. M. B. (2005). A Gestão do Risco. Revista IPAI - Auditoria Interna nº 21 Julho - Setembro 2005. Lisboa, IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna: 8-12.

Zack, G. M. (2009). Fair Value Accounting Fraud: New Global Risks and Detection Techniques New Jersey - USA, John Wiley and Sons.

ANEXOS

Anexo 2.1 - Quadro referências à Imparidade Activos no Ponto 13 do Anexo

Ponto	Referencial no Anexo - Modelo Geral
13	<p><u>13 - Imparidade de Activos</u></p> <p><u>13.1 - Para cada classe de activos:</u></p> <p>a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);</p> <p>b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);</p> <p>c) Quantia de perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas directamente no capital próprio durante o período;</p> <p>d) Quantia de reversões de perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas directamente no capital próprio durante o período.</p> <p><u>13.2 - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um activo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:</u></p> <p>a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão de perda por imparidade;</p> <p>b) Quantia de perda por imparidade reconhecida ou revertida;</p> <p>c) Natureza do activo;</p> <p>d) Indicação se a agregação de activos relativa à identificação da unidade geradora de caixa se alterou desde a estimativa anterior da quantia recuperável (se a houver) da unidade geradora de caixa:</p> <p>i) Em caso afirmativo, descrição da maneira corrente e anterior de agregar activos;</p> <p>ii) Razões de alterar a maneira como é identificada a unidade geradora de caixa;</p> <p>e) Indicação sobre se a quantia recuperável do activo (unidade geradora de caixa) é o seu justo valor menos os custos de vender ou o seu valor de uso;</p> <p>i) Base usada para determinar o justo valor menos os custos de vender (tal como, se o justo valor foi determinado por referência a um mercado activo);</p> <p>ii) A(s) taxa(s) de desconto usada(s) na estimativa corrente e anterior (se houver) do valor de uso.</p> <p><u>13.3 - Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período:</u></p> <p>a) Principais classes de activos afectadas por perdas por imparidade e principais classes de activos afectadas por reversões de perdas por imparidade;</p> <p><u>13.4 - Parcela do goodwill adquirido numa concentração de actividades empresariais durante o período que não foi imputada a uma unidade geradora de caixa (grupo de unidades) à data de relato:</u></p> <p>a) Quantia do goodwill não imputado;</p> <p>b) Razões pelas quais a quantia se mantém não imputada.</p> <p><u>13.5 - Processo subjacente às estimativas usadas para mensurar as quantias recuperáveis de unidades geradoras de caixa que contêm goodwill ou activos intangíveis com vidas úteis indefinidas.</u></p>

Fonte: Adaptado da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.

Anexo 2.2 - Quadro referências à Imparidade Activos no restante Anexo

Ponto	Referencial no Anexo - Modelo Geral
2	<p>2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</p> <p><u>2.4 - Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:</u></p> <p>d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCRF (divulgações que a NCRF 12 - Imparidade de Activos teria exigido se o reconhecido dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCRF);</p>
7	<p>7 - Activos intangíveis</p> <p><u>7.1 - Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:</u></p> <p>c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;</p> <p>e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.</p>
8	<p>8 - Activos fixos tangíveis</p> <p><u>8.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis:</u></p> <p>d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e</p> <p>e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.</p> <p><u>8.5 - Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do activo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos.</u></p>
9	<p>9 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</p> <p><u>9.1 - Operações descontinuadas:</u></p> <p>Alínea d) Perdas ou ganhos reconhecidos, relacionados com imparidade ou suas reversões (quantia e item da demonstração dos resultados que os inclui).</p>
12	<p>12 - Propriedades de investimento</p> <p><u>12.10 - Aplicação modelo do custo:</u></p> <p>c) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;</p> <p>d) Reconciliação da quantia escriturada da propriedade de investimento no início e no fim do período evidenciando:</p> <p>vi) Quantia de perdas por imparidade reconhecida e quantia de perdas por imparidade revertida durante o período;</p>
15	<p>15.5 - Reconciliação da quantia escriturada de goodwill no início e no final do período, mostrando separadamente</p> <p>a) Quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no início do período;</p> <p>e) Perdas por imparidade reconhecidas durante o período;</p> <p>h) Quantia bruta e perdas por imparidade acumuladas no final do período.</p>
18	<p>18 - Agricultura</p> <p><u>18.8 - Activos biológicos mensurados, no fim do período, ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas:</u></p> <p>a) Descrição dos activos biológicos;</p> <p>b) Razão por que não podem ser fiavelmente mensurados;</p> <p>c) Intervalo de estimativas dentro das quais é altamente provável que caia o justo valor;</p> <p>d) Método de depreciação usado;</p> <p>e) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;</p> <p>f) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período.</p> <p><u>18.9 - Activos biológicos previamente mensurados pelo seu custo (menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas) mas cujo justo valor se tornou fiavelmente mensurável durante o período corrente:</u></p> <p>a) Descrição dos activos biológicos;</p> <p>b) Razão pela qual o justo valor se tornou fiavelmente mensurável;</p> <p>c) Efeito da alteração.</p>

Fonte: Adaptado da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.

Anexo 2.3 - Quadro referências à Imparidade Activos no Modelo Reduzido

Ponto	Referencial no Anexo - Modelo Reduzido
5	<p><u>5 - Activos fixos tangíveis</u></p> <p><u>5.1 - As demonstrações financeiras devem divulgar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta; b) Os métodos de depreciação usados; c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas; d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.
6	<p><u>6 - Activos intangíveis</u></p> <p><u>6.1 — Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis::</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas; b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas; c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;

Fonte: Adaptado da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.